

#Transformar
vidas com a nossa
energia.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2024

CEMIG

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024.....	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	2
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO.....	5
NOSSO NEGÓCIO.....	7
AMBIENTE REGULATÓRIO.....	11
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	15
POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA.....	24
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO.....	27
INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES.....	28
RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES.....	32
SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG.....	40
BALANÇO SOCIAL.....	67
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS.....	68
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA.....	69
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	70
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	70
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	72
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	73
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	74
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	75
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	76
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	77
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	77
2. CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO.....	78
3. BASE DE PREPARAÇÃO.....	80
4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	84
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	84
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	84
7. CONSUMIDORES, REVENDADORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	85
8. TRIBUTOS A RECUPERAR.....	87
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	88
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	93
11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO.....	93
12. ATIVOS DE CONTRATO.....	97
13. INTANGÍVEL.....	98
14. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS.....	100
15. ARRENDAMENTOS.....	100
16. FORNECEDORES.....	103
17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES.....	104
18. DEBÊNTURES.....	105
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	109
20. CONTAS A PAGAR RELACIONADO A ENERGIA GERADA POR CONSUMIDORES.....	110
21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	110
22. PROVISÕES.....	117
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AO AÇIONISTA.....	123
24. RECEITA LÍQUIDA.....	126
25. CUSTOS E DESPESAS.....	130
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	133
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	134
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	138
29. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	149
30. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	150
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	157
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA.....	158
DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	159
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA.....	160
ORÇAMENTO DE CAPITAL.....	163

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores acionistas,

A Cemig Distribuição (“Companhia” ou “Cemig D”), subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório do Comitê de Auditoria e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Também são apresentadas as declarações dos vice-presidentes que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos Auditores Independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2024, desenvolvemos diversas atividades e alcançamos resultados importantes em linha com nossa estratégia focada em 6 direcionadores fundamentais: encantar o cliente, criação de valor, inovação, cultura de resultados, ESG e segurança.

Encantar o cliente

Nosso foco no cliente é uma prioridade central. Em 2024, implementamos diversas iniciativas na distribuição para *encantar nossos clientes*. Ampliamos a rede de atendimento, modernizamos a infraestrutura e adotamos tecnologias avançadas para garantir um fornecimento de energia mais confiável e eficiente. Lançamos programas de atendimento personalizado e canais de comunicação direta para resolver rapidamente as demandas dos clientes. Além disso, investimos em projetos de eficiência energética e sustentabilidade, proporcionando soluções que atendem às necessidades específicas de cada cliente, promovendo economia e contribuindo para um futuro mais sustentável.

Realizamos R\$ 4,18 bilhões em investimentos na distribuição, e entregamos nosso compromisso em investir 4 vezes a QRR (Quota de Reintegração Regulatória). Até o fim de 2024, foram entregues 127 empreendimentos de subestações dentro do Programa Mais Energia.

Estes investimentos contribuíram para a melhoria da qualidade do nosso serviço, medida por meio dos nossos indicadores DEC e FEC. Conseguimos entregar melhorias além do enquadramento regulatório nesses indicadores, com redução em cerca de 2,5 horas no DEC percebido.

Lançamos o programa Cemig Agro com o objetivo de melhorar o desempenho na área rural, reforçando nossa responsabilidade com a eficiência e a qualidade do serviço para nossos clientes rurais, além de promover a descarbonização deste segmento da economia. Para apoiar este segmento destacamos o projeto Minas trifásico que tem como objetivo converter redes monofásicas em trifásicas, além de realizar a interligação e expansão de redes de média tensão. Neste ano concluímos 3.068 km de rede.

Desta forma, contribuímos com o crescimento da economia de Minas Gerais, transmitindo confiança e segurança à sociedade. Nossa visão de crescimento e proximidade com a

sociedade se estende ao apoio à cultura mineira. Hoje, a Cemig é a maior incentivadora de cultura dentro do estado de Minas Gerais e uma das maiores do País.

Criação de valor

Em 2024 a Cemig consolidou sua liderança na comercialização livre varejista, expandindo nossa atuação e oferecendo soluções personalizadas para nossos clientes. A Cemig se destacou pela flexibilidade e competitividade no mercado livre de energia, proporcionando aos consumidores maior autonomia e economia. Seus esforços em ampliar a comercialização livre varejista resultaram em um crescimento significativo na base de clientes e na diversificação das fontes de receita. Manteve sua liderança no atendimento ao mercado livre do Brasil com 14% do market share.

Inovação

Em 2024, avançamos significativamente na nossa jornada de transformação digital, dentro do nosso pilar inovação.

Implementamos a nova solução ADMS (*Advanced Distribution Management System* – Sistema Avançado de Gerenciamento da Distribuição): SCADA (*Supervisory Control and Data Acquisition* – Sistema de Supervisão e Aquisição de Dados) da Alta Tensão em 520 subestações, fortalecendo a atividade de gestão da rede elétrica e agilizando o tempo de resposta a incidentes. Estamos em processo de modernização do nosso SAP com a atualização do ERP para o SAP S/4 Hana, com previsão de conclusão em 2025.

No mercado livre de energia, a Cemig evoluiu a plataforma de comercialização de energia com implantação da nova área do cliente, com a jornada 100% digital para os clientes varejistas do grupo A, além da modernização da plataforma, aumentando a aderência da solução ao setor de energia, dentre outros.

Lançamos o Inova Cemig LAB, maior programa de inovação aberta do setor elétrico brasileiro, que ao longo dos dois primeiros editais envolveu 454 *startups* de 15 países e 17 estados brasileiros, promovendo cultura de inovação através do engajamento de 336 funcionários de 11 diretorias da Cemig.

Em 2024, fechamos parcerias com 20 instituições para apoiar nossos projetos de inovação. As instituições parceiras do Inova Cemig incluem universidades, centro de pesquisa, institutos de ciência e tecnologia e *hubs* de inovação de Minas Gerais e de todas as regiões do Brasil. Fizemos o lançamento de 15 projetos de PDI com investimento de R\$40,7 milhões.

ESG

No campo de sustentabilidade, suportando nosso pilar ESG, a Cemig foi incluída na prestigiada “A List” do *Carbon Disclosure Project (CDP) Climate Change 2024*, obtendo pontuação máxima em 10 dos 16 critérios avaliados. Além disso, obteve 6 pontos adicionais em sua nota, segundo avaliação do Dow Jones Sustainability Index.

Em 2024, atingimos a marca de 1 milhão de árvores plantadas no nosso programa de restauração florestal, iniciado em 2019. Foram plantadas mudas de espécies nativas como ipê, pequi, cedro, jacarandá-da-bahia, entre outras no estado de Minas Gerais.

Segurança

No pilar Segurança fizemos a reformulação das regras de ouro de Saúde com o objetivo de simplificar e garantir o cumprimento das mesmas nas operações focando em 4 ações: Análise de Risco, Respeito às Leis de Trânsito, Uso de EPIs, ASTA/ABSTA (Abrir, sinalizar, testar, aterrar).

Cultura de resultados

Destacamos a execução do maior plano de investimentos da nossa história, desinvestimentos de ativos não estratégicos, eficiência operacional e sustentabilidade. Podemos observar que o programa de investimentos da Cemig, que totaliza R\$59,1 bilhões de 2019 até 2029, está sendo executado de forma diligente, e já se encontra com mais de 60% executado ou contratado.

Com um incremento de R\$ 703 milhões, alcançamos um Lajida de R\$ 3,8 bilhões, enquanto o lucro líquido aumentou em R\$ 649 milhões, e recebemos a melhor classificação de risco de crédito, AAA, atribuída pela Fitch Ratings. Esse reconhecimento é fruto dos nossos resultados consistentes, forte geração de caixa, diversificada base de ativos e disciplina na alocação de capital. Esses marcos importantes demonstram nosso compromisso com a transformação da Companhia, que acreditamos ser a base para resultados sólidos e sustentáveis, suportando nosso pilar de *cultura de resultados*.

Dentro da nossa estratégia financeira, emitimos a 10ª e 11ª debêntures da Cemig D, totalizando R\$4,5 bilhões em títulos sustentáveis, mais uma ação que reforça nosso pilar ESG. Após esta operação o prazo médio da dívida foi de 2,7 anos em 31 de dezembro de 2023, para 5,1 anos, em 31 de dezembro de 2024.

Acreditamos muito no plano estratégico que foi desenhado em 2019 cujo lema era Focar e Vencer e aqui listamos algumas entregas relevantes para cada um dos pilares do nosso plano. Agradecemos a confiança de nossos empregados, acionistas, comunidades e demais partes interessadas. Reafirmamos nosso compromisso com a geração de valor sustentável e a busca constante pela excelência na prestação de serviços.

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO

A Cemig D iniciou suas atividades em janeiro de 2005, como resultado do desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Cemig D é uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico do país, sendo a maior distribuidora da América Latina.

Estratégia Cemig

A estratégia da Cemig para o período de 2025 a 2029 foi aprovada por seu Conselho de Administração em dezembro de 2024. A estratégia visa acelerar a transformação da Companhia a partir de seis direcionadores principais, apresentados no diagrama a seguir:

Direcionadores Estratégicos



Trata-se de uma atualização da estratégia “Focar e Vencer” que está em execução desde 2020. Essa estratégia contempla o maior plano de investimento da história da Cemig, com a projeção de R\$59,1 bilhões a serem investidos entre 2019 e 2029. Essas iniciativas deverão guiar a Companhia para atingir os principais compromissos traçados, listados a seguir:

Visão Geral da Estratégia Focar e Vencer 2025-2029



Nossa missão, visão e valores



Princípios Éticos e Código de Conduta Cemig

Código de Conduta Cemig

O novo Código de Conduta Cemig (<http://ri.cemig.com.br>) foi revisto e construído com a participação dos empregados de todas as áreas da Companhia. Ele tem como base os pilares institucionais da Cemig, que são o respeito à vida, integridade, geração de valor, comprometimento, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, além de um alinhamento à identidade cultural da Companhia. É um pacto que visa a incorporação de valores, objetivos e comportamentos comuns, desenvolvendo uma cultura de integridade. O Código deve ser cumprido por todos os seus destinatários: administradores, conselheiros fiscais, membros de comitês estatutários, empregados, estagiários e terceiros, em qualquer relação estabelecida com as partes interessadas da Companhia.

Comissão de Ética

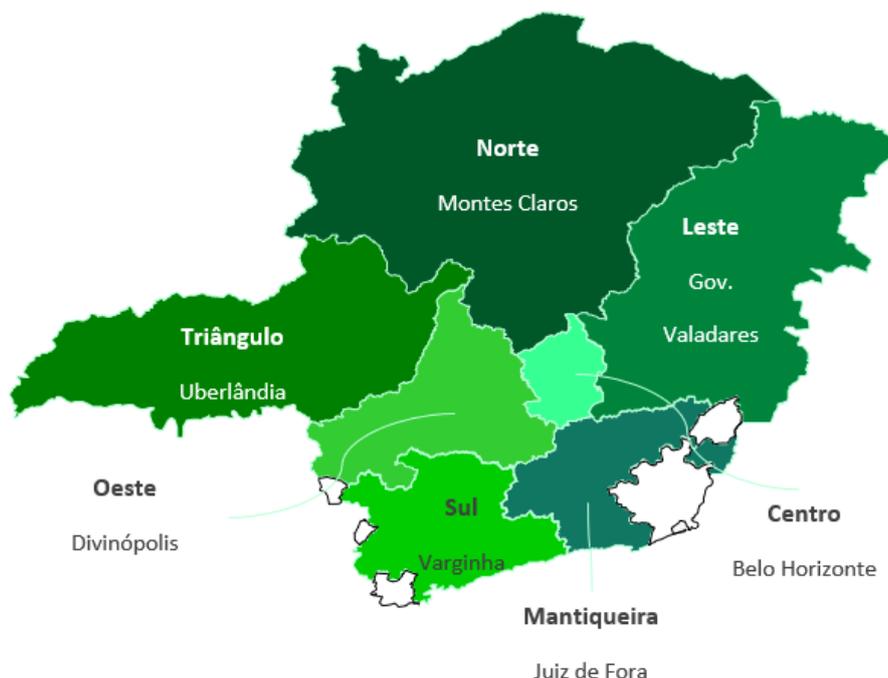
A Comissão de Ética da Cemig tem o objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão do “Código de Conduta Cemig” (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código.

A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada por meio do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, através de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos do “Código de Conduta Cemig”.

NOSSO NEGÓCIO

A Cemig D faz cobertura de 774 municípios em Minas Gerais. Sua área de concessão abrange 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, conforme segue:

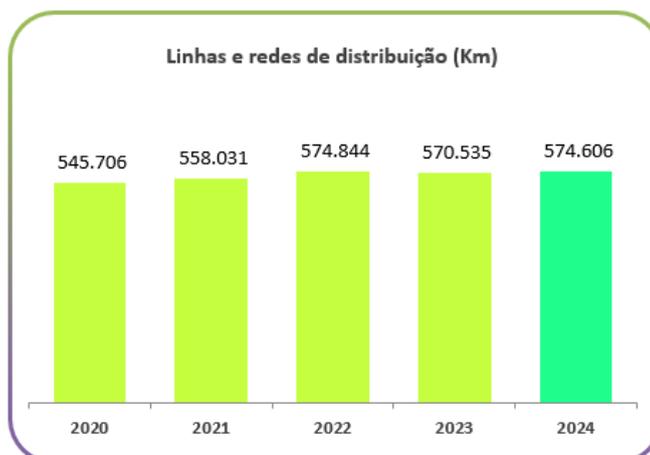
Área de atuação



Linhas e redes de distribuição

A Cemig D possui atualmente 574.606 km de redes de distribuição, sendo 142.971 km em área urbana, 412.387 km de redes rurais e 19.248 km de linhas de distribuição, atendendo a um mercado de 9.404 mil clientes em 2024.

No gráfico a seguir podemos observar o crescimento das linhas e redes de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.



Número de consumidores por categoria

Classe	Número de Consumidores				
	2024	2023	2022	2021	2020
Cientes Cativos					
Residencial	7.960.300	7.725.836	7.501.704	7.297.174	7.113.837
Industrial	23.807	28.437	29.201	29.580	29.525
Comercial	916.307	943.831	948.615	793.708	776.942
Rural	405.953	422.829	462.142	673.008	688.201
Poder público	72.681	69.670	69.302	67.584	66.388
Iluminação pública	7.209	6.659	7.194	6.831	6.144
Serviço público	13.688	13.703	13.586	13.678	13.676
Subtotal	9.399.945	9.210.965	9.031.744	8.881.563	8.694.713
Variação %	2,05	1,98	1,69	2,15	1,87
Cientes Livres					
Industrial	1.865	1.221	1.079	965	847
Comercial	2.377	1.714	1.462	1.263	907
Rural	84	22	14	23	17
Serviço Público	12	22	12	6	-
Concessionária (Distribuidora)	68	8	3	3	3
Subtotal	4.406	2.987	2.570	2.260	1.774
Total (*)	9.404.351	9.213.952	9.034.314	8.883.823	8.696.487
Variação %	2,07	1,99	1,69	2,15	1,88

* Exclui o consumo próprio.

Considerando dados de dezembro de 2024, a Cemig D, ocupa a 3ª posição no ranking de clientes beneficiados com a tarifa social do Brasil, atendendo uma média de 1.320 mil consumidores neste perfil, o que representa, aproximadamente, 17% do total de consumidores faturados na classe residencial.

Geração distribuída (GD)

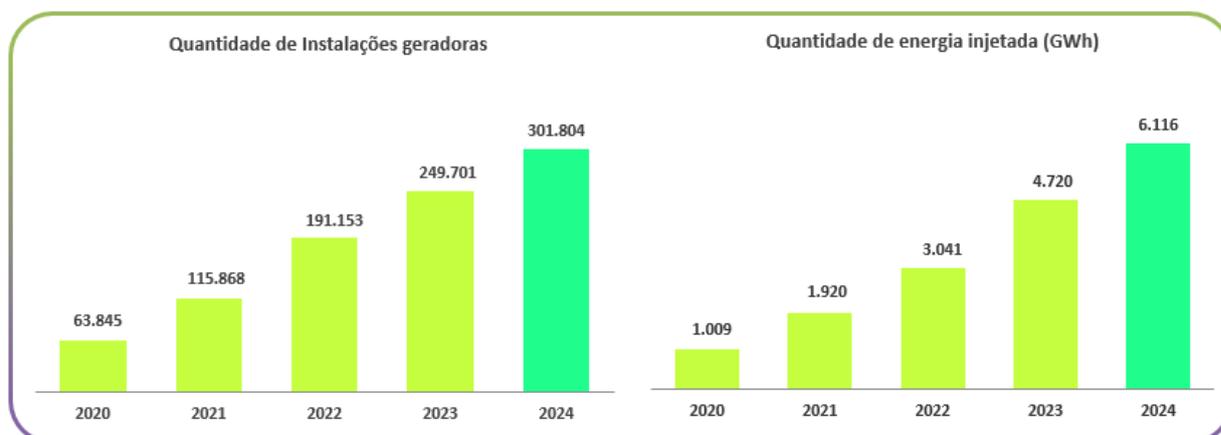
A Aneel implementou, em 2012, por meio da Resolução Normativa Aneel nº 482, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), a fim de incentivar a geração de energia renovável. Esse sistema permite que o usuário produza a própria energia utilizando fontes renováveis, como painéis solares, e utilize o que sobrar para reduzir a conta de luz. Além disso, o excedente é convertido em créditos e pode ser utilizado em outras unidades que o usuário possua, desde que estejam na mesma área de concessão.

Ou seja, o SCEE permite que a energia injetada por unidades consumidoras com microgeração distribuída (potência instalada até 75 kW) ou minigeração distribuída (potência instalada entre 75 kW e 5 MW) seja cedida, por meio de empréstimo gratuito, à distribuidora local, e posteriormente compensada com o consumo de energia elétrica, respeitando-se a validade de 60 meses. Essa solução ajuda a economizar, sendo sustentável e promovendo o uso eficiente de energia.

Para que tenham acesso aos benefícios do SCEE, os usuários devem solicitar a realização da conexão na rede de distribuição, por meio de requerimento formulado pelo acessante (consumidor) e entregue à acessada (distribuidora).

Após aprovação da documentação e tratativas dos serviços necessários, as condições técnicas e comerciais definitivas serão apresentadas pela distribuidora na emissão do Parecer de Acesso, que também garante a reserva de carga e/ou da geração pretendida. Somente com o Parecer de Acesso favorável o cliente estará autorizado a executar a implantação da central geradora.

Desde 2012, quando a Aneel criou o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCCE), a Cemig vem sendo protagonista no mercado de conexões de GD no país, sendo pioneira quanto ao número de conexões de geração distribuída e está em primeiro lugar em relação à potência injetada na rede.



A evolução do número de clientes de GD por classe, da quantidade de instalações geradoras conectadas na rede de distribuição da Cemig D, bem como da quantidade de energia injetada ao longo dos últimos anos é demonstrada na sequência:

	2020	2021	2022	2023	2024
Nº de clientes de GD	44.595	82.834	141.080	184.181	226.201
Residencial	1.637	2.390	3.439	4.248	4.496
Industrial	4.108	7.390	15.138	23.476	28.670
Comercial	7.526	14.236	20.953	28.013	33.092
Rural	264	361	611	889	1.145
Poder Público	3	5	7	11	18
Serviços Públicos	58.133	107.216	181.228	240.818	293.622
Total	44.595	82.834	141.080	184.181	226.201

AMBIENTE MACROECONÔMICO

No cenário internacional, o ano de 2024 começou sob a perspectiva de continuidade do movimento de convergência da inflação nos Estados Unidos em direção à meta de uma forma mais rápida. Essa expectativa foi frustrada no primeiro semestre do ano, pela manutenção da robustez no mercado de trabalho atrelada a números menos favoráveis de inflação nos Estados Unidos. Essa frustração deu margem a seguidas reavaliações, pelos agentes dos mercados, de quando enfim teria início o ciclo de corte de juros por parte do banco central norte-americano (FED).

Dados mais fracos do mercado de trabalho referentes a julho, bem como de inflação, levaram o FED a reduzir os juros básicos nos Estados Unidos (federal funds rate - FFR) em 50 pontos-base na reunião de setembro. Nas próximas duas reuniões do FED foram efetuadas duas reduções de 25 pontos base, levando a FFR ao nível de 4,25%-4,50% ao ano no encerramento de 2024.

O cenário internacional mais desafiador levou em parte a desvalorização do real em relação ao dólar americano, consequentemente, o aumento da inflação e da taxa básica de juros (a Selic) no Brasil em 2024.

No Brasil, o ano de 2024 foi marcado pelo crescimento da atividade econômica. Apesar da queda da safra de grãos em relação a 2023 (que havia sido recorde), causada por fatores climáticos, esse crescimento decorreu de uma combinação de: (i) pagamento extraordinário de precatórios, de cerca de R\$ 90 bilhões ao final de 2023; (ii) reforço de caixa de governos regionais em 2023, permitindo ampliação dos gastos em 2024; (iii) continuidade do bom momento do mercado de trabalho, reforçado pela dinâmica da construção civil; e (iv) melhora do mercado de crédito.

Entre os estímulos fiscais, vale notar que o pagamento de precatórios da ordem de R\$ 90 bilhões ao final de 2023 significou uma injeção de recursos de cerca de 0,8% do PIB na economia. Além disso, os gastos dos governos regionais em conjunto com a retomada do programa “Minha Casa, Minha Vida”, impulsionaram o setor de construção civil. O governo federal também direcionou cerca de 0,2% do PIB em recursos para o RS após a tragédia climática. Os esforços de reconstrução acabaram por reforçar a expansão do setor de construção, bem como da indústria de bens de consumo (especialmente duráveis).

O mercado de crédito se beneficiou da redução da taxa básica de juros (a Selic) iniciada em 2023 e que se estendeu para o primeiro semestre de 2024. O crédito às famílias se beneficiou do programa Desenrola ocorrido ao final de 2023, que reduziu a taxa de inadimplência, e do crescimento da renda.

A massa de renda ampliada sustentou alta de cerca de 7% em termos reais em 2024, mesmo após dois anos de expansão substancial em 2022 e 2023. Parte deste aumento refletiu a ampliação da ocupação, bem como o crescimento do rendimento médio real dos trabalhadores, fomentado tanto pela alta real do salário-mínimo como pela taxa de desemprego historicamente baixa (e abaixo da taxa de desemprego neutra). O emprego

formal também se expandiu ao longo do ano, encerrando 2024 com uma criação líquida de vagas em torno de 1,4 milhão.

No câmbio, o real se desvalorizou em relação ao dólar americano em 2024 (+24,50 % variação dez/2023-dez/2024, em parte pelo cenário internacional. A depreciação cambial só não foi maior porque, até novembro, o balanço de pagamentos se manteve forte.

A depreciação do câmbio, bem como as condições climáticas menos favoráveis, exerceu relevante pressão sobre a inflação. O mercado de trabalho apertado acabou se refletindo também na formação de preços mais sensíveis à atividade econômica, como os serviços. Com isso, a inflação encerrou o ano acima do teto da meta do IPCA, de 4,5%.

As expectativas de inflação seguiram trajetória de descolamento das metas ao longo do ano, terminado o ano com uma variação de 4,83%. A decisão de redução da Selic em maio de 2024, que não foi unânime e apresentou uma divisão em que os diretores que votaram por uma redução maior, foi interpretada como sinal de leniência com relação à inflação e estimulou um salto das expectativas inflacionárias para os anos seguintes.

Em reação a essa piora das expectativas de inflação, concomitante ao aumento das medidas de núcleo de inflação com a atividade econômica aquecida, o Comitê de Política Monetária (Copom) suspendeu o ciclo de reduções da Selic antes do que previsto, quando a Selic estava em 10,50% ao ano. Em setembro, apenas duas reuniões depois de ter interrompido o ciclo de reduções, conforme o quadro prospectivo para a inflação se tornou mais adverso, o Comitê de Política Monetária (Copom) retomou a elevação da Selic, com um aumento de 25 pontos-base. Em novembro, intensificou o ritmo de alta para 50 pontos-base e, em dezembro, para 100 pontos-base, sinalizando ainda ao menos mais duas altas de 100 pontos-base nas primeiras duas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) de 2025. Assim, a Selic encerrou o ano de 2024 em 12,25% ao ano, patamar mais alto que o de encerramento de 2023, que foi de 11,75% ao ano.

Apesar do bom desempenho da atividade econômica e do mercado de trabalho em 2024, a piora do cenário internacional e fiscal doméstico resultou em condições financeiras claramente mais adversas, com depreciação do câmbio, alta da inflação e das taxas de juros.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Mercado livre de energia

A partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A, ou seja, de alta e média tensão, puderam optar pela compra de energia elétrica de qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do SIN (Sistema Interligado Nacional), sendo que os consumidores com carga individual inferior a 500kw precisam ser representados por agente varejista perante a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os consumidores que optarem pela migração ao mercado livre de energia devem realizar o pagamento do serviço de distribuição de energia e os encargos relacionados ao serviço de distribuição para o concessionário de distribuição da sua localidade, e realizar o pagamento

do consumo de energia elétrica e dos tributos incidentes para o comercializador de energia escolhido.

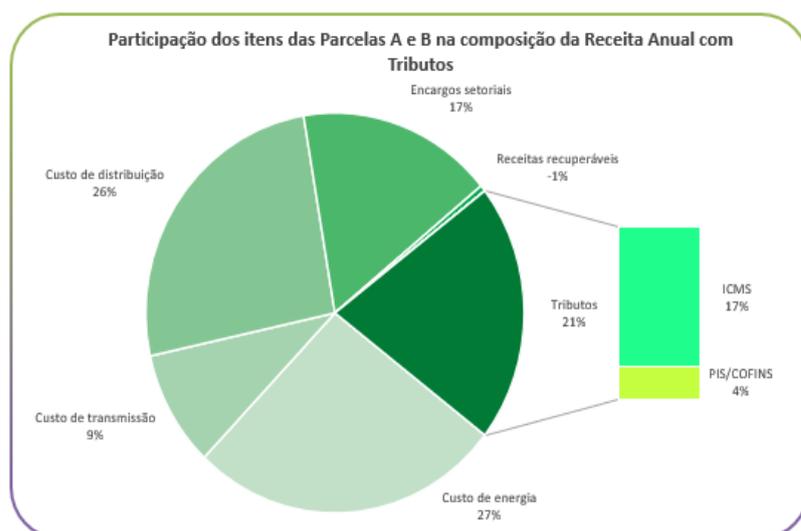
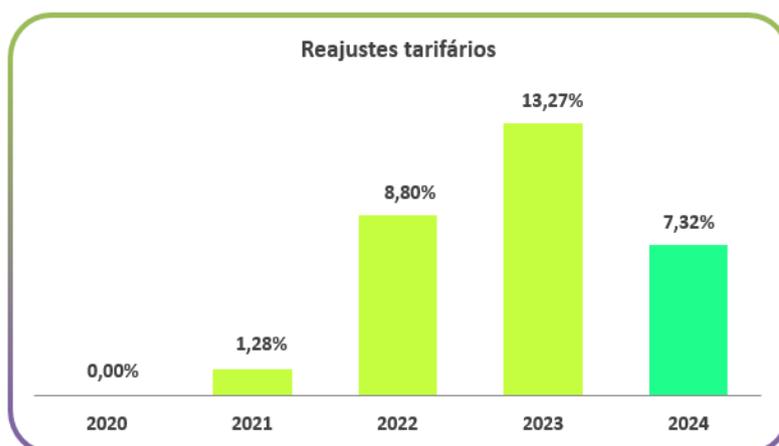
Reajuste Tarifário Anual

O reajuste tarifário da Cemig D ocorre anualmente em 28 de maio e, a cada cinco anos, conforme estabelecido em contrato, ocorre no mesmo mês a revisão tarifária. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o Fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de *price-cap*.

Em 21 de maio de 2024, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig Distribuição, para vigência no período de 28 de maio de 2024 a 27 de maio de 2025, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 7,32%, demonstrado na sequência. Para os consumidores residenciais conectados na Baixa tensão o impacto médio foi de 6,70%.

Nível de tensão	Efeito médio para o consumidor
Alta e média tensão – Grupo A	8,63%
Baixa tensão – Grupo B	6,72%
Reajuste médio	7,32%

Essa variação decorre do reajuste dos itens de custos da Parcela A e da B, inclusão de novos componentes financeiros para compensação dos 12 meses subsequentes e retirada dos que vigoraram no ciclo anterior, além da variação acumulada do IPCA no período de maio de 2023 a abril de 2024.



Importante mencionar que, do valor cobrado na fatura, somente 26% ficam na Companhia e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da concessionária, sendo essa parcela chamada de Parcela B. Os demais 74% são repassados para cobrir custos não gerenciáveis pela Companhia, com destaque para a compra de energia e tributos.

Critérios de eficiência

Uma das exigências do contrato de concessão da Cemig D está associada ao cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão.

Eventual descumprimento por três anos consecutivos, para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento, e por dois anos consecutivos, para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira, implicará a abertura de processo que pode levar à declaração de caducidade da concessão. Essa regra foi regulamentada pela Resolução Normativa nº 948/2021, sintetizada conforme segue:

Indicador	Critérios	Medidas decorrentes do descumprimento
Gestão econômica e financeira	No ano base	Aporte de capital (1) Limitação de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
Gestão econômica e financeira	2 anos consecutivos	Caducidade da concessão
Qualidade do fornecimento	No ano base	Plano de resultados (2)
Qualidade do fornecimento	2 anos consecutivos ou 3 dos 5 anos civis anteriores	Limitação de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (3)
Qualidade do fornecimento	3 anos consecutivos	Caducidade da concessão

- (1) Em até 180 dias contados do término de cada exercício social, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira.
- (2) O descumprimento de qualquer dos limites do DEC ou do FEC por um ano torna obrigatória a apresentação pela concessionária de um Plano de Resultados, que deverá ser submetido ao aceite prévio da Aneel e acompanhado em sua execução pelas áreas de fiscalização.
- (3) Essa limitação passará a vigorar a partir de 1º de janeiro do ano civil subsequente ao ano do descumprimento do indicador.

O critério de qualidade do fornecimento é mensurado pelos indicadores de continuidade coletivos: DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora).

O critério de eficiência com relação à gestão econômica e financeira é mensurado pela seguinte inequação:

$$\frac{Dívida\ líquida^1}{Lajida^2 - QRR^3} \leq \frac{1}{(1,11 * Selic^4)}$$

1. A dívida líquida corresponde a dívida bruta deduzida dos Ativos Financeiros, à exceção de Ativos e Passivos Financeiros em discussão administrativa ou judicial. A dívida corresponderá ao somatório de passivos formado por empréstimos, financiamento, debêntures, passivo atuarial (previdência privada e benefícios pós-emprego), parcelamentos de tributos, instrumentos financeiros derivativos, tributos em atraso, custos e encargos setoriais em atraso e renegociados, passivos financeiros setoriais que não estejam em discussão administrativa ou judicial, suprimento/compra de energia elétrica para revenda (curto prazo sem cobertura tarifária).
2. Lajida calculado conforme metodologia definida pela Aneel.
3. QRR: Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória: será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, atualizada pela variação da Parcela B Regulatória e calculada de forma pro rata.
4. Selic: deverá ser limitada a 9,009% ao ano, caso supere esse percentual e a 6,006%, caso seja inferior a este último percentual.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão da Cemig D foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Para o exercício de 2024 a apuração ainda não ocorreu, sendo realizada quando da divulgação das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Inclusão de geração distribuída no cálculo das perdas não-técnicas das distribuidoras

Em 11 de março de 2024, a Aneel aprovou mudança na metodologia de cálculo das perdas não-técnicas das distribuidoras, para incluir geração distribuída. Assim, a energia injetada na rede via micro e minigeração distribuída será considerada no cálculo de perdas não-técnicas. De acordo com a nova regra o cálculo passará a ser realizado com base no consumo medido das distribuidoras e não mais com base no mercado faturado, que considera aspectos comerciais tais como cobranças retroativas, créditos e disponibilidade.

Esse aprimoramento da regulação aumenta os limites de perdas das empresas e terá impacto a partir dos processos de reajustes tarifários de 2025.

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 23 de abril de 2024, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2024 a fevereiro de 2025. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às distribuidoras foi de 7,72% (7,42% em 2023) e às transmissoras e usinas cotistas foi de 7,56% (7,26% em 2023).

DESEMPENHO OPERACIONAL

Balço energético

	2024	2023	2022	2021	2020
Venda de energia	28.923.620	28.114.542	26.628.031	26.137.805	25.357.962
Fornecimento	28.923.620	28.114.542	26.628.031	26.137.805	25.357.962
Consumidores Livres / Dist. / Ger.	25.609.642	23.919.345	22.779.582	22.356.887	20.195.618
Mercado atendido	54.533.262	52.033.887	49.407.613	48.494.692	45.553.580
Perdas na rede básica	405.766	419.740	501.407	470.140	466.904
Perdas na distribuição	6.305.781	6.239.227	6.172.362	6.135.258	6.545.110
Perdas técnicas	4.875.397	4.842.855	4.872.141	4.788.861	4.566.971
Perdas não técnicas - PNT	1.430.383	1.396.372	1.300.221	1.346.397	1.978.139
PNT / energia requerida total %	2,3%	2,40%	2,32%	2,40%	3,76%
Perdas totais - PT	6.711.546	6.658.967	6.673.769	6.605.398	7.012.014
PT / energia requerida total %	11,00%	11,30%	11,90%	11,99%	13,34%
Energia requerida total	61.244.808	58.692.854	56.081.382	55.100.090	52.565.594

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

(As informações deste relatório de desempenho não foram auditadas pelos auditores independentes)

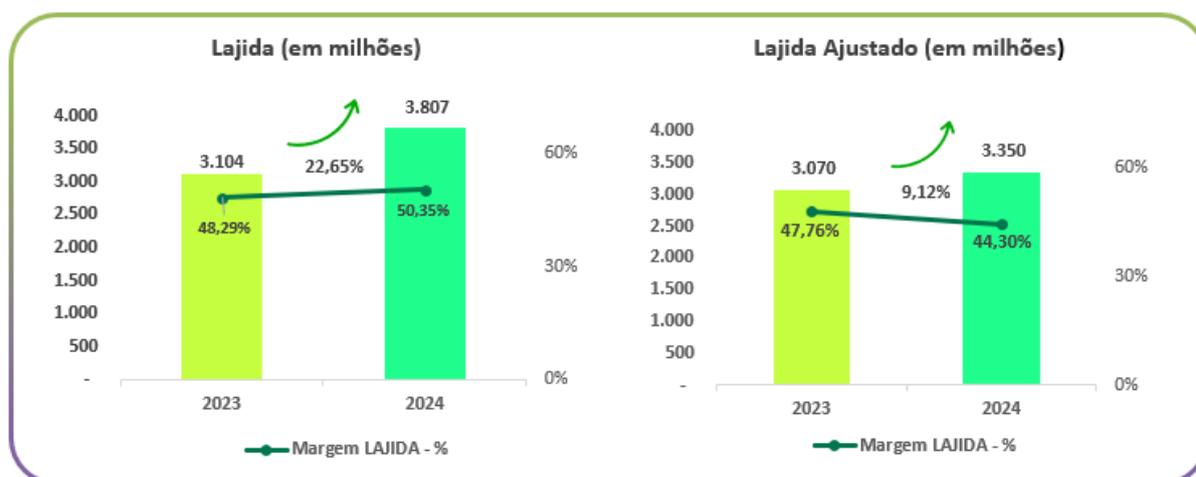
Resultado do exercício

A Cemig Distribuição teve um crescimento de 36,91% no lucro líquido, sendo R\$2.206 milhões em 2024, em comparação a R\$1.611 milhões no exercício de 2023. As principais variações na comparação dos resultados de 2024 e 2023 estão apresentadas a seguir:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

Lajida - R\$ milhões	Nota	2024	2023	Var %
Lucro líquido do período		2.206	1.611	36,91
Despesa com imposto de renda e contribuição social	9c	662	405	63,38
Resultado financeiro líquido	26	17	253	(93,36)
Amortização	25c	922	834	10,56
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)		3.807	3.104	22,66
Programa de desligamento voluntário programado		56	(34)	-
Reversão de Provisões Tributárias - INSS s/ PLR		(513)	-	-
= Lajida ajustado (2)		3.350	3.070	9,14

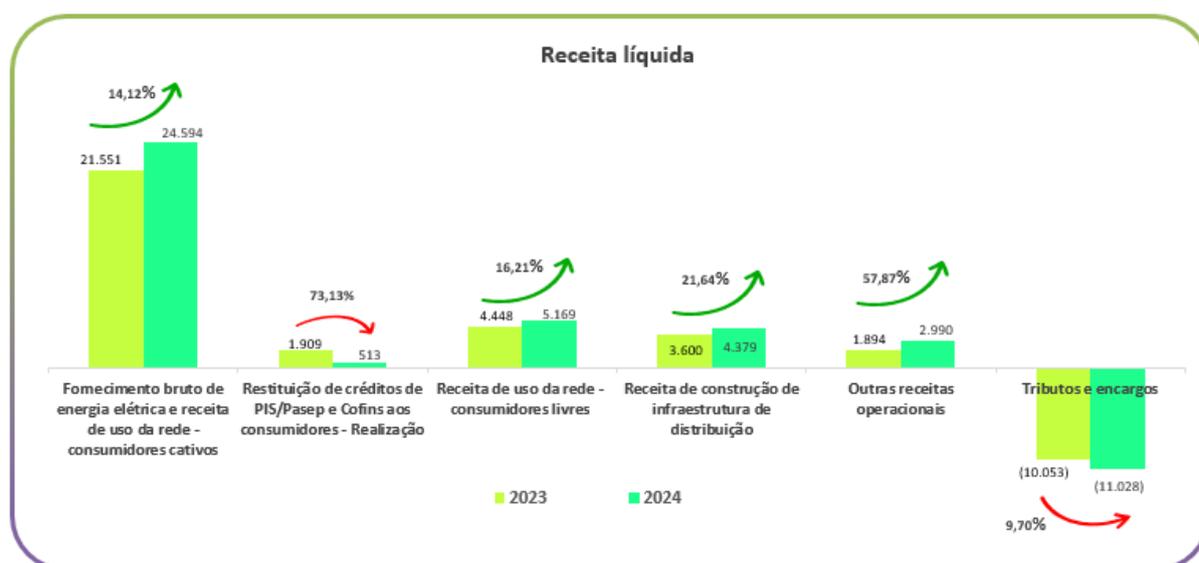
- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia apresenta o Lajida ajustado para melhor compreensão da forma como o seu desempenho operacional foi impactado por eventos extraordinários que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.



Receita líquida

A composição da receita líquida da Companhia é conforme segue:

	2024	2023
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos	24.594	21.551
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	513	1.909
Receita de uso da rede - consumidores livres	5.169	4.448
Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos	423	(213)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	4.379	3.600
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	104	149
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(157)	(139)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	-	(4)
Outras receitas operacionais	2.620	2.100
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas	(11.028)	(10.053)
	26.617	23.348



Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$24.594 milhões em 2024, em comparação a R\$21.551 milhões no exercício de 2023, representando um aumento de 14,00%.

	2024			2023			Variações (%)	
	MWh(1)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (2)	MWh(1)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (2)	MWh(1)	R\$
Residencial	14.430.057	12.971	898,89	13.310.995	10.794	810,93	8,41	20,16
Industrial	1.356.598	1.134	835,56	1.552.419	1.174	756,28	(12,61)	(3,45)
Comércio, serviços e outros	6.399.845	5.304	828,77	6.354.344	5.019	789,84	0,72	5,68
Rural	3.533.721	2.497	706,64	3.447.474	2.224	645,18	2,50	12,27
Poder público	1.040.795	936	899,47	973.118	786	807,50	6,95	19,13
Iluminação pública	972.909	546	560,77	1.056.276	498	471,12	(7,89)	9,63
Serviço público	936.690	728	776,94	1.055.300	744	704,82	(11,24)	(2,16)
Subtotal	28.670.615	24.115	841,11	27.749.926	21.239	765,36	3,32	13,54
Consumo próprio	30.339	-	-	30.942	-	-	(1,95)	-
Suprimento a outras Concessionárias (3)	-	366	-	-	172	-	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	113	-	-	140	-	-	-
Total	28.700.954	24.594	-	27.780.868	21.551	-	3,31	14,12

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(2) O preço médio não inclui a receita com consumo próprio, receita de suprimento a outras Concessionárias e fornecimento não faturado.

(3) Refere-se a Contratos de Cessão de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR por meio do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit - MCS D

A energia faturada aos clientes cativos e a energia transportada para clientes livres no exercício de 2024 aumentou 3,31% em relação ao exercício de 2023. Esse resultado é a composição de uma redução de 1,6% no consumo do mercado cativo e acréscimo de 7,1% no uso da rede pelos clientes livres.

As principais variações no fornecimento de energia estão descritas a seguir:

Residencial

O consumo residencial aumentou 8,41% no exercício de 2024, frente ao exercício de 2023. Este comportamento está relacionado:

- Aumento de 3,0% na quantidade de consumidores;
- Aumento de 2,1% no consumo médio mensal por consumidor (passou de 130,4 kWh/mês para 133,1 kWh/mês);
- Temperaturas acima da média em alguns meses;
- Melhora no cenário econômico;

Industrial

A classe apresentou redução de 12,61% em relação a 2023. Esta redução está relacionada, principalmente, à migração de consumidores para o mercado livre. Em contrapartida, a energia transportada dos clientes livres industriais apresentou variação de 4,95% em linha com o comportamento da produção física.

Poder Público

A energia faturada aumentou 6,95% no exercício de 2024 em comparação ao exercício anterior, devido principalmente ao aumento da quantidade de consumidores (4,4% considerando o exercício anterior)

Iluminação Pública

A quantidade de energia faturada reduziu 7,89% no exercício de 2024 em comparação ao exercício anterior devido, à substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas de LED.

Serviço Público

A quantidade de energia faturada reduziu 11,24% no exercício de 2024 em comparação ao exercício anterior devido, principalmente, à migração de clientes cativos para o ambiente livre.

Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No exercício de 2024, essa receita correspondeu ao montante de R\$5.169 milhões, comparada a R\$4.448 milhões ao exercício de 2023, representando um aumento de 16,22%.

Essa variação decorre, principalmente, de um aumento de 18,60% no uso da rede pelos clientes livres da classe comercial e 4,95% e 35,98% da classe industrial e serviço público respectivamente, no exercício de 2024, em relação ao exercício anterior, além do reajuste tarifário anual da distribuidora.

	MWh(1)		
	2024	2023	Var %
Industrial	22.035.453	20.996.914	4,95
Comercial	2.414.550	2.035.821	18,60
Rural	77.159	45.673	68,94
Serviço Público	597.273	439.225	35,98
Poder Público	7.021	1.622	332,86
Concessionárias	329.352	317.569	3,71
Total de energia transportada	25.460.808	23.836.824	6,81

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras as variações positivas ou negativas verificadas entre os custos não gerenciáveis efetivos e os custos estimados utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários.

No exercício de 2024, foi reconhecido uma receita no montante de R\$423 milhões, em comparação a uma despesa de R\$213 milhões no exercício de 2023. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia adquirida em leilões no ambiente regulado e a uma menor realização dos componentes financeiros que são repassados na tarifa.

Mais informações sobre a composição e movimentação da CVA na nota explicativa nº11b.

Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores

Em maio de 2024, a Cemig D concluiu a devolução dos valores referentes à restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores, que vinha sendo devolvido a partir de revisões tarifárias. Desse modo, o ajuste na receita referente à realização dessa restituição ocorreu até o segundo trimestre de 2024, sendo de R\$513 milhões, em comparação a R\$1.908 milhões no exercício de 2023. Mais detalhes na nota explicativa nº 17.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$4.379 milhões no exercício de 2024, comparadas a R\$3.600 milhões no exercício de 2023, um crescimento de 21,62%. Essa variação deve-se, basicamente, ao aumento no número de obras devido ao Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), principalmente em redes de distribuição, e conseqüentemente elevou as receitas de construção em relação ao exercício passado.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia em ativos da concessão.

Tributos e encargos incidentes sobre a receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$11.028 milhões no exercício de 2024 em comparação a R\$10.053 milhões no exercício anterior, representando um aumento de 9,70%. Essa variação está associada, principalmente, a tributos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas

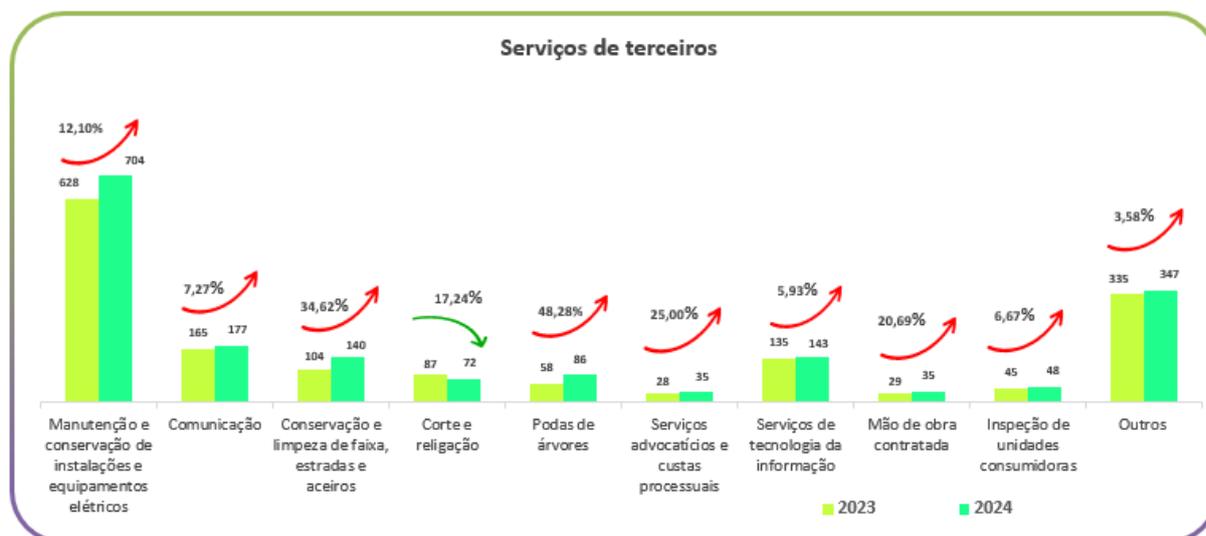
Os custos e despesas foram de R\$23.732 milhões no exercício de 2024, comparados a R\$21.079 milhões no exercício de 2023, representando um aumento de 12,59%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas podem ser obtidas na nota explicativa nº 23 demonstrações financeiras.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional do exercício de 2024 foi uma despesa no montante de R\$323 milhões, em comparação a uma despesa de R\$400 milhões no exercício de 2023. Essa variação decorre, principalmente, da redução dos participantes do Plano de Saúde Integrado (PSI), devido à adesão voluntária dos funcionários ativos ao novo plano de saúde, o Plano Premium, ofertado pela Companhia.

Serviços de terceiros

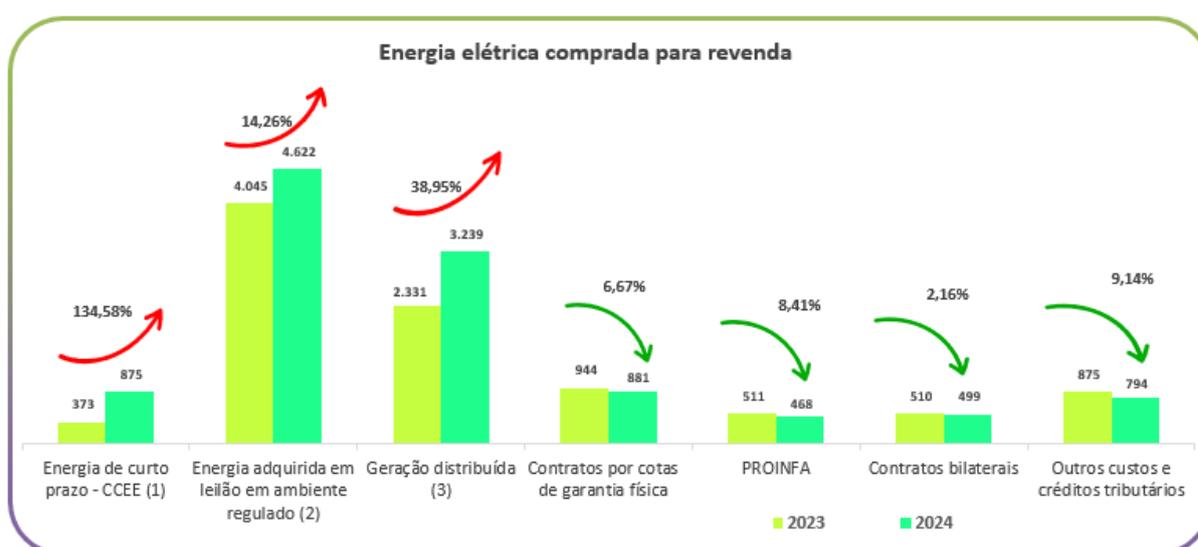


A despesa com serviços de terceiros foi de R\$1.787 milhões no exercício de 2024, comparada ao montante de R\$1.614 milhões no exercício de 2023, representando um aumento de 10,72%. Os principais fatores que impactaram essa despesa foram:

- aumento de 12,10% na despesa com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos, sendo de R\$704 milhões no exercício de 2024, em relação a R\$628 milhões no exercício de 2023, refletindo o maior volume de manutenções realizadas no período.

- aumento de 34,62% na despesa com conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros, sendo R\$139 milhões no exercício de 2024, comparada a R\$104 milhões em 2023, e aumento de 48,59% na despesa com podas de árvores sendo R\$86 milhões no exercício de 2024 comparado a R\$57 milhões no exercício de 2023. Ambas as variações estão atreladas a uma maior execução desses serviços a fim de evitar e diminuir a duração da interrupção de energia, quando incorrida.
- redução de 16,81% na despesa com corte e religação sendo de R\$72 milhões no exercício de 2024 comparado a R\$87 milhões no exercício de 2023. Essa variação decorre principalmente do emprego de tecnologias mais avançadas na programação de alvos e ampliação da instalação de medidores inteligentes, possibilitando a atuação em corte e religação remotos.

Energia elétrica comprada para revenda



O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$11.379 milhões no exercício de 2024, comparado a R\$9.589 milhões no exercício anterior, representando um aumento de 18,67%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- No exercício de 2024, houve um aumento no custo com energia de curto prazo, causado principalmente pela elevação do custo com risco hidrológico, devido à baixa hidrologia verificada no ano 2024 e pela redução de 21% na receita da energia liquidada impactada pela modulação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) horário. Sendo um custo de R\$875 milhões no exercício de 2024 comparativamente a R\$373 milhões no exercício anterior.
- aumento de 14,26% no custo com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$4.622 milhões no exercício de 2024 comparado a R\$4.045 milhões no exercício de 2023. Esse aumento é reflexo dos reajustes contratuais anuais, atrelados ao IPCA, e da entrada de novos contratos;
- aumento de 38,95% no custo com geração distribuída, sendo de R\$3.239 milhões no exercício de 2024 comparado a R\$2.331 milhões no exercício de 2023. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras (301.804 no exercício de 2024,

comparada a 249.701 no exercício anterior) e do aumento na quantidade de energia injetada (6.116 GWh no exercício de 2024, comparado a 4.720 GWh no exercício anterior);

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Ver mais informações na nota explicativa nº 24a.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso do sistema elétrico totalizaram R\$3.356 milhões no exercício de 2024, comparado a R\$3.067 milhões no exercício anterior, representando um aumento de 9,43%.

Este custo refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, bem como do sistema elétrico, sendo os valores a serem pagos e/ou recebidos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação é justificada, principalmente, pela maior contratação dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão (MUST), no exercício de 2024, reflexo de aumento de carga da Cemig D. Além disso, houve aumento da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) no reajuste tarifário anual, homologado em maio de 2024.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 11b.

Provisões

As provisões representaram uma reversão de R\$205 milhões em 2024, em comparação a uma constituição de R\$285 milhões em 2023, sendo essa variação atrelada, principalmente, aos seguintes fatores:

- aumento de 32,99% nas provisões para contingências trabalhistas, que apresentou constituição líquida de R\$129 milhões de 2024, em comparação à constituição líquida de R\$97 milhões em 2023. Essa variação decorre, principalmente, do andamento processual de ações coletivas trabalhistas, que realizaram a revisão do cálculo pericial, após a definição de lista de substituídos;
- aumento de 58,75% nas provisões para contingências cíveis, que apresentou constituição líquida de R\$127 milhões em 2024, em comparação à constituição líquida de R\$80 milhões em 2023. Essa variação decorre, principalmente, de decisões desfavoráveis à Companhia referentes a irregularidades na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica.
- Variação nas provisões para contingências tributárias, que representou uma reversão de provisão de R\$490 milhões em 2024, em comparação à constituição líquida de R\$96 milhões em 2023. Essa variação decorre, principalmente, de decisão favorável à

Companhia, em 1ª instância, que determinou o cancelamento da cobrança e a extinção da execução fiscal de processo relacionado às contribuições previdenciárias sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o que gerou o reconhecimento de uma reversão de provisão no montante de R\$513 milhões.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no exercício de 2024 foi uma despesa financeira de R\$16 milhões, comparada a uma despesa financeira de R\$253 milhões no exercício de 2023. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução de 78,64% na receita financeira relativa à variação monetária de CVA e outros componentes financeiros que foi de R\$16 milhões no exercício de 2024, em comparação a uma receita financeira de R\$76 milhões no exercício anterior. Essa variação decorre, basicamente, do menor montante, relativo aos itens que são atualizados financeiramente, homologado no reajuste tarifário de 2024, comparado ao valor desses itens no reajuste tarifário de 2023.
- aumento de 22,22% na receita financeira com renda de aplicação financeira, sendo R\$123 milhões no exercício de 2024, comparadas a R\$100 milhões no exercício de 2023. Essa variação justifica-se, principalmente devido a um maior volume médio de caixa disponível para aplicações;
- variação na atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, sendo uma receita financeira de R\$371 milhões no exercício de 2024, comparada a uma despesa financeira de R\$129 milhões no exercício de 2023. Em maio de 2024, foi reconhecida a baixa do saldo remanescente do passivo de “Valores a restituir a consumidores” que foi devolvido a partir das revisões tarifárias, reduzindo a base de cálculo desta despesa financeira. Mais detalhes na nota explicativa nº16;
- um aumento de 71,70% com a despesa de variação monetária de debêntures, sendo R\$231 milhões no exercício de 2024, comparada a R\$135 milhões no exercício de 2023 e um aumento de 42,61% encargos de debêntures, sendo R\$551 milhões no exercício de 2024, comparada a R\$386 milhões no exercício de 2023. Essa variação decorre, principalmente, da contratação da 10ª emissão de debêntures, que elevou o montante de dívida da Companhia e, por consequência, a despesa de variação monetária. Além do impacto da variação do IPCA, principal indexador utilizado para a atualização monetária das dívidas da Companhia, que apresentou uma variação de 4,83% de julho a setembro de 2024, comparada a variação de 4,62% no mesmo período de 2023.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 24 destas demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou, no exercício de 2024, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$662 milhões em relação ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R\$2.868 milhões. No exercício de 2023, a Companhia apurou uma

despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$405 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$2.017 milhões.

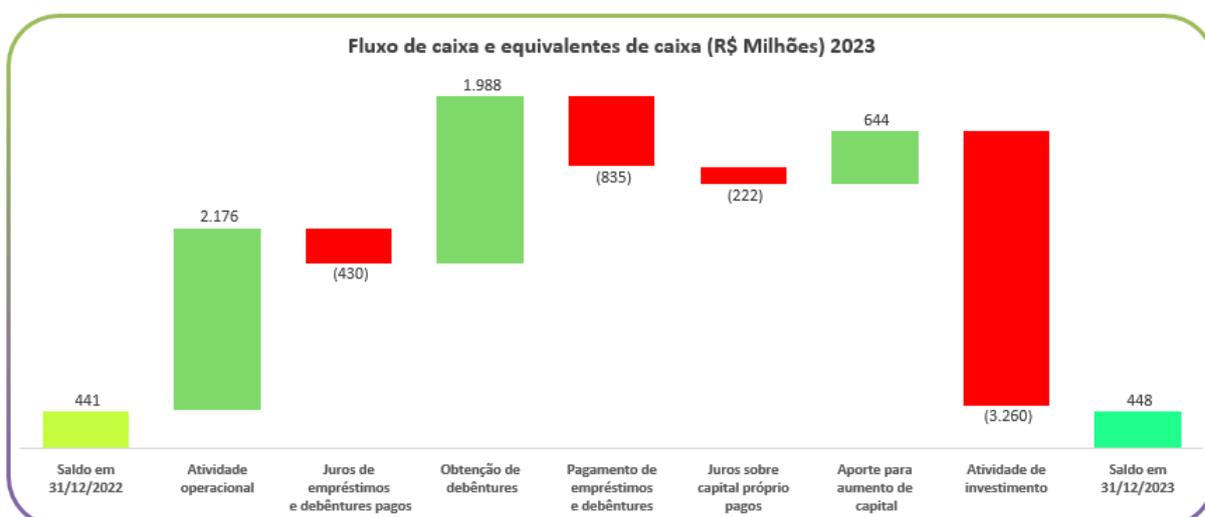
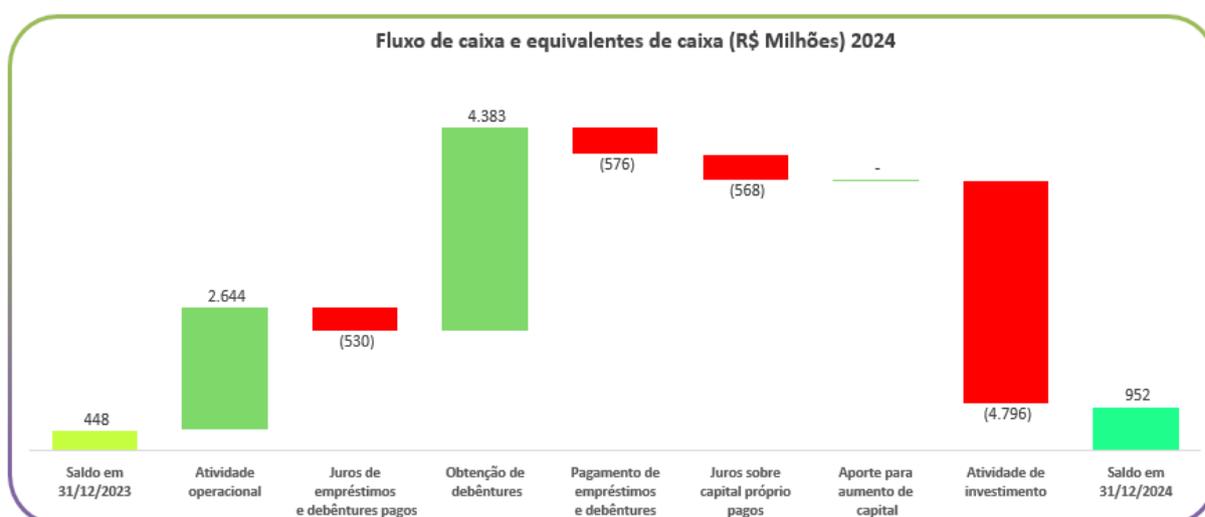
As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8d destas demonstrações financeiras.

Liquidez e recursos de capital

O negócio da Companhia é de capital intensivo. Historicamente, a Companhia tem necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

Caixa e equivalentes de caixa

A evolução dos fluxos de caixa da Companhia para os exercícios de 2024 e 2023 é demonstrada a seguir:



Os principais eventos que impactaram o total de Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários durante o exercício de 2024 foram:

- Ao longo de 2024, a Cemig D concluiu a emissão da 10ª e 11ª emissão de debêntures, resultando em uma entrada de caixa, líquida dos custos de transação, de R\$4.383 milhões. Mais detalhes sobre essas captações na nota explicativa nº 18.
- Em contrapartida, a Cemig D, em linha com a atual política de investimentos, investiu R\$4.090 milhões na infraestrutura de distribuição, no exercício de 2024.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA

Com o objetivo de viabilizar recursos para a execução do Plano Plurianual e Estratégico da Cemig, a Companhia planejou, identificou e captou recursos de terceiros no mercado de capitais nacional em condições compatíveis com os seus projetos e negócios.

A Companhia apresentou relevante geração de caixa de suas atividades operacionais, consequência de um elevado índice de arrecadação, rigoroso combate à inadimplência, bem como perdas e despesas operacionais alinhados aos limites regulatórios.

Como resultado, o expressivo volume de investimentos foi parcialmente financiado com a geração de caixa operacional, contribuindo para a sustentabilidade das suas operações e continuidade do seu programa de investimentos.

Em complemento aos recursos próprios, recursos de terceiros foram utilizados para financiar o programa de investimentos.

Em março de 2024, a Cemig D captou recursos por meio da 10ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 2.000 milhões, em duas séries. A 1ª série foi emitida no valor de R\$ 400 milhões, com incidência de juros remuneratórios de CDI + 0,80% a.a., com prazo de 5 anos e amortizações nos 4º e 5º anos. A 2ª série foi emitida no valor de R\$ 1.600 milhões, com incidência de juros remuneratórios de IPCA + 6,1469% a.a., com prazo de 10 anos e amortizações nos 8º, 9º e 10º anos. O saldo devedor dessa dívida em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 2.114 milhões.

Em setembro de 2024, a Cemig D realizou uma nova captação de recursos por meio da 11ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 2.500 milhões, em duas séries. A 1ª série foi emitida no valor de R\$ 1.000 milhões, com incidência de juros remuneratórios de CDI + 0,55% aa, com prazo de 7 anos e amortizações nos 6º e 7º anos. A 2ª série foi emitida no valor de R\$ 1.500 milhões, com incidência de juros remuneratórios de IPCA + 6,5769% aa, com prazo de 12 anos e amortizações nos 11º e 12º anos. O saldo devedor dessa dívida em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 2.581 milhões.

Ao longo de 2024, a Cemig D desembolsou R\$ 1.106 milhões com serviço da dívida (principal e juros), sendo R\$ 576 milhões referente à amortização do principal.

Como consequência das novas emissões, que foram realizadas com prazos de vencimentos alongados, a Cemig D aumentou significativamente o prazo médio da sua dívida de 2,7 anos, em 31 de dezembro de 2023, para 5,1 anos, em 31 de dezembro de 2024. Apesar do

expressivo aumento do prazo médio, que contribui para a liquidez da Companhia, os custos nominais e reais da dívida se alteraram marginalmente. Em 31 de dezembro de 2023, eles eram 11,50% a.a. e 6,55% a.a., respectivamente, enquanto em 31 de dezembro de 2024 eles eram 12,01% a.a. e 6,79% a.a., respectivamente.

Com relação ao risco de crédito corporativo, as principais agências de classificação de risco avaliam os *ratings* da Cemig de maneira consolidada, ou seja, a Cemig, Cemig D e Cemig GT possuem as mesmas notas nas avaliações de cada agência.

Considerando esta contextualização, os *ratings* locais foram mantidos ou elevados ao longo do ano. A Fitch elevou o *rating* da Cemig para AAA, enquanto a Moody's elevou para AA+. Por fim, a Standard & Poor's reafirmou o *rating* AA+, entretanto melhorou a sua perspectiva, alterando-a de estável para positiva. Dessa forma, todas as agências melhoraram sua visão de crédito consolidada sobre a Cemig, refletindo sua diversificada operação, gestão financeira adequada, com melhoria do perfil de liquidez, e melhora dos indicadores de desempenho operacionais.

Com relação aos *ratings* globais, a Fitch e Standard & Poor's reafirmaram as notas BB e BB-, respectivamente, enquanto a Moody's elevou a nota de Ba2 para Ba1.

A tabela a seguir apresenta a posição de *rating* da Cemig nas três principais agências:

	Investment Grade										Speculative grade						
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+
2009																	
2018																	
2024																	

	Investment Grade										Speculative grade						
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC
2009																	
2018																	
2024																	

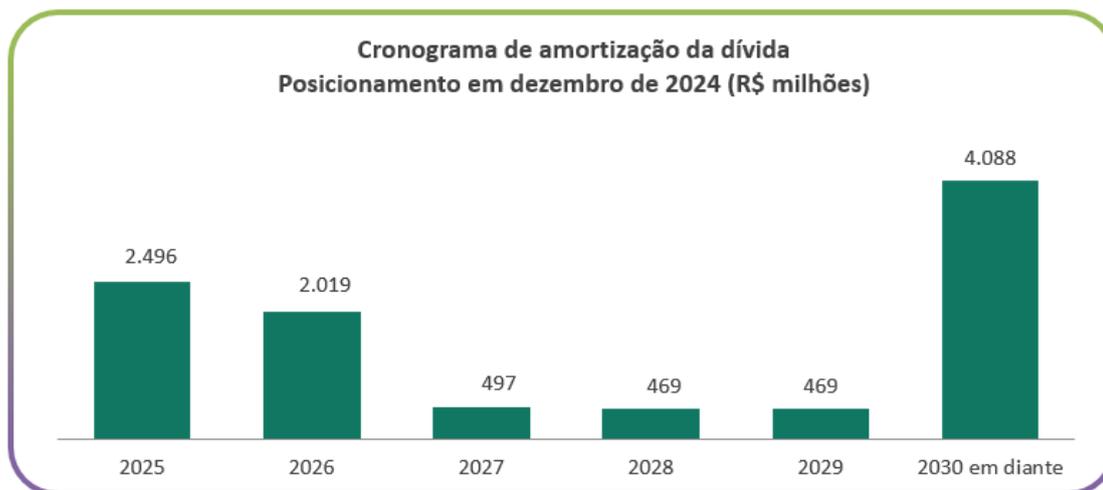
	Investment Grade										Speculative grade						
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1
2009																	
2018																	
2024																	

Os detalhes sobre as Debêntures emitidas pela Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão apresentados na nota explicativa nº 18 das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2024.

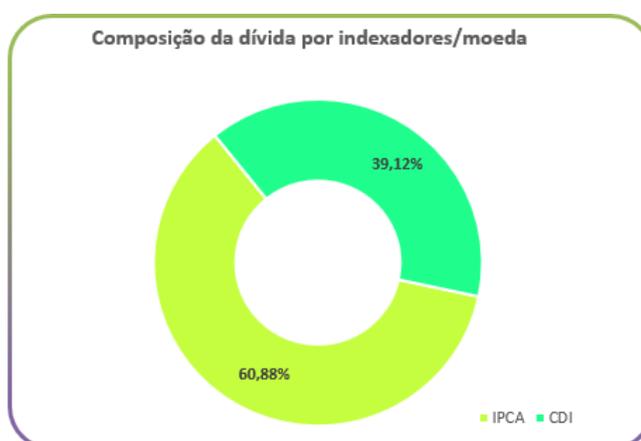
A Companhia conta com *covenants* financeiros restritivos, atrelados a todas as emissões de debêntures, que limitam a sua capacidade de endividamento e distribuição de dividendos.

O endividamento bruto da Cemig D, em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$10 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 5,1 anos.

O cronograma de amortizações da dívida é apresentado no gráfico a seguir:



A composição da dívida da Companhia por indexadores, em 31 de dezembro de 2024, é conforme segue:



A Companhia possui um *hedge* natural, com correção pelo IPCA, índice que atualiza seus serviços de distribuição. O custo real da dívida da Cemig D é de 6,79% a.a. e de 12,10% a.a. em custo nominal.

Administração de capital

A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela dívida líquida, dividida pelo Lajida ajustado. A dívida líquida é calculada como o total de empréstimos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

A dívida líquida da Companhia é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures (nota 18)	10.038	5.888
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(952)	(448)
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	(163)	(3)
Dívida líquida	8.923	5.437
Lajida ajustado (1)	3.350	3.070
Relação da dívida líquida sobre Lajida ajustado	2,66	1,77

(1) A conciliação do Lajida ajustado com o Lajida calculado conforme Resolução CVM nº 156/2022 está apresentada na seção do Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado.

As comparações do passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Total do passivo	21.172	18.699
Caixa e equivalentes de caixa	(952)	(448)
Títulos e valores mobiliários	(118)	(3)
Passivo líquido	20.102	18.248
Total do patrimônio líquido	11.281	8.883
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	1,78	2,05

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se até 30 de abril de 2025, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido de 2024, no montante de R\$2.206 milhões:

- R\$108 milhões, relativos a 5% do lucro líquido ajustado pela reserva de incentivos fiscais, sejam alocados à conta de reserva legal;
- R\$51 milhões sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2024 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- R\$742 milhões sejam destinados para pagamento de dividendos, na forma de juros sobre capital próprio (“JCP”);
- R\$472 milhões dos dividendos obrigatórios sejam retornados para o Patrimônio Líquido na conta de Reserva de retenção de lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2025;
- R\$833 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de retenção de lucros, para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2025.

INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES

Dentro da estratégia de investir em Minas Gerais, em 2024 foram investidos R\$4,18 bilhões no negócio de distribuição, valor expressivo que marca uma mudança de patamar nos investimentos da Cemig D na concessão de distribuição. Isso representa mais oferta de energia, o que impulsiona o crescimento do estado e um atendimento de mais qualidade aos clientes.

Esse maior investimento da Cemig D também terá impactos positivos na melhoria da qualidade no fornecimento de energia elétrica, atendimento ao cliente e redução dos custos com operação e manutenção, tendo em vista a maior confiabilidade do sistema elétrico.

A Cemig D tem uma previsão de fortalecimento do seu programa de investimentos, em linha com o planejamento estratégico do Grupo Cemig, com a expectativa de investimentos relevantes de R\$23,5 bilhões de 2025 a 2029, com reflexos positivos na base de remuneração regulatória e consequente aumento da receita.

Plano de Desenvolvimento da Distribuição - PDD

A Cemig D define, por meio do Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), a priorização dos investimentos a serem realizados pela distribuidora, referentes à Base de Remuneração Regulatória (BRR), e a respectiva gestão prudente dos recursos no ciclo tarifário vigente. O objetivo é o incremento da disponibilidade de energia elétrica de forma contínua, com qualidade, segurança e na quantidade requerida pelos clientes, promovendo o desenvolvimento social e econômico na sua área de concessão.

Em 2023, deu-se o início ao 5º ciclo quinquenal de investimentos, conforme regulação do setor, que compreende o período de 2023 a 2027, tendo sido aprovado o valor de R\$ 21,9 bilhões. O PDD atual aprovado, 3 vezes maior que o PDD do ciclo anterior, prevê investimentos estruturantes e com forte modernização e digitalização dos ativos, promovendo a melhoria da qualidade do fornecimento de energia e a eficiência dos processos operativos.

O PDD consiste na realização de empreendimentos vinculados ao sistema elétrico de potência, associados à expansão, reforço, reforma e renovação de ativos da Cemig D, como subestações e linhas de distribuição. O plano é dividido em macroprojetos que agrupam os diversos projetos da mesma natureza.

O macroprojeto de Atendimento Urbano concentra os investimentos necessários para atendimento às demandas de fornecimento de energia a unidades consumidoras na área urbana, cujo atendimento é realizado sem ônus para o solicitante. Em 2024, foram realizados, aproximadamente, R\$ 290 milhões em investimentos, promovendo a extensão de 74 km de novas redes e permitindo a conexão ao sistema elétrico de 314.323 unidades consumidoras urbanas.

O atendimento às unidades consumidoras em área rural que fazem jus ao atendimento sem ônus é realizado por meio do macroprojeto de Atendimento Rural. Foram efetivadas as conexões de mais de 11.000 unidades consumidoras, por meio da extensão de 1.767 km de rede de média e baixa tensão, em 2024, perfazendo um total de R\$ 361 milhões em investimentos na infraestrutura de redes de distribuição rurais.

A conexão de unidades consumidoras que não se enquadram nos critérios de gratuidade do fornecimento de energia definidos pela regulação do setor elétrico é realizada pelas obras conduzidas no macroprojeto Atendimento Complementar. Foram investidos no sistema elétrico de distribuição de média e baixa tensão aproximadamente R\$667 milhões, pela Cemig D, e R\$540 milhões, pelos solicitantes, a título de participação financeira nas obras, no ano de 2024. Esses investimentos viabilizaram a conexão de 11.463 clientes e empreendimentos no sistema de distribuição da Cemig D.

Para que o sistema elétrico de distribuição consiga absorver todas as conexões de clientes e empreendimentos atendidos pelos macroprojetos Atendimento Urbano, Rural e Complementar, é necessário empreender diversas obras nos ativos de distribuição, tais como: ampliação de capacidade de potência, conversão de redes monofásicas em trifásicas, interligações entre alimentadores, reformas de redes e obras de contingência operativa. A realização do reforço e reforma do sistema elétrico é feita pelos macroprojetos de Reforço de Redes e Reforma de Redes, sendo que, no ano de 2024, ocorreram intervenções em 999 quilômetros de redes de média e baixa tensão, com um investimento total de R\$ 443 milhões.

Com vistas à eliminação de situações de risco de choque elétrico nas redes de distribuição da Cemig D foi definido o macroprojeto Segurança de Terceiros. Esse programa visa realizar os investimentos necessários para a remoção e/ ou afastamento de redes, para eliminar riscos de acidentes por toque direto, toque indireto ou outras situações de risco para terceiros, nas redes de distribuição. No último ano, foram regularizadas 567 instalações, com um investimento de R\$10,6 milhões.

Outra ação contemplada no Plano de Investimentos é a regularização do fornecimento de energia de famílias carentes, que vivem nos principais núcleos urbanos do estado, por meio do Programa Energia Legal. O investimento abrange a implantação de novas redes, inclusão na tarifa social e doações de padrões de energia e lâmpadas eficientes. Em 2024, foram realizados cerca de R\$38,6 milhões na regularização dessas ligações.

Com foco na melhoria da qualidade do fornecimento, renovação de ativos, expansão na capacidade de suprimentos e mudança de patamar tecnológico, o PDD prevê, ainda, automação de equipamentos de rede, substituição de medidores obsoletos, instalação de novos medidores com soluções inteligentes, como leitura, corte e religação remotos, investimentos em telecomunicações e meio ambiente, além de ações de manutenção e operação de linhas e redes de distribuição, como podas de árvores e inspeções, para reduzir o tempo de restabelecimento de energia, no caso de ocorrências. Nesses programas foram investidos, aproximadamente, R\$782 milhões em 2024.

No segundo ano do ciclo, o investimento realizado pela Cemig D foi de R\$4,18 bilhões, para uma meta de R\$4,15 bilhões, resultando em um desempenho de 101%. Os valores realizados estão sintetizados nos projetos que compõem o PDD, conforme tabela abaixo:

Macroprojeto	Valor investido (R\$ milhões)
Expansão e reforço em alta tensão	1.232
Atendimento a consumidores e acessantes (Participação Cemig)	353
Operação e manutenção em alta tensão	75
Operação e manutenção em média e baixa tensão	309
Reforço de redes de média e baixa tensão	304
Reforma de redes em média e baixa tensão	139
Atendimento ao mercado urbano em média e baixa tensão	290
Atendimento ao mercado rural em média e baixa tensão	361
Programa Complementar (Participação Cemig) em baixa e alta tensão	667
Troca de medição/medição de fronteira	197
BT Zero - Programa de regularização de comunidades	39
Telecomunicações	135
Plano diretor de automação da média tensão	65
Segurança de Terceiros (Participação Cemig)	11
Meio ambiente	1
Total	4.177

Programa Minas Trifásico

No plano de investimentos da Cemig D, um destaque é o Programa Minas Trifásico, que transformará cerca de 30.000 quilômetros de redes elétricas rurais monofásicas em redes trifásicas até 2027. Com ele, a Cemig D levará energia com mais qualidade e em maior quantidade para a população que vive no campo. O programa beneficiará quase todos os 774 municípios da área de concessão da Cemig D, promovendo a potencialização acelerada do agronegócio local, mais desenvolvimento, emprego e renda para as regiões mineiras.

O programa tem o propósito de melhorar a confiabilidade e a qualidade do fornecimento de energia elétrica aos clientes rurais, disponibilizando mais energia e apoiando a transformação da agricultura de subsistência em agronegócio.

O valor investido no Programa Minas Trifásico, em 2024, foi de aproximadamente R\$682 milhões, com extensão de 3.068 km de rede trifásica.

Programa Mais Energia

Outro destaque do plano de investimentos da Cemig D é o Programa Mais Energia, cujo objetivo é disponibilizar um sistema elétrico de distribuição robusto e capaz de atender as novas cargas e levar mais energia para o desenvolvimento do estado de Minas Gerais.

O programa prevê a construção de mais de 200 subestações modernas e digitalizadas, ampliando em mais de 50% o número atual de subestações que hoje atendem a cerca de 9 milhões de consumidores dentro de nossa área de concessão. Assim, as novas subestações irão suportar o crescimento advindo do Programa Minas Trifásico e das diversas iniciativas da Cemig e do estado de Minas Gerais.

Dessa forma, a Companhia viabilizará o crescimento de diversos setores da economia, com destaque para o agronegócio, eliminando as dificuldades para atendimento de clientes e de plantas de geração distribuída. Serão investidos ao todo R\$5 bilhões no período de 2023 a 2027, que ajudarão a levar o desenvolvimento econômico e social a todas as regiões do

estado, fomentando a expansão da indústria, do comércio e do agronegócio, além da geração de empregos e renda.

As novas subestações serão mais eficientes e modernas, possibilitando ampliar a capacidade de atendimento a novos pedidos de cargas, reduzir o tempo médio e o custo das obras de conexão de novas usinas, além de proporcionar uma energia confiável e de qualidade aos nossos clientes.

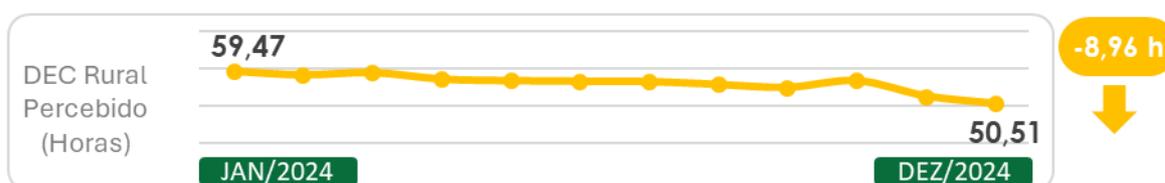
O valor investido no Programa Mais Energia em 2024 foi de R\$1.232 milhões, com a energização de 31 subestações e construção de 1.109km de linhas de distribuição.

Cemig Agro: energia e inovação para o campo

O agronegócio é um dos motores da economia mineira, impulsionando o desenvolvimento e a geração de empregos em todo o estado. Nos últimos cinco anos, o setor registrou um crescimento de 16% no Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário de Minas Gerais, e as projeções seguem otimistas, com expectativa de avanço de 11% nos próximos anos. Para acompanhar essa evolução e oferecer soluções energéticas eficientes ao produtor rural, a Cemig D estruturou o Cemig Agro, um programa abrangente que alia inovação, infraestrutura e atendimento especializado.

A iniciativa segue uma estratégia estruturada em seis pilares fundamentais: transição energética, manutenção preventiva, relacionamento com clientes, inovação, automação e resiliência da rede. Cada um desses eixos é essencial para aprimorar a infraestrutura elétrica no campo, reduzir interrupções e oferecer um atendimento mais ágil e eficiente aos produtores rurais.

Reconhecendo a importância do agro para a economia mineira, em 2024 a Cemig D investiu R\$2,3 bilhões em melhorias voltadas para o setor. O Cemig Agro não apenas amplia a oferta de energia no campo, mas também contribui para a transição energética do setor rural, garantindo um fornecimento mais confiável e sustentável, reduzindo interrupções e tempo de atendimento.



O Cemig Agro é um compromisso com o crescimento sustentável do agronegócio mineiro. Ao modernizar e expandir a infraestrutura elétrica no campo, a Companhia fortalece a competitividade do setor, apoia a produtividade dos produtores rurais e contribui para um futuro mais seguro e eficiente para toda a cadeia agropecuária.

RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES

Foco no cliente

A busca contínua pela satisfação dos clientes faz parte da Visão da Cemig. O compromisso com a excelência na prestação de serviços e com o bom relacionamento com os clientes constitui um dos princípios expressos no Código de Conduta da Cemig.

Nossos clientes

O relacionamento com os clientes Cemig, tanto em contratos regulados quanto livres, é embasado pela Política de Comercialização de Energia. Para ofertar ao cliente o melhor atendimento, a Companhia conta com equipes de profissionais com conhecimento técnico específico, que gerenciam contratos e todas as demandas de clientes, além de prospectar e captar novos clientes.

Os tipos de clientes da Cemig são:

- Consumidores cativos, vinculados à Cemig D com demanda inferior a 500 KWh/mês. Localizados em Minas Gerais, estão entre as classes: residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público;
- Consumidores livres, sem vínculo com distribuidoras com demanda de consumo acima de 500 KWh/mês. Estão entre as classes: industrial, comercial e rural em Minas Gerais, Distrito Federal ou em outros estados em que a Cemig atua.
- Distribuidoras que atuam em concessão em outras áreas e atendidas no Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

A partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A, ou seja, de alta e média tensão, puderam optar pela compra no mercado livre de energia.

Conselho de consumidores

A Cemig possui um Conselho de Consumidores que representa os interesses de todas as classes de consumo coletivamente e promove a defesa de seus direitos. É conselho é composto por seis membros titulares e seis suplentes, representando as seguintes classes de consumo: residencial, industrial, comercial, rural e poder público.

Premiações no relacionamento com clientes

Cemig recebe selo "O cliente recomenda" e certificação de excelência em satisfação no setor de energia

A Cemig foi premiada com o certificado Experience Certified e o selo "O cliente recomenda" na cerimônia do Experience Award, promovida pela SoluCX, em São Paulo. O evento, que busca destacar as empresas com os melhores índices de satisfação do cliente em diversos setores, avalia o desempenho de marcas em 71 categorias. No setor de Utilities – que inclui Energia, Gás Encanado, Gás Botijão, Água e Saneamento –, a Cemig se destacou entre as 42 empresas inscritas, recebendo um índice de satisfação superior à média de 32 pontos.

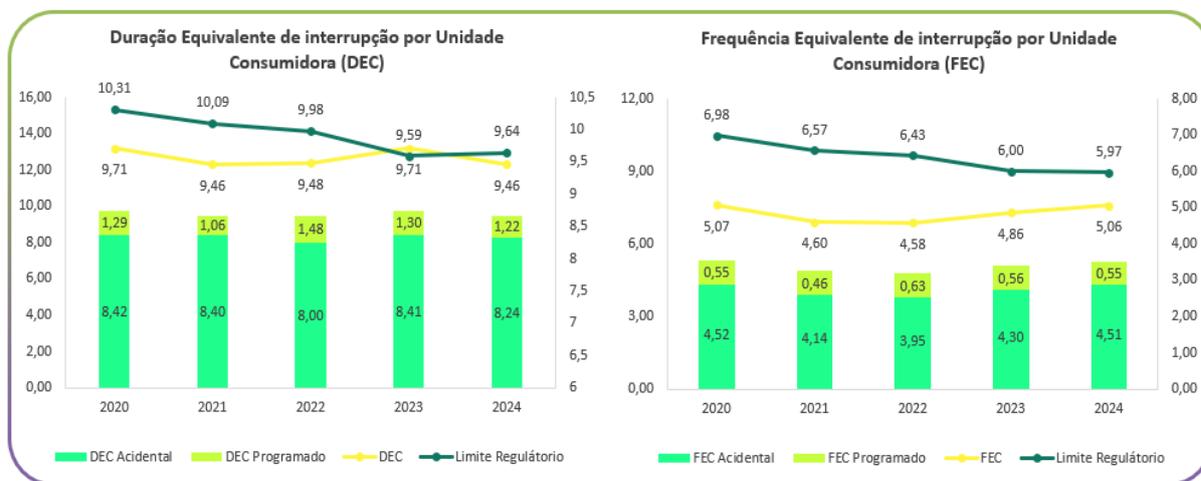
A premiação foi baseada em 41.767 avaliações de clientes em todo o Brasil, utilizando a metodologia NPS de percepção (double-blinded), que mede a opinião de consumidores de forma independente. Para se qualificar ao prêmio, as empresas precisaram acumular ao menos 400 avaliações, atingindo a média de NPS no setor.

Qualidade no fornecimento

A qualidade do serviço é resultado de diversas ações internas, desde a gestão das operações, planejamento logístico para atendimento a emergências, inspeções, manutenções preventivas das subestações, linhas e redes de distribuição. Há também o investimento em qualificação dos recursos humanos, em novas tecnologias e padronizações do processo de trabalho. A efetividade das ações anteriormente ilustradas é verificada por meio dos indicadores Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC).

O DEC obteve, em 2024, um percentual de 1,86% abaixo da meta regulatória e uma redução significativa em relação a 2023. A Cemig-D realizou 9,46 (horas) frente ao limite de 9,64 (horas). O FEC apresentou elevação em comparação ao ano anterior e, obteve um resultado abaixo do limite regulatório. Em 2024, o valor apurado foi de 5,06 (interrupções) frente ao limite regulatório de 5,97 (interrupções).

Os gráficos abaixo retratam os resultados de DEC e FEC dos últimos cinco anos:



Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig D disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e digital, atendendo aos diversos segmentos de mercado.

A Cemig D possui área de concessão no estado de Minas Gerais e está presente em 774 municípios deste estado. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, por meio das 88 agências e 689 postos de atendimento. O número de contatos registrados em 2024 foi de 127 milhões.

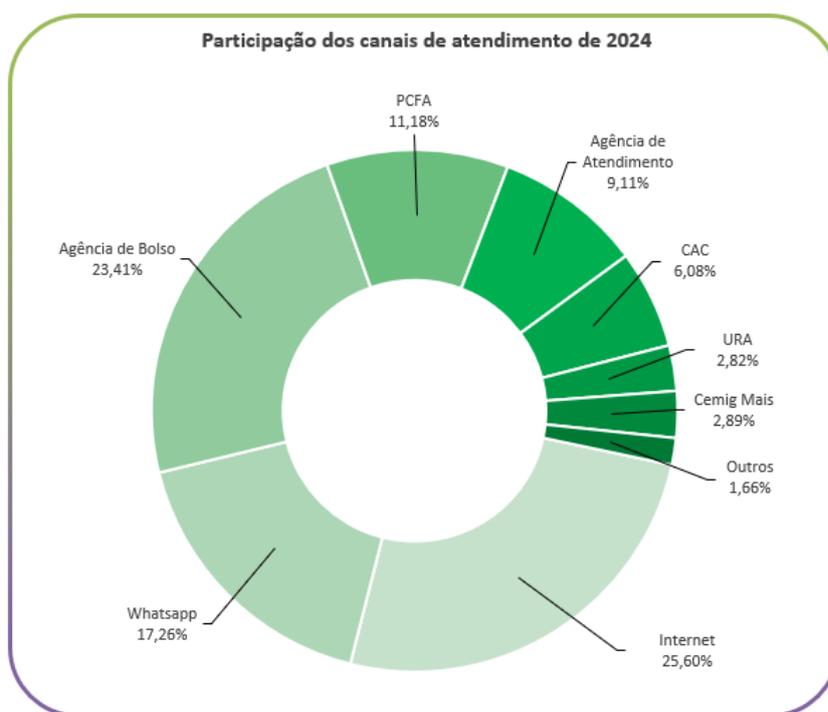
O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo Vídeo atendimento e Chat.

Além do seu site, com mais de 21 milhões de contatos em 2024, a Companhia possui canais de atendimento pelo WhatsApp e Chatbot, para os seus principais serviços, que tiveram mais de 15 milhões de contatos registrados.

Destaca-se também o aplicativo “Cemig Atende”, disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android e iOS, que registrou 19,6 milhões de contatos em 2024.

Por meio das máquinas de autoatendimento (totens), localizadas no interior das agências, e em cinco equipamentos externos, foram realizados mais de 1,3 milhões de contatos.

Abaixo o gráfico com o demonstrativo da participação dos canais de atendimento no ano de 2024:



Satisfação do consumidor

A satisfação dos clientes é inerente à cultura da Companhia e está sob responsabilidade de todos os empregados. Os impactos positivos relacionados a essa postura são a valorização da marca e a boa reputação da Companhia nos mercados em que atua e o reconhecimento por meio de pesquisas de satisfação, em especial: Índice Aneel de Satisfação do Consumidor Residencial (IASC) e Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP).

Como referência do trabalho realizado pela concessionária para a melhoria no atendimento aos seus clientes, destacamos o Prêmio ISQP, realizado pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), que possui periodicidade anual.

O resultado foi divulgado ao final do mês de maio de 2024 e a Companhia atingiu 72,1 pontos no índice de satisfação (76,2 pontos em 2023), o que representou uma queda de 5,3% ao valor apurado no ano anterior. Frente a isso, a Cemig iniciou um trabalho para proposição do plano de ações estruturantes integrado, com a participação de várias áreas de negócio da Companhia, com vistas a recuperar os melhores resultados no ano de 2025. Ao todo, são mais de 50 ações que estão sendo realizadas visando a melhoria da satisfação dos clientes.

Ainda, na busca da melhoria contínua no atendimento aos clientes, foram atualizadas as pesquisas mensais do *Net Promoter Score (NPS)*, para aprimorar o entendimento das necessidades dos clientes e atuar de forma mais eficiente.

As pesquisas NPS permitem que os clientes façam um comentário sobre sua experiência com a Cemig, abrindo mais um espaço para o cliente manifestar sua opinião sobre os serviços prestados. Desde o último resultado do ISQP, a Companhia passou a categorizar as opiniões recebidas pelos clientes, com base nos atributos das pesquisas ISQP e IASC e a utilizar Inteligência Artificial (IA) para a leitura de todas as opiniões, buscando conhecer quais são os principais pontos indicados pelos clientes. Com base nessas informações, é elaborado um relatório mensal que é direcionado às Lideranças da Companhia, permitindo melhor entendimento das opiniões dos clientes e melhor direcionamento das ações.

A pesquisa IASC de 2024, que é realizada pela Aneel em todo o Brasil, aconteceu no período de julho a outubro de 2024, com a aplicação de questionários em municípios sorteados nas áreas de concessão, cujo resultado será disponibilizado no primeiro semestre de 2025. No ano de 2023, o resultado da Cemig foi 60,45.

Transformação do atendimento

A Cemig, comprometida com a satisfação de seus clientes, desenvolveu o projeto Cliente+, parceria estratégica, tecnológica e operacional com a IBM, uma das empresas mais importantes do setor de tecnologia, que hoje é responsável por operar todos os canais de atendimento da Companhia.

Entre os principais objetivos do projeto, está o aporte de novas tecnologias digitais e cognitivas, inovadoras e disruptivas, com vistas à melhoria da experiência do cliente ao entrar em contato com a Companhia, bem como a redução do custo total de toda a operação de atendimento.

Diante disso, as soluções utilizando a Inteligência Artificial Generativa no Call Center da Cemig tem como objetivo o aumento da eficiência operacional para aqueles atendimentos que não foram retidos na solução de URA Cognitiva. Ou seja, apesar do esforço envidado durante o processo de curadoria do assistente cognitivo para melhoria contínua dos processos da URA, o cliente manifestou a necessidade de que o seu atendimento fosse concluído pelo atendimento humano.

Com o intuito de fornecer novos instrumentos tecnológicos que pudessem auxiliar os atendentes em sua jornada, contribuindo direta ou indiretamente para a melhoria dos

indicadores citados, o projeto Cliente + implementou e vem utilizando e aprimorando duas ferramentas integradas ao sistema de atendimento (CRM), a saber:

“Cochicho”: sistema que utiliza o IBM WatsonX para gerar um resumo da interação realizada pelo cliente com a URA Cognitiva, destacando os principais pontos do atendimento, como o motivador do contato, identificação do cliente e outras informações relevantes. De posse desse resumo o atendente humano continua o atendimento sem a necessidade de nova explicação sobre o motivador do contato, melhorando a experiência do cliente e diminuindo o tempo médio de atendimento.

AgentAssist: ferramenta que utiliza a IA Generativa (WatsonX) para apoiar o atendente em obter as repostas de forma mais rápida e direcionada durante o atendimento. Essa solução visa ser uma ferramenta capaz de realizar leitura de documentos de instrução ao atendimento e bases de informações úteis para trazer a resposta à pergunta do atendente em linguagem natural, vislumbrando auferir majoritariamente ganhos de tempo médio de atendimento, redução de erros de procedimentos por parte do atendente e melhora da experiência do cliente.

Ambas, combinadas, têm sido fundamentais para o alcance dos resultados de acessibilidade e qualidade do Call Center, sendo possível observar o comportamento de melhora geral da operação desde sua implementação.

Gestão do faturamento

O projeto de envio de contas de energia por e-mail alcançou a marca de 1,630 milhão de clientes no exercício de 2024 (1,315 milhão em 2023), representando um aumento de 20,8%. Diversas iniciativas foram realizadas ao longo de 2024 visando incrementar o número de clientes que optam por receber a conta por e-mail, sendo as principais, Promoção "Cemig dá aquela força", Inclusão do QR Code para adesão digital no verso das faturas enviadas por correio, envio da fatura degustação por e-mail, envio de e-mail marketing incentivando a adesão e premiação de atendentes que realizam mais cadastros de contas por e-mail. Esse projeto é uma importante iniciativa de sustentabilidade e preservação do meio ambiente que também tem efeito direto na satisfação dos clientes e na redução de custos para a Companhia.

Gestão da inadimplência e arrecadação

Em 2024, a Companhia manteve o robusto plano de combate à inadimplência, possibilitando controle da inadimplência e dos índices históricos de arrecadação.

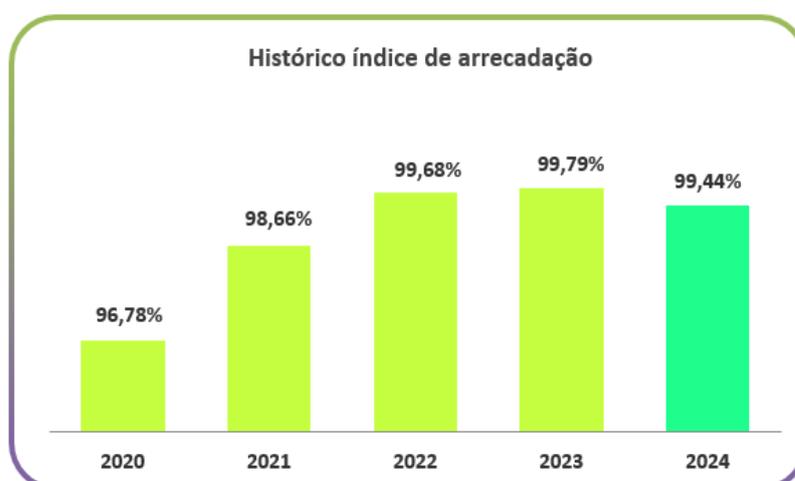
Os resultados positivos obtidos pelo segmento de distribuição foram fruto de iniciativas e estratégias adotadas pela Companhia, com destaque:

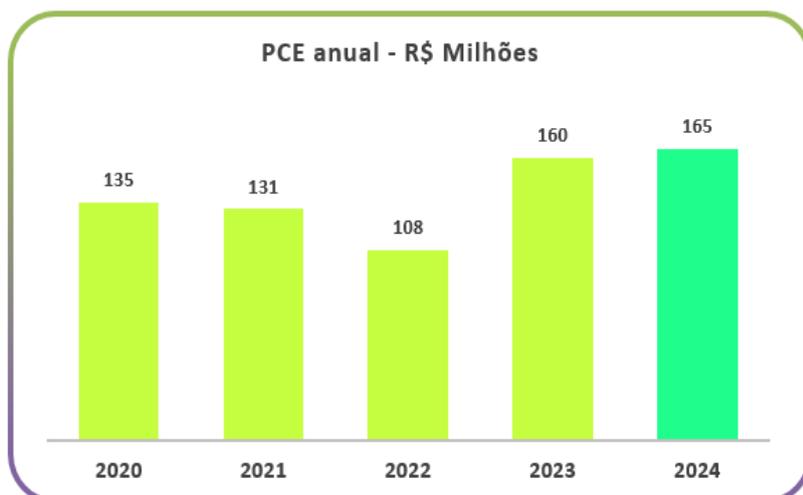
- Intensificação e aprimoramento no emprego das ações de cobrança, mais de 12% de ações comparado a 2023. Ocorreram mais de 69 milhões de cobranças através de telecobrança, SMS e e-mail (incluindo notificações prévias ao vencimento das faturas), 6 milhões de cartas cobranças emitidas e entregues pelos leituristas em conjunto com as faturas do mês correntes, 5,1 milhões de negativas, 1,8 milhão de suspensões de fornecimento e 91 mil protestos de títulos junto a cartórios;

- Utilização de técnicas de otimização e *Machine Learning* para classificação de padrões sobre a solvência dos clientes, visando aplicação da ferramenta de cobrança mais adequada e melhor custo-benefício para aquele perfil e comportamento dos clientes;
- Cobrança administrativa, através de empresa parceira e específica para esse fim, em dívidas de varejo mais difícil recebimento - ou seja, aquelas vencidas há mais de 12 meses ou provenientes de faturamento de consumo irregular;
- Reforço da equipe específica de cobrança de consumo irregular, com tratamento de carteira selecionada;
- Atuação sistemática de equipe especializada junto aos grandes clientes, hospitais e o poder público;
- Estímulo para adesão aos meios de pagamentos eletrônicos, mais acessíveis. Em 2024, a Cemig D realizou a campanha promocional “Cemig Dá Aquela Força”, o que contribuiu para alavancar a participação de pagamentos nessa modalidade para 31,31% das faturas arrecadadas em Dez/24 (ante os 21,83% em Dez/23);
- Realização de campanhas de negociação, junto aos canais digitais, Ministério Público Federal e Procon’s; em públicos selecionados, permitindo não somente a arrecadação e negociação dos créditos mas também a aproximação aos órgãos de classe e melhor experiência de usuário;
- Aprimoramento das regras vinculadas à PCE – Perdas de Créditos Esperadas.

Índice de Arrecadação – ARFA

O índice de arrecadação, na janela móvel dos últimos 12 meses, pelo 3º ano consecutivo, superou os 99%, conforme pode ser visto no gráfico ao lado:





PCE – Perdas de Créditos Esperadas

O resultado do índice no exercício de 2024 foi de R\$ 164,68 milhões. A comparação com os exercícios anteriores fica limitada em face dos aprimoramentos nos critérios com vistas a possibilitar a melhor representação da perda de crédito (“default”) da Companhia que implementou

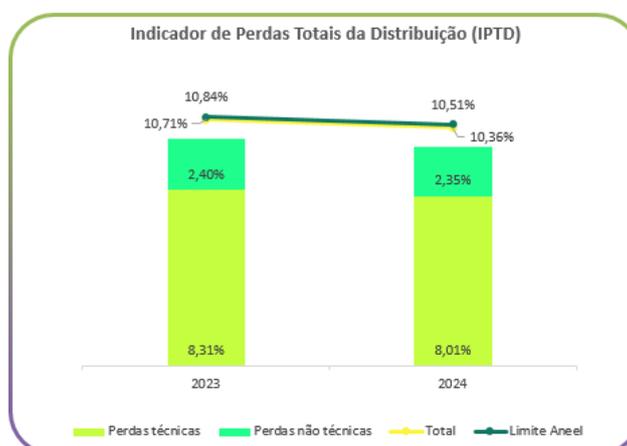
nos últimos anos diversas iniciativas de cobrança e meios de pagamento.

Proteção contra perdas

A redução das perdas de energia é um dos objetivos estratégicos da Cemig, uma vez que as perdas representam receitas não auferidas e trazem, indiretamente, impactos ao meio ambiente, como o aumento das emissões de gases de efeito estufa. Além disso, o controle das perdas elétricas se relaciona, também, com a qualidade do fornecimento de energia e com a segurança da população, temas considerados muito relevantes para a Companhia.

A Cemig D monitora as perdas de energia a partir do Indicador de Perdas Totais da Distribuição (IPTD), que resulta da diferença entre a energia total injetada no sistema de distribuição, apurada junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e a energia total faturada (expresso em percentual da energia total injetada). O IPTD é segmentado, internamente, em Perdas Técnicas (PPTD), que são inerentes ao transporte e transformação de energia, e Perdas não Técnicas (PPNT), que ocorrem no sistema elétrico especialmente devido irregularidades na medição do consumo e ligações clandestinas de energia.

Destaca-se que, pelo quarto ano consecutivo, a Companhia manteve os níveis de perdas abaixo dos limites regulatórios, graças à implementação de diversas ações que compõe o escritório de projetos de combate às perdas (PMO).



Dentre as principais ações do PMO de combate às perdas implantadas em 2024, destacam-se: a realização de 385 mil inspeções em unidades consumidoras na área de concessão da empresa; substituição de 553 mil medidores obsoletos; regularização de fornecimento de energia de 21 mil famílias que vivem em ocupações e áreas de baixa renda, inclusive com uso de tecnologia de rede BT Zero; instalação de 57 mil medidores inteligentes, e intensificação das cobranças de consumo irregular (arrecadação de R\$116 milhões).

Importante destacar que a Cemig D, por meio do Centro Integrado de Medição, realiza a tele medição dos grandes clientes cativos e livres em alta, média e baixa tensão, o que representa o monitoramento remoto de cerca de 65% do consumo associado. Tal monitoramento permite identificar e prevenir tentativas de realização ou reincidência de fraude nos sistemas de medição.

Para 2025, visando manter a trajetória de redução das perdas abaixo dos limites regulatórios, estão previstas diversas ações de combate e controle de perdas, destacando-se: inspeções em unidades consumidoras, campanhas de comunicação junto à população, criminalização de fraudadores reincidentes, modernização do parque de medição, ampliação do número de medidores inteligentes, regularização de ligações clandestinas em comunidades de baixa renda através do Programa Energia Legal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A *KPMG Auditores Independentes Ltda* presta serviços de auditoria independente para a Companhia desde abril de 2022. Serviços como, auditoria das demonstrações financeiras anuais e intermediárias e revisões de suas respectivas traduções ao inglês, relatórios sobre controles internos, revisão tributária (*tax compliance*), auditoria de demonstrações contábeis regulatórias, e auditoria do relatório de controle patrimonial. O contrato vigente possui duração de 60 (sessenta) meses, com previsão de reajuste anual limitado à variação obtida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA/ IBGE. Adicionalmente, a KPMG fora contratada para emissão de cartas conforto referentes a 10ª (décima) e 11ª (décima primeira) emissão pública de debêntures da Companhia.

A *Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda*, auditor predecessor, fora contratada para emissão de cartas conforto referente a 10ª (décima) emissão de debêntures da Companhia.

Em 2024, por competência, a KPMG fez jus a receber o montante de R\$6 milhões, sendo R\$1.3 milhões pelo contrato recorrente de auditoria, R\$2.4 milhões pela 10ª emissão de debêntures, e R\$2.4 milhões pela 11ª emissão de debêntures.

Em mesmo período, a EY recebeu honorários de R\$1.5 milhões pela 10ª emissão de debêntures da Companhia.

As políticas da Companhia para contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflitos de interesses nem perda de objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

Destaca-se que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes deve ser obrigatoriamente aprovado, de forma prévia, pelo Comitê de Auditoria, sendo observada a eventual existência de conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Resoluções CVM nº 23/2022 e 80/2022.

SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento ético e sustentável é a essência da sua atuação e, por isso, a Companhia integra o Índice Dow Jones de Sustentabilidade há 25 anos e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 desde a sua criação, em 2005. Além disso, a Cemig é reconhecida por sua liderança em sustentabilidade corporativa ao alcançar a categoria liderança (A-) no *Carbon Disclosure Project* (“CDP”) Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas.

Indicadores ESG

Os indicadores ambientais, sociais e de governança da Cemig são publicados trimestralmente nos “Relatórios ESG Trimestrais” e anualmente no “Relatório Anual e de Sustentabilidade”. Para mais detalhes sobre o desempenho anual da Cemig, acesse a [página de relatórios da Cemig](#).

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento sustentável se materializa em sua aposta nos fatores ESG, que estão integrados no dia a dia das operações da Companhia e que são colocados em prática nos seguintes âmbitos de desempenho ambiental, social e de governança.

Desempenho Ambiental

A Cemig reconhece a sua responsabilidade para com o meio ambiente e se compromete com a adoção e disseminação das boas práticas de gestão ambiental. A Companhia possui uma política ambiental, disponível publicamente, que orienta sobre a inclusão de aspectos ambientais nos processos decisórios da Companhia e estabelece o respeito ao meio ambiente como um valor que deve ser praticado por todos os empregados e outras partes interessadas que atuem em seu nome, incluindo seus fornecedores.

A Cemig é signatária, apoiadora e participante de diferentes iniciativas nacionais e internacionais, com objetivo de reforçar seu comprometimento e contribuição ao desenvolvimento sustentável, nortear as práticas de seus administradores, conselheiros fiscais, empregados, estagiários, contratados e subcontratados, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços.

Entre os diversos compromissos voluntários, a Cemig é participante desde 2007 do CDP - instituição sem fins lucrativos que possibilita a empresas, cidades e estados divulgarem seu impacto ambiental, de modo a gerar dados e estimular iniciativas que promovam uma economia sustentável.

Em 2024, o valor total aplicado pela Cemig Distribuição em meio ambiente foi de pouco mais de R\$19,6 milhões. Desse total, quase 6 milhões foram utilizados em reflorestamentos. O

restante foi inserido em obras de adequação ambiental, estudos ambientais, regularização fundiária e demais atividades necessárias ao cumprimento de obrigações e responsabilidades socioambientais da Companhia.

Inovação

O setor de energia elétrica passa por mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como:

- crescente descentralização dos sistemas de geração de energia;
- avanço das tecnologias de armazenamento de energia;
- proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente;
- crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar; e,
- a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação da mudança do clima.

Referência em sustentabilidade no setor elétrico, a Cemig busca, a cada dia, ampliar e diversificar sua atuação na área, sempre com a adoção de práticas inovadoras que dialogam com a proteção ao meio ambiente, com processos estruturados de prospecção e busca de novos produtos, equipamentos e soluções para aplicação no seu sistema elétrico que, atrelado à utilização de modernas tecnologias, se alinham aos princípios de ESG.

Sistema de armazenamento

A Cemig avança na melhoria do fornecimento de energia para seus clientes com inovação e sustentabilidade. A Companhia desenvolveu um sistema, inédito no país, que utiliza um banco de baterias, operado remotamente, para dar suporte à rede tradicional de distribuição. Entre as vantagens, estão a maior estabilidade da rede e redução dos cortes no abastecimento, principalmente em localidades com demandas mais específicas. A Companhia já iniciou processo para implementar em breve a nova tecnologia em sua rede.

Cabo Green

A Companhia está instalando, na sua rede aérea de distribuição, um cabo de alumínio que tem o isolamento feito de material contendo plástico de origem vegetal.

O "cabo Green", como é chamado, tem na base de composição do seu sistema de isolamento 20% de polietileno de origem vegetal, advindo da cana-de-açúcar, diferentemente dos cabos de alumínio tradicionais e já estabelecidos no mercado, que têm o isolamento feito 100% com o polietileno vindo do petróleo, de origem fóssil. Ao utilizar o cabo sustentável, a Cemig contribui para a diminuição de emissão de CO2 na atmosfera.

Os cabos foram instalados como teste no exercício de 2023 em uma rede da região metropolitana de Belo Horizonte e obtiveram desempenho bastante satisfatório, credenciando-se para a utilização na rede da Companhia.

Transformadores verdes

A rede de distribuição da Cemig já conta com outros equipamentos que têm características sustentáveis. Além do cabo Green, a Companhia já utiliza no sistema elétrico os transformadores de distribuição com líquido isolante à base de óleo vegetal. Estão instaladas cerca de seis mil unidades em diferentes regiões de Minas.

Além do óleo vegetal ser biodegradável, ele permite uma maior vida útil devido à sua estabilidade térmica. Outras vantagens da presença do óleo vegetal no transformador em relação ao óleo mineral tradicional, é que ele apresenta menor risco de inflamabilidade e uma maior capacidade térmica de refrigeração.

Certificados de Energia Renovável

Com 100% do seu parque gerador advindo de fontes limpas e renováveis de energia, a Cemig já emitiu cerca de 12 milhões de Certificados de Energia Renovável (RECs) para seus clientes no mercado livre de energia desde 2019. Essas certificações comprovam a utilização de energia limpa, renovável e rastreável que segue em total consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) relacionados à produção de energia e à preservação do meio ambiente.

Mercado de Hidrogênio (H2) Verde em Minas Gerais

Trata-se de uma metodologia para planejamento estratégico do H2 Verde no contexto das empresas do setor elétrico e desenvolvimento de Roadmap Tecnológico-Estratégico para o estado de Minas Gerais.

O Brasil é conhecido mundialmente como referência por sua matriz energética baseada em fontes renováveis. O H2 Verde é aquele produzido com eletricidade oriunda dessas fontes de energia limpas e renováveis, como as de matriz hidrelétrica, eólica, solar e provenientes de biomassa, biogás, entre outros. Ou seja, o H2 Verde é obtido sem emissão do gás carbônico (CO₂). Alinhada a essa perspectiva sustentável, o objetivo desse projeto é traçar um panorama do mercado de H2 Verde em Minas Gerais, de maneira a criar e aplicar a metodologia de um Roadmap tecnológico e estratégico sobre o assunto.

Alguns trabalhos serão desenvolvidos ao longo das etapas do projeto. Os principais resultados serão um panorama do mercado de H2 Verde em âmbitos global, nacional e regional; a criação da metodologia para desenvolvimento do Roadmap regional; e a aplicação do Roadmap Tecnológico-Estratégico para o H2 Verde no ambiente de negócios em Minas Gerais.

O projeto se propõe a desenvolver uma metodologia para a construção de um Roadmap Tecnológico-Estratégico que irá nortear a difusão do H2 Verde nas cadeias produtivas das regiões de atuação das empresas de energia elétrica. A metodologia será aplicada ao ambiente de negócios do estado de Minas Gerais.

A metodologia e o Roadmap estratégico para Minas Gerais, principal área de atuação da Cemig, deverão contribuir para aumentar o sucesso e os ganhos em produtividade de empreendimentos em energia renovável para suprimento às plantas de produção de H2 Verde. Além disso, o projeto marcará o protagonismo da Companhia em um mercado em formação.

O projeto foi iniciado em março de 2024 e terá o prazo de execução de 12 meses e tem uma previsão de investimento de R\$2,5 milhões.

Autorizações ambientais para expansão do sistema elétrico

A Cemig alcançou um marco importante no número de autorizações ambientais para intervenções em áreas destinadas à expansão e modernização do sistema elétrico em Minas Gerais. Em 2024, foram obtidas 97 autorizações para a construção de linhas e subestações de energia, um aumento de quase 100% em relação ao ano anterior, quando foram registradas 49 liberações.

O crescimento no número de autorizações reflete o compromisso da Cemig com a ampliação da infraestrutura energética do estado. Para viabilizar essas obras, a Cemig conduz estudos ambientais detalhados e obtém as devidas permissões, garantindo a conformidade com a legislação ambiental vigente.

Em alguns casos, a implantação das novas estruturas exige a supressão de vegetação nativa. Para mitigar os impactos ambientais dessas intervenções, a Cemig investe em projetos de compensação ambiental e recuperação de áreas degradadas. Entre 2019 e 2024, a Cemig executou um amplo programa de restauração florestal, com o plantio de mais de 1 milhão de mudas de espécies nativas, como ipê, pequi, cedro e jacarandá-da-bahia, contribuindo para a preservação da biodiversidade em Minas Gerais.

Gestão de resíduos

A Cemig gerencia seus resíduos em conformidade com Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, e para tal, suas unidades seguem o processo de identificar, segregar, acondicionar, e transportar seus resíduos até o armazenamento temporário dos resíduos da Cemig no Centro de Distribuição Avançado Igarapé (CDA-IG), a partir desse ponto a Superintendência de Logística é responsável pelo processo de destinação final do resíduo.

Em 2024 foram encaminhadas para destinação final 51,2 mil toneladas de resíduos e sucatas, tendo sido praticamente toda a sua totalidade reciclada ou alienada, o que gerou para a Companhia uma receita bruta de aproximadamente R\$48 milhões, superior ao ano de 2023 (R\$38 milhões), além disso, 63,7 toneladas de resíduos industriais foram coprocessados.

Vale destacar que em 2024, o nosso modelo de operação de Logística Reversa se mostrou robusto e eficiente, constatamos uma maior agilidade na retirada de sucatas e materiais inservíveis, além da otimização e melhora nos controles internos de gestão. A nova forma de operação e gestão logística foi implementado no segundo semestre de 2022 com o objetivo de modernizar os processos e torná-los mais eficientes. Desde então, a operação logística de entrega de novos materiais e de retorno de materiais inservíveis da companhia tem oferecido

aos empregados e clientes internos mais agilidade, eficiência e tecnologia. Com isso, o modelo de operação de logística reversa foi testado e aprovado. Dessa forma, para 2025 a Cemig já firmou um novo contrato para os próximos 4 anos. Com os mesmos moldes da atual contratação. O novo contrato possuiu mais funcionalidades e robustez operacional, com o objetivo de elevar ainda mais nosso nível de serviço para nossos clientes internos.

Todo o processo de logística reversa e destinação de resíduos é feita de forma ambientalmente correta e responsável, seguindo normas internas e a legislação ambiental vigente. Com isso a Cemig garante que toda a sucata e resíduos industriais gerados sejam destinados corretamente.

Mudanças climáticas

Diante dos esforços mundiais para limitar o aquecimento global, desde 2022, a Cemig D aderiu à iniciativa global, Movimento Ambição Net Zero e do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), reforçando o compromisso firme da Companhia com a sustentabilidade e com as melhores práticas de ESG.

A relevância global das discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas reforça a atenção especial que a Companhia dedica à identificação dos riscos e oportunidades de negócios, além de intensificar a busca por soluções para adaptação e mitigação evitando riscos e impactos aos negócios da Companhia.

A liderança da Cemig D é engajada e envolvida nas discussões relacionadas às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), focando em uma atuação efetiva, como é possível evidenciar a partir do estabelecimento de metas voluntárias de redução: (i) das emissões; (ii) do consumo de eletricidade; e (iii) das perdas de energia.

Em 2024, a Companhia foi a primeira empresa brasileira do setor elétrico a integrar a *Utilities for Net Zero Alliance* (Uneza), iniciativa global pelo Net Zero e o anúncio foi feito pelo presidente Reynaldo Passanezi durante a COP 29, no Azerbaijão. A Uneza é uma iniciativa que reúne as principais concessionárias e empresas de serviços públicos do setor elétrico com o objetivo de promover soluções de energia limpa e avançar no processo da transição energética global e da descarbonização da economia.

Desempenho Social

Gestão de pessoas

A Cemig D considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Programa de Aprendizagem Industrial

A Cemig deu início ao Programa de Aprendizagem Industrial em 2024 focado no curso de Eletricista de Linhas de Redes Aéreas de Distribuição de Energia Elétrica. Com um total de 125 aprendizes, esta iniciativa representa um compromisso sólido da Cemig com o desenvolvimento profissional e social.

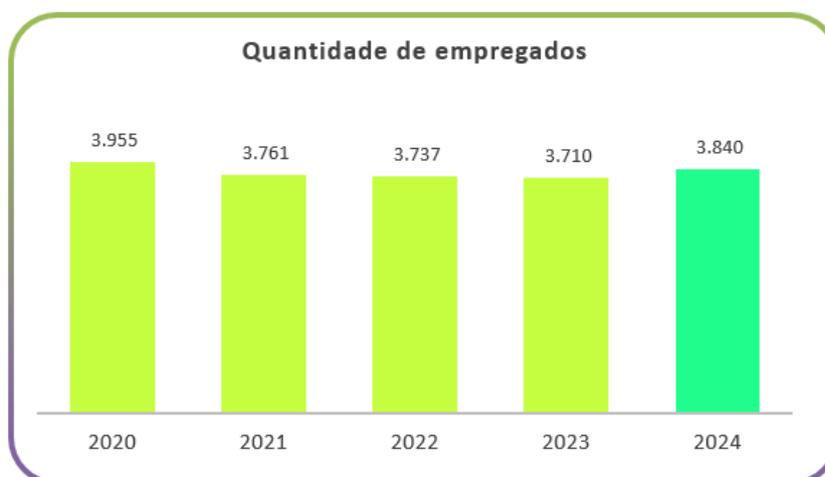
Responsabilidade social

A Cemig tem direcionado esforços para atender diversos grupos vulneráveis, incluindo aprendizes oriundos do exército, familiares diretos de pessoas em situação de rua, adolescentes de abrigos e refugiados do Marrocos, Venezuela e Colômbia. Um total de 66 pessoas em situação de vulnerabilidade tiveram a oportunidade de participar do curso em 2024.

A Cemig reafirma seu compromisso com a responsabilidade social, diversidade e sustentabilidade, por meio do Programa de Aprendizagem Industrial, demonstrando seu papel ativo na sociedade e transformando vidas com a nossa energia.

Quadro de empregados

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig D segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Com o objetivo de incorporar novos talentos, promover o rodízio natural do quadro, aproveitando das oportunidades também para revisão de processos e maior eficiência, a Companhia implementou programas de desligamento voluntário nos últimos anos, o que teve como consequência uma redução no quadro de empregados, passando de 3.955 em 2020 para 3.840 empregados em 2024, conforme apresentado no gráfico a seguir:



Em 2024 a Companhia viabilizou a admissão de 463 novos empregados. As admissões objetivaram o preenchimento de vagas do plano técnico-operacional-administrativo e universitário, recompondo o quadro da Companhia.

Além das admissões por meio dos concursos públicos, foram realizadas também admissões para o preenchimento de posições gerenciais nos casos em que o recrutamento externo se apresentou mais adequado, em conformidade com a nova política de pessoal, que passou a permitir a contratação de profissionais de mercado para posições gerenciais da Companhia, no limite de 40% dos cargos gerenciais.

Capacitação e desenvolvimento

A Cemig considera seus empregados como parceiros estratégicos no cumprimento de sua missão, responsáveis pela sustentabilidade econômica, técnica social e ambiental. Dessa

forma, promove a capacitação e o desenvolvimento contínuo, com o objetivo de aprimorar suas competências e promover seu crescimento profissional e pessoal.

Após a contratação dos profissionais, a Companhia disponibiliza um portfólio de treinamentos de cunho técnico, comportamental e de gestão, com o objetivo de que cada colaborador possa desenvolver seus conhecimentos para o exercício de sua função e progressão de carreira. Um dos destaques desse portfólio do aprendizado organizacional da Companhia é o treinamento de “Aperfeiçoamento em Unidades Consumidoras”. O treinamento de “Gestão de Riscos e Controles Internos” é outro exemplo, proporcionando aos empregados uma visão crítica de como a Cemig, considerando as melhores práticas do mercado e uma abordagem estratégica, interage com a governança, gestão de riscos e controles internos na Companhia e procedimentos que visam a prevenção e mitigação de riscos.

A Cemig também tem investido no fortalecimento de suas lideranças por meio do Programa de Desenvolvimento da Liderança Cemig. Implementado em 2021, o programa busca desenvolver competências e habilidades consideradas críticas, alinhadas às transformações culturais e estratégicas da Companhia. A iniciativa estimula a capacidade de influência dos líderes em seus contextos de atuação, promovendo resultados consistentes.

Saúde, higiene e segurança do trabalho

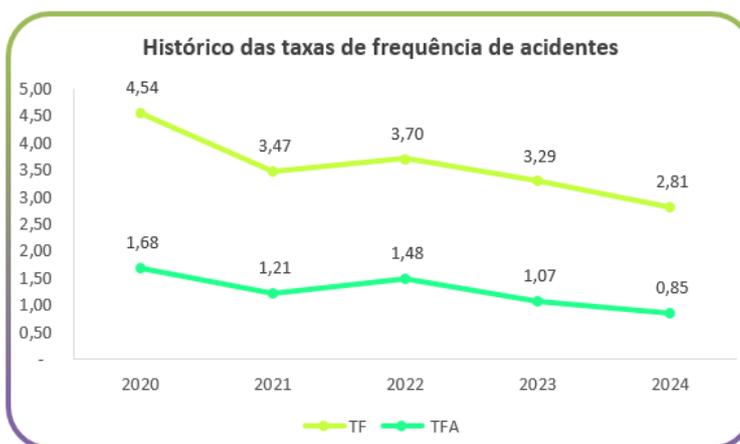
A proteção de toda sua força de trabalho é ponto central da atuação da Cemig, reafirmado pelo valor de “Respeito à vida” do seu Código de Conduta, alinhada à Política de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Bem-estar.

A Cemig adota uma abordagem abrangente para prevenir e mitigar impactos significativos na saúde e segurança do trabalho, que estão diretamente ligados às suas operações, produtos e serviços, assim como às suas relações de negócios.

Durante todo o ano de 2024 continuaram a ser adotadas pela força de trabalho da Cemig ações preventivas visando a preservação da saúde e segurança das equipes.

Em relação aos indicadores corporativos acompanhados pelas Taxa frequência de acidentes (TF) e Taxa de frequência de acidentes com afastamento (TFA), seguem abaixo os dados de 2024 da Cemig D, bem como os dados dos últimos 5 anos.

Comparando com o ano de 2023, tivemos uma redução tanto na TF quanto TFA, evidenciando uma tendência de declínio, comparando também com os últimos 5 anos. A Companhia vem promovendo ações internas e revisão de processos de forma a manter a tendência de redução do TF e TFA nos próximos anos, incluindo campanhas educativas visando à conscientização dos profissionais que compõem a força de trabalho.



Cultura organizacional

A Cemig vem passando por uma evolução da sua cultura, em especial, a cultura de cliente, um dos direcionadores do seu planejamento estratégico. A empresa ajustou suas lentes para trabalhar, em 2025, com o desenvolvimento desse direcionador de forma mais específica, frente aos desafios que já surgem em um horizonte próximo, no qual deixa de ter consumidores cativos para receber clientes que vão poder escolher de qual empresa consumir a energia.

A Cemig conta, com 5 mil empregados próprios e quase 15 mil terceirizados, sendo que, desse total, 60% têm interface com clientes nas áreas de Distribuição e Comercialização. O atendimento ao cliente da Cemig possui canais digitais e 777 Postos de Atendimento espalhados pelos 774 municípios de sua área de concessão.

A gestão do cliente é de responsabilidade da Cemig e a operação de todos esses Postos de Atendimento é realizada pelo parceiro estratégico, fruto do Projeto Cliente+ (Acordo de Parceria Estratégica, Tecnológica e Operacional desde 2021).

O cenário de abertura de mercado de energia elétrica a partir de janeiro de 2024 imprime um novo contexto para o setor energético, permitindo que todos os clientes atendidos em alta tensão (AT) possam escolher seus fornecedores de energia elétrica. Em 2026, está prevista a abertura de mercado para os clientes atendidos em baixa tensão (exceto Classe Residencial e Rural), sendo possível a abertura total desse mercado livre até 2030.

Essa transformação do setor energético, de um serviço básico para uma experiência focada no cliente, é tanto um desafio quanto uma oportunidade para as empresas se adaptarem ao novo dinamismo de mercado. Iniciativas importantes, como investimentos em infraestrutura, melhorias de processos e desenvolvimento de tecnologias têm avançado na Cemig. No entanto, não são percebidas pelos clientes a ponto de contribuírem para a melhoria da satisfação com os serviços e reputação da empresa.

É diante desse cenário que foi iniciado, em outubro de 2024, o Projeto Cultura de Cliente, com previsão de término/reavaliação para outubro 2025. O trabalho de desenvolvimento envolve diretamente mais de 400 líderes, desde a construção da Cultura desejada com foco no Cliente até o desenvolvimento de competências para o processo de internalização e sustentação da cultura desejada. Os objetivos do projeto são:

- Definir a Cultura com foco no Cliente que sustentará as estratégias para o novo cenário e geração de resultados excepcionais;
- Desenvolver e robustecer a liderança para modelar as pessoas e equipes para a prática da Cultura com foco no Cliente;
- Envolver e mobilizar todos os empregados, próprios e terceirizados para a prática da Cultura com foco no Cliente.

Diversidade

A Cemig tem se empenhado em promover a valorização da diversidade e a inclusão em sua cultura organizacional, por meio de sua Política de Valorização da Diversidade e Inclusão, que tem como diretriz o respeito às pessoas e a valorização das diferenças e da individualidade de cada um. A Companhia busca criar um ambiente de trabalho livre de preconceitos, alinhado ao seu Código de Conduta e ao Compromisso com os Direitos Humanos. Desde 2019, a Cemig conta com o Grupo de Valorização da Diversidade, subordinado ao Comitê de Sustentabilidade Empresarial, composto por representantes de diversas áreas. Esse grupo tem a responsabilidade de identificar e implementar ações que promovam a equidade de gênero e a valorização da diversidade no quadro funcional.

O Programa de Diversidade foi lançado em 2023, e estabeleceu metas de médio e longo prazos, aprovadas pela Alta Liderança. Essas metas refletem o compromisso da Companhia em buscar uma representatividade que seja mais condizente com a sociedade brasileira em todas as suas hierarquias.

Uma das iniciativas importantes da Cemig, no que diz respeito à diversidade, foi a nomeação de três mulheres para cargos de livre nomeação e exoneração na Diretoria Executiva, o que representa uma ação significativa para aumentar a representatividade feminina na liderança. A Companhia também busca alternativas para aumentar a participação de outros grupos minorizados em seu quadro de empregados, ampliando sua abordagem sobre diversidade e inclusão.

De acordo com a Política de Valorização da Diversidade e Inclusão da Cemig, a Companhia conta com a diretriz de “Respeitar as pessoas, valorizando as diferenças e a individualidade de cada um, criando um ambiente livre de preconceitos”.

Desde 2019, a Cemig conta com o Grupo de Valorização da Diversidade, subordinado ao Comitê de Sustentabilidade Empresarial e com participantes de diversas áreas. Sua responsabilidade é identificar e implementar ações que promovam a equidade de gênero e a valorização da diversidade na Companhia.

A Companhia busca alternativas para aumentar a participação de todos os grupos minorizados em seu quadro e ampliar o olhar da diversidade para outros públicos. Um exemplo é o

Metas assumidas



- Ter 25% de mulheres em cargos de gerentes/superintendentes em todas as diretorias até 2026.
- Ter 15% de mulheres em cargos de Supervisora até 2026.
- Ter 6% de pessoas com deficiência até 2030.
- Aumentar o percentual de Gerentes/Superintendentes da Geração Y para 50% até 2026.
- Aumentar o percentual de Supervisores da Geração Y para 50% até 2026.
- Aumentar para 55% a representatividade de pessoas negras até 2030.
- Ter 20% de pessoas negras em cargos de Gerentes/Superintendência até 2030.
- Ter 20% de pessoas negras em cargos de Supervisor até 2030.
- Aumentar a percepção/favorabilidade no recorte LGBTI+ para 70% até 2026⁴⁵.
- Aumentar o percentual de aliados à causa LGBTQIA+.
- 30% dos candidatos à posição de liderança devem pertencer aos grupos minorizados até 2026.

programa de aprendizagem industrial: em 2023, a Cemig recebeu o 1º lugar do prêmio Ser Humano pela ABRH, por ter destinado vagas a pessoas em situação de rua e 50% das vagas de ampla concorrência para pessoas do gênero feminino no curso de eletricista de linhas e redes aéreas. O objetivo do programa é conciliar o resgate de jovens em condição de vulnerabilidade social com a oportunidade de formação especializada, além de promover maior participação de mulheres nesse segmento de mercado.

Cemig nas comunidades

A Cemig se dedica a promover o uso seguro da energia elétrica, fornecendo informações e esclarecimentos contínuos à população. A empresa realiza campanhas informativas, oferece instruções técnicas e disponibiliza equipes para orientar sobre situações de risco. Além disso, a Cemig promove ações de prevenção de acidentes em sua área de concessão, utilizando diversos meios de comunicação, como rádio, jornal, mídias digitais, TV e redes sociais, além de materiais educativos como cartilhas e folders.

A Cemig, anualmente, atualiza o Plano Estratégico de Comunicação Integrada para Segurança com a População, reescrevendo ações e estratégias para garantir a efetividade junto aos seus públicos de interesse em relação ao uso seguro da energia elétrica. Entre os objetivos desse Plano estão a conscientização da população, a mobilização das diversas partes interessadas da Companhia para a inclusão de pautas sobre segurança no uso da energia, e a conscientização dos empregados para atitudes de prevenção dentro e fora da Companhia.

O Plano visa, também: i) disseminar campanhas de comunicação em massa, prestando informações de utilidade pública para ampla audiência, e ii) lançar campanhas de comunicação dirigidas, prestando informações do interesse de públicos específicos.

Atuando no pilar da educação, a Cemig possui o treinamento “Segurança com a Energia Elétrica”, na modalidade à distância, gratuito e direcionado à população, a partir dos 10 anos de idade. O curso também está disponível para pessoas com deficiências auditivas e visuais. O treinamento visa potencializar a disseminação de informações sobre segurança com o uso da energia elétrica e ampliar o conhecimento público sobre o tema.

A Cemig também realiza visitas de eficiência energética nas residências de milhares de famílias de comunidades, aglomerados e conjuntos habitacionais de Minas Gerais. Durante as visitas, atendentes comunitários realizam a troca de lâmpadas antigas por outras de modelo LED. Caso a residência já tenha todas as lâmpadas desse modelo, os atendentes poderão dar dicas importantes sobre como economizar energia. Esse serviço é totalmente gratuito e faz parte do Programa de Eficiência Energética da companhia, regulado pela Aneel.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig aporta recursos em cultura, esporte, saúde, educação e cidadania, considerando interesses usualmente comuns a seus milhões de clientes, de 774 municípios atendidos em Minas Gerais. A prioridade das iniciativas de incentivo a projetos sociais, quer seja por alocação de investimento social, quer seja por patrocínio de projetos, é contribuir para transformação social em múltiplos municípios

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o seu comprometimento com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a maior incentivadora de cultura em Minas Gerais e uma das maiores do País. Em 2024, foram investidos R\$126 milhões em 289 projetos culturais. Além de incentivar produtores e artistas, o apoio da Cemig traz benefícios diretos à população, que passa a ter acesso aos bens culturais de maneira mais segura e democrática.

Esse investimento em cultura contribui para a construção do patrimônio de Minas Gerais e posiciona a Cemig como uma grande fomentadora do desenvolvimento da economia criativa, da manutenção de grupos tradicionais, de equipamentos históricos. Além disso, os projetos apoiados visam a ocupação do espaço urbano, transformação nas comunidades e fomento a arte inovadora.



COMO A CEMIG FORTALECE A CULTURA EM MINAS E CONTRIBUI PARA SUA LIDERANÇA NO ÍNDICE DOW JONES DE SUSTENTABILIDADE

Música e dança: Orquestra Filarmônica de Minas Gerais, Orquestra Filarmônica de Varginha, e Grupo Corpo.

Tradição e cultura popular: Coral dos Profetas, Congados e Reinados, Folha de Reis.

Teatro e artes visuais: Grupo Galpão, Grande Teatro Cemig Palácio das Artes, Campanha de Popularização do Teatro, Inhotim, Pinacoteca Cemig, Museu Inimá de Paula.

Projetos de arte negra: Mostra Imuna, projeto AfroMineiades e Mãos de Raça.

Memória e literatura: Academia Mineira de Letras, Arquivo Público e Centro do Patrimônio, Museu Inimá de Paula.

Publicações e registros: Livro Quilombolas – Cemig no Campo, Projeto Quilombos do Vale do Jequitinhonha e Jornal Afrodescendente.

25 ANOS NO ÍNDICE DOW JONES DE SUSTENTABILIDADE

Saúde

Em 2024, através do Programa de Eficiência Energética da Cemig (regulado pela Aneel), a companhia investiu mais de R\$14,8 milhões em diferentes regiões de Minas Gerais, atendendo a 55 unidades hospitalares públicas e filantrópicas, em 43 municípios da área de concessão. As ações da iniciativa Cemig nos Hospitais, promoveram a substituição de autoclaves, secadoras, calandras, focos cirúrgicos e sistemas de iluminação em geral, além da instalação de usinas fotovoltaicas, garantindo economias para os hospitais e melhoria do atendimento para os mineiros.

Esportes

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a

possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig lança chamada pública anualmente para selecionar projetos que promovam a prática de esportes e ofereçam benefícios sociais e de cidadania, especialmente para crianças e adolescentes. Além disso, esses projetos reforçam a imagem da empresa como comprometida com o bem-estar e o desenvolvimento das comunidades locais. Para projetos esportivos, a Cemig destinou mais de R\$ 40 milhões desde 2019 sendo que 12% dos recursos destinados ao esporte são direcionados para projetos que trabalham exclusivamente com pessoas com deficiência em diversas modalidades esportivas e regiões do estado. Para a Cemig a diversidade é um valor e deve estar presente também no esporte.

Um exemplo disso é o fato de a Cemig ter ampliado o apoio ao esporte olímpico e paralímpico em Minas Gerais com a destinação de mais R\$ 1 milhão em patrocínio ao Praia Clube, de Uberlândia. Desde 2019, a Cemig já apoia a natação paralímpica da instituição, que foi um dos destaques da delegação brasileira nas Paralimpíadas de Paris 2024, com 10 medalhas conquistadas na modalidade. Agora, a Cemig patrocinará também as equipes do atletismo, consolidando-se como uma das maiores incentivadoras do esporte olímpico no Brasil.

Fundo do Idoso

Fundo do Idoso: A população acima dos 60 anos tem aumentado e a expectativa de vida, nesse contexto, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Companhia também o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual do Idoso do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.

Desde 2020 são lançados editais anuais de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais. Uma das instituições apoiadas pela Cemig nesse contexto é a Hospital Mário Penna, que, nos últimos cinco anos, recebeu mais de R\$700 mil incentivados da Companhia. O número de beneficiados das iniciativas destinadas aos idosos cresce a cada ano, tendo sido investido nesses projetos, em 2024, mais de R\$ 3 milhões.

Fornecedores

A Cemig entende que o sucesso do seu negócio está diretamente relacionado à sua estratégia de fornecedores e adota os mesmos princípios e valores em relação à sua cadeia de suprimentos. Portanto, a Cemig estabelece um relacionamento com sua cadeia de suprimentos orientado pelo documento “Requisitos ESG para a Cadeia de Suprimentos”, pela Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional e pela legislação federal e estadual.

O processo de gestão de fornecedores, incluindo as práticas de compras, é revisado continuamente para garantir o alinhamento às melhores práticas e requisitos ESG. Para garantir o cumprimento da estratégia e os objetivos ESG, a equipe é devidamente treinada no papel que desempenha.

Desde 2015, a Cemig incluiu em todos os contratos o pré-requisito relativo ao cumprimento da Lei Anticorrupção por parte dos fornecedores. Dessa forma, a cadeia de valor da Companhia assume o compromisso de não cometer atos capazes de lesar a administração pública, como também de denunciar a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na contratante.

As exigências para cadastro e contratação de fornecedores são mais rigorosas à medida que o objeto fornecido envolve maior risco em aspectos de meio ambiente, responsabilidade social e saúde e segurança.

Prêmio Melhores Fornecedores Cemig

O Prêmio Melhores Fornecedores Cemig visa externalizar os valores para além da organização, reconhecendo, prestigiando e homenageando as empresas que, fortemente, contribuem para que a Cemig possa cumprir o seu objetivo social de gerar, transmitir e distribuir energia elétrica, atendendo às expectativas de seus consumidores, acionistas e sociedade em geral. A iniciativa busca a melhoria contínua dos resultados e o fomento de iniciativas e práticas sustentáveis.

Em 2024, a empresa Prysmian Cabos e Sistemas do Brasil foi a ganhadora do prêmio “Destaque em Inovação”, inédita na premiação, com o projeto do “cabo green”. O produto utiliza um revestimento feito com 20% de polietileno de origem vegetal, obtido por meio da cana-de-açúcar, ao contrário dos tradicionais que são revestidos de material 100% polietileno originado do petróleo, um combustível fóssil. A Cemig é a primeira distribuidora brasileira a usar essa tecnologia mais sustentável. Os cabos foram instalados como teste no exercício de 2023 em uma rede da Região Metropolitana de Belo Horizonte e obtiveram desempenho bastante satisfatório, credenciando-os para a utilização na rede da empresa.

Cidadania corporativa e investimentos sociais

As estratégias filantrópicas e de cidadania corporativa da Cemig estão alinhadas à sua missão, visão e valores e objetivam o desenvolvimento econômico e social nos locais em que atua, por meio do apoio às comunidades, proporcionando transformação e impacto social duradouros para alcance do desenvolvimento integral dos indivíduos.

Acesso à energia

A Cemig também atua com a tarifa social, um desconto na conta de energia elétrica para famílias de baixa renda. Em 2024, cerca de 1,3 milhão de clientes da Cemig receberam benefícios tarifários mensalmente relativos à tarifa da conta de energia, no valor total de R\$461,4 milhões.

O benefício permite que mais pessoas tenham acesso à energia de qualidade, possibilitando uma melhoria da qualidade de vida e dignidade. Além disso, é um importante instrumento na redução de desigualdades socioeconômicas, inclusive entre as diferentes regiões e estados brasileiros, que sofreram efeitos diferenciados com a elevação dos custos no fornecimento de energia elétrica nos últimos anos.

Programa Energia Legal

A Cemig tem o compromisso de melhorar a cada dia o fornecimento de energia para as comunidades onde atua, priorizando a segurança com a população quanto a riscos de acidentes elétricos e a promoção do desenvolvimento local de toda a sua área de concessão.

Para viabilizar esse compromisso, a Cemig lançou o Programa Energia Legal, que visa regularizar o acesso à energia elétrica de aproximadamente 240 mil famílias, localizadas em comunidades e ocupações na Região Metropolitana de Belo Horizonte e em algumas regiões do estado.

São vantagens do Programa Energia Legal:

- mais segurança contra choques elétricos;
- mais cuidados para não queimar eletrodomésticos;
- regularização da energia;
- geração de comprovante de endereço, por meio da conta de luz;
- direito a benefícios sociais;
- facilidade para realizar novas ligações de energia;
- assistência 24h por dia.

Programa de Eficiência Energética - PEE

Historicamente, a Cemig investe em eficiência energética, promovendo a redução do consumo de energia e da demanda no horário de ponta, e disseminando o conhecimento sobre uso seguro, racional e eficiente da eletricidade, visando o combate ao desperdício de energia elétrica e à preservação de recursos naturais.

O Programa de Eficiência Energética - PEE da Cemig, regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, desde o ano 2000, se traduz em diversas ações que incentivam à mudança dos hábitos de consumo e a otimização do consumo energético em diferentes setores da sociedade. Desde a implantação do Programa, a Companhia mantém esforços para demonstrar à sociedade que é possível reduzir o desperdício da energia de forma simples, com a adequação de atitudes no dia a dia.

Atualmente, o PEE atua por meio de cinco subprogramas: Cemig nas Cidades, Cemig nos Hospitais, Cemig no Campo, Cemig nas Escolas e o Cemig nas Comunidades, nos quais todos os projetos são executados diretamente pela Cemig e contemplam a substituição de equipamentos ineficientes e obsoletos por modelos mais modernos e eficientes e a instalação de usinas fotovoltaicas.

Além disso, a Companhia publica anualmente a Chamada Pública de Projetos, determinada pela Aneel, e que tem como objetivo democratizar o acesso dos clientes a projetos de eficiência, já que permite que os próprios clientes proponham ações que confirmem maior eficiência a suas unidades consumidoras. Nesse modelo, a Cemig seleciona e financia os projetos viáveis, que são executados por empresas especializadas em serviços de conservação de energia, as chamadas ESCO.

Somente em 2024, o programa investiu mais de R\$65 milhões em projetos próprios de eficiência energética e disponibilizou outros R\$50 milhões para Chamada Pública, dos quais cerca de R\$ 19 milhões foram capitados pela sociedade para projetos que serão executados a partir de 2025. Em 2024, o PEE da Cemig atendeu à 320 municípios da área de concessão, beneficiando mais de 95 mil clientes (dentre eles, residenciais, comerciais, serviços públicos e etc.) e mais de 2 milhões de pessoas. Entre os beneficiários se destacam: estabelecimentos de saúde públicos e filantrópicos, entidades beneficentes de assistência social, escolas públicas, famílias de baixa renda em comunidades urbanas e rurais, prestadores de serviços públicos e órgãos da administração pública estadual e municipal.

Até 2027, a Cemig planeja investir mais de R\$ 500 milhões no portfólio do PEE, ampliando os subprogramas existentes e inaugurando novas frentes, com foco em inovação e responsabilidade social aliadas à eficiência energética. Essa meta representa o compromisso público da Companhia com os esforços globais para o desenvolvimento sustentável e a transição energética, à medida que pretende investir nos próximos 4 anos, 50% do valor investido ao longo dos últimos 25 anos.

Alguns projetos de destaque em 2024 são:

Programa Al6% - O programa incentiva os empregados a repassarem até 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2024 do Al6% envolveu a participação de 1.445 empregados que, voluntariamente, destinaram mais de R\$ 1,4 milhão, com o intuito de beneficiar 146 instituições que atendem mais de 20.000 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs.

O valor investido pela Companhia e suas coligadas foi de aproximadamente R\$1,3 milhão. No total, foram destinados R\$3 milhões para entidades distribuídas em 75 municípios da área de influência da Companhia. A ação conta com a participação de voluntária de 146 padrinhos e madrinhas que atuam como captadores de recursos.

Com o propósito de ser, cada vez mais, uma empresa socialmente responsável, a Cemig busca fomentar projetos e ações voluntárias que tenham um papel transformador na sociedade.

Programa Você – Voluntariado Empresarial - engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. Estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social, esse programa foi criado em três pilares, sendo: (i) o de incentivo ao voluntariado, para disseminar a cultura na Companhia e oferecer o primeiro contato com o tema; (ii) realização de ações transformadoras, nas quais o foco é trabalhar com o empreendedorismo, educação e o empoderamento feminino e (iii) ações propostas por empregados na plataforma de voluntariado, às quais os colegas podem aderir.

Com o objetivo de implantar melhorias no processo e atender as necessidades de todos os envolvidos no Voluntariado, beneficiados e voluntários, foi realizado um planejamento estratégico para o Voluntariado junto com uma empresa especializada no tema.

Em 2024, o Programa Você destacou-se pela importância de suas ações voluntárias na comunidade. Com a participação de 214 empregados voluntários, o programa acumulou 898 horas de atuação, beneficiando diretamente 553 pessoas. Essas iniciativas não apenas promovem o desenvolvimento humano e o bem-estar das comunidades, mas também reforçam a cultura de solidariedade e cidadania participativa dentro da empresa. A atuação voluntária dos empregados é fundamental para a transformação social, demonstrando o compromisso da Cemig em ser uma empresa socialmente responsável e engajada com as causas comunitárias.

Energia Jovem - visa formar jovens, estudantes de escolas públicas, para o mercado de trabalho, auxiliando-os no entendimento de como iniciar a vida profissional e ingressar em uma organização. A formação é composta por módulos que abordam temas relevantes para a entrada no mercado de trabalho, como por exemplo, o autoconhecimento, networking, competências a serem desenvolvidas, como se preparar para uma entrevista e elaborar o currículo, entre outros. Em 2024, foram capacitados 92 jovens na cidade de Belo Horizonte, que contaram com a orientação de 7 voluntários da Cemig.

Gestão de Projetos na Carreira - a gestão de projetos é uma das profissões do futuro, que vem crescendo e se tornando essencial e requisitada em várias empresas. A iniciativa visa possibilitar aos alunos uma aprendizagem experiencial de como fazer a gestão de projetos, auxiliando-os na compreensão, planejamento, realização, monitoramento e avaliação do projeto, como a gestão da própria carreira. O conteúdo programático aborda o que é um projeto e sua aplicação no dia a dia. Com abordagem simples e prática, o programa pretende levar o jovem a entender qual o seu papel como gestor desse projeto, como fazer um bom gerenciamento, como definir metas, escopo e prazos. Em 2024, foram capacitados 89 jovens na cidade de Belo Horizonte, que contaram com a orientação de 9 voluntários da Cemig.

Start+Up - curso gratuito promovido pela Cemig com o objetivo de orientar jovens sobre empreendedorismo e criação de startups, a partir do método aprender-fazendo. A formação "Start + UP", é composta por módulos abordam temas relevantes relacionados ao empreendedorismo, como o que é e como desenvolver uma startup, construção de marca, desenvolvimento de produto, fontes de financiamento, entre outros. Ao término do programa os participantes apresentarão a empresa ou projeto desenvolvido a uma banca de jurados a partir do método *Pitch*, que é uma apresentação curta e direta voltada a despertar o interesse de um investidor, parceiro ou cliente. Em 2024, foram capacitados 22 jovens nas cidades de Uberlândia e Belo Horizonte, que contaram com a orientação de 11 voluntários da Cemig.

Conectando Energias - é uma iniciativa criada em 2024, que reúne Eficiência Energética e o Programa Você (Voluntariado Cemig), e mobilizou 210 voluntários, distribuídos em 44 equipes inscritas para atuarem em 28 municípios mineiros ao longo de 2025, a fim de atenderem mais de 40 instituições beneficentes, com o intuito de promover mais economia de energia e redução dos desperdícios.

Além dessas ações, tivemos a campanha Páscoa Solidária, em que voluntários se dedicaram a fabricar 3.000 ovos de chocolate, para 350 crianças da Associação das Obras Pavonianas de Belo Horizonte; SOS Rio Grande do Sul com a arrecadação de itens de necessidade e disponibilização de voluntários dentro do horário de trabalho para a triagem de doações para os atingidos pelas intensas chuvas que atingiram o estado; Cartinhas de Natal com a adoção

pelos voluntários de 104 cartas de atendidos por instituições sociais e o Natal Solidário em Rede realizado em conjunto com as empresas participantes da Rede Desafio 2030 na Cidade dos Meninos, em Ribeirão das Neves que atende mais de 2.700 crianças e jovens a Companhia enviou o caminhão de atividades interativas do Programa de Eficiência Energética, regulado pela Aneel.

Direitos humanos

Alinhada à Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e seus Princípios Orientadores, às normas fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e ao Pacto Global da ONU, a Cemig declara que respeita e apoia a proteção aos direitos humanos, reconhecidos internacionalmente em sua área de influência.

A Cemig busca prevenir ou mitigar os impactos negativos sobre os direitos humanos em suas operações e serviços por suas relações comerciais, inclusive quando não tenha contribuído para gerá-los, em alinhamento com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU.

Anualmente, a Cemig presta contas de suas ações em direitos humanos, por meio do Relatório do Pacto Global das Nações Unidas, do Relatório de Sustentabilidade (RAS), do ISE B3 e do *Dow Jones Sustainability Index (S&P Global)*.

Mitigação

Como exemplos de ações de mitigação, a Cemig realiza:

- inspeções e treinamentos de segurança para toda força de trabalho;
- campanhas de sensibilização quanto ao tema de valorização da diversidade para os empregados e nas redes sociais;
- cartilhas educativas e cláusulas contratuais para os fornecedores;
- palestras e trabalho educativo nas escolas quanto ao uso de energia.

Monitoramento

Como exemplos de ações de monitoramento, a Cemig realiza:

- auditorias de segurança em campo;
- auditoria de direitos humanos de fornecedores;
- monitoramento e investigação de casos de assédio e discriminação.

Gestão tecnológica e inovação

A Cemig tem a gestão tecnológica e a inovação como pilares estratégicos para garantir a eficiência operacional, a segurança da informação e a conformidade regulatória. A Companhia investe continuamente no aprimoramento da governança e gestão de seus serviços de Tecnologia da Informação (TI), bem como na modernização de sua infraestrutura tecnológica, alinhando-se às melhores práticas internacionais e às exigências regulatórias, incluindo a Lei Sarbanes-Oxley (Sox).

O sistema de governança de TI da Cemig é baseado no COBIT 2019, modelo de referência para controle e gerenciamento de processos de TI, e é avaliado anualmente por auditorias internas e externas. Além disso, a Companhia estrutura sua gestão de segurança da informação com base na Norma Brasileira (ABNT) NBR ISO/IEC 27001:2013, garantindo a implementação de um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) robusto, que abrange políticas, processos e controles para proteção de ativos críticos. Esse sistema inclui processos de gerenciamento de riscos, classificação e proteção da informação, resposta a incidentes e auditoria contínua.

Além dos investimentos em governança e segurança, a Cemig adota uma abordagem estruturada para inovação e transformação digital, priorizando tecnologias emergentes para modernizar seus processos e serviços, com aperfeiçoamento de arquitetura e governança.

O setor de energia elétrica está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig implementou, desde 2018, o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, para:

- capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;
- captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais;
- elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.

O desafio foi aberto para o público em geral, que foi convidado a apresentar ideias para a estruturação de projetos de Pesquisa & Desenvolvimento, conforme regras da Aneel e alinhados com a estratégia da Companhia. As ideias mais promissoras darão origem a projetos que serão avaliados sob as diretrizes da Estratégia de Inovação e, se aprovados, serão formalizados com as novas minutas contratuais para desenvolvimento das ideias aprovadas.

O Desafio Cemig está estruturado em quatro macro temas alinhados à estratégia da Companhia para compor o seu portfólio de inovação:

- Produtos e serviços inteligentes;
- Sistemas elétricos do futuro;
- Eletrificação e eletro mobilidade; e
- Alternativas em geração sustentável.

Proteção de dados

A Cemig reconhece a sua responsabilidade com a proteção de dados pessoais de todos os titulares com os quais ela se relaciona e reforça o compromisso da Empresa em proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Para trazer robustez a esse processo e para garantir que a Empresa esteja aderente aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, a Cemig conta com uma estrutura dedicada ao atendimento de todo o regramento legal relacionado ao tema. Essa estrutura contempla:

- Encarregado de Proteção de Dados (Diretor (a) de Compliance);
- Equipe dedicada ao tema de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais;
- Políticas e procedimentos que estabelecem diretrizes claras sobre como os dados devem ser coletados, armazenados, processados e compartilhados, assegurando que a organização respeite os direitos de privacidade dos titulares dos dados pessoais;
- Solução líder de mercado que suporta todo o programa de Privacidade da Empresa;
- Canais de atendimento exclusivos para que os titulares de dados possam exercer seus direitos e para receber relatos de possíveis incidentes envolvendo dados pessoais.

Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PDI

O setor de energia elétrica está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, e organismos com relevância mundial no setor energético, como o Energy Center, a vertical de energia da MIT Technology Review Brasil, em parceria com o Energy Summit, reconhecem que já existem grandes direcionamentos globais em relação a um objetivo comum: a realização da transição energética seguindo os 4Ds, que são Descarbonização, Digitalização, Descentralização e Democratização. Esses princípios norteadores buscam transformar o setor energético em um sistema mais sustentável, eficiente e inclusivo, promovendo a adoção de novas tecnologias e práticas que reduzam a dependência de combustíveis fósseis e minimizem os impactos ambientais.

O PDI da Cemig divulga chamadas públicas com foco no estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de tecnologias de interesse da Cemig e do setor elétrico, visando o atendimento dos interesses da sociedade. As instituições são convidadas a apresentarem propostas de projetos de PDI que objetivem: (i) o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de soluções para os desafios da Cemig ou de empresas do setor elétrico, consumidores ou usuários dos serviços de Distribuição de energia elétrica, e/ou (ii) a exploração industrial e/ou comercial das soluções desenvolvidas.

A Cemig busca nestas chamadas: identificar e desenvolver projetos

- inovadores e práticos - aptos a solucionarem reais problemas do setor elétrico;
- estratégicos - que abordem assuntos relevantes para a Companhia;
- concretos e que gerem soluções com viabilidade econômico-financeira e de implementação.

Nesse sentido a Cemig, alinhada com as diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Programa Estratégico de Qualidade e Inovação (PEQUI), desenvolveu direcionamentos estratégicos para promover a inovação contínua, buscando agregar cada vez mais valor ao Sistema Elétrico Brasileiro (SEB). Em 2024, a Cemig investiu em 15 projetos de PDI em diversos temas, tendo sido investido pela Cemig Distribuição R\$40,7 milhões. E em fevereiro de 2025, a Cemig concluiu mais um ciclo de desafios, recebendo importantes projetos inovadores nos macrotemas: Produtos e Serviços Inteligentes; Sistemas Elétricos do Futuro; Eletrificação e Eletromobilidade; e Alternativas em Geração Sustentável. Entre os projetos de destaque, incluem-se:

- Projeto BESS Móvel: Desenvolvimento de um dispositivo móvel para carga e descarga de energia em baterias, destinado a situações de emergência e para garantir a continuidade do fornecimento de energia em casos críticos.
- Projeto EnergyGPT: Implementação de uma solução de inteligência artificial (IA) generativa, especificamente projetada para atender às complexas demandas do setor elétrico brasileiro, proporcionando análises avançadas e preditivas para otimização do sistema.
- Projeto Biogás H2: Desenvolvimento de um protótipo de usina para produção de hidrogênio a partir do metano gerado em aterros sanitários, promovendo a utilização de resíduos como recurso energético.
- Projeto EPI Inteligente: Criação de um wearable de segurança individual para eletricitistas, capaz de alertar sobre a proximidade de sistemas energizados, detectar gases tóxicos, prevenir acidentes de trabalho e emitir alertas de queda ou incidentes durante a jornada de trabalho, garantindo maior segurança para os empregados.

A Cemig continua a impulsionar a inovação através de seus canais Inova Cemig Lab e Inova Cemig Tec, dedicados à busca de soluções inovadoras e tecnológicas. A empresa prioriza a inovação aliada à sustentabilidade, com o objetivo de gerar resultados mais sustentáveis e eficientes para o Sistema Elétrico Brasileiro. Esse compromisso reflete a visão da Cemig em ser uma empresa líder em inovação no setor energético, promovendo o desenvolvimento sustentável e contribuindo para um futuro energético mais limpo e eficiente.

Em 2024, a iniciativa encerrou seu primeiro ciclo com contratos assinados com 13 startups, que receberão, cada uma delas, apoio financeiro de até R\$1,6 milhão para o desenvolvimento de soluções criativas e sustentáveis para os desafios propostos pela Cemig.

Lançado em março de 2024, o processo de seleção de startups para o primeiro ciclo ocorreu por meio de um edital internacional que atraiu mais de 250 propostas provenientes de 17 estados brasileiros e 10 países de todos os continentes. Minas Gerais destacou-se com 48 startups selecionadas. Foram propostos temas estratégicos que vão desde a digitalização do setor elétrico até o uso de hidrogênio como fonte de energia limpa e renovável.

O ciclo 2 já está em andamento e conta com 15 desafios voltados para comercialização, geração distribuída, compliance, distribuição, transmissão, gestão de fornecedores,

recuperação de receitas e agro. A Cemig também já trabalha no ciclo 3, que contará com 15 novos desafios.

Inteligência artificial - EnergyGPT

Em 2023, a Cemig, em parceria com o Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CEIA) da Universidade Federal de Goiás (UFG), iniciou o desenvolvimento do EnergyGPT. O projeto, pioneiro em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no âmbito do Programa de PDI da ANEEL, marca a entrada da Companhia no movimento global de inovação no setor elétrico.

O EnergyGPT surge como uma solução de inteligência artificial (IA) generativa, especialmente projetada para atender às demandas complexas do setor elétrico brasileiro. Uma de suas principais metas é facilitar o acesso a informações estruturadas deste mercado tanto para empresas quanto para cidadãos.

A proposta do projeto é desenvolver uma plataforma avançada de IA adaptada às peculiaridades do setor elétrico nacional. O sistema de IA buscará otimizar processos e fornecer suporte estratégico em áreas críticas, incluindo jurídico e proteção de receita.

Processamento de Linguagem Natural (NLP)

Lançado em agosto de 2024, o curso integra o projeto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - EnergyGPT, e tem como objetivo capacitar os empregados da Cemig para enfrentar desafios tecnológicos no setor elétrico. Com duração de 12 meses, é pioneiro no Brasil e está dividido em três módulos, abordando fundamentos básicos e específicos sobre modelos de linguagem.

A primeira turma da pós-graduação lato sensu em NLP promovida pela Cemig em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CEIA) concluiu seu primeiro semestre com resultados promissores. Ao longo do semestre, os 30 empregados selecionados tiveram contato com temas como aprendizado de máquina, deep learning e redes neurais. Além disso, a especialização foca na aplicação prática das tecnologias, com destaque para o desenvolvimento do EnergyGPT.

Sistemas de Gestão - Certificados

A Cemig conduz os seus processos visando o alcance dos objetivos estratégicos e, conseqüentemente, a satisfação dos seus clientes. Para isso, procura a melhoria contínua da sua gestão por diversas formas, entre elas a adoção de algumas das práticas e metodologias das Normas NBR ISO.

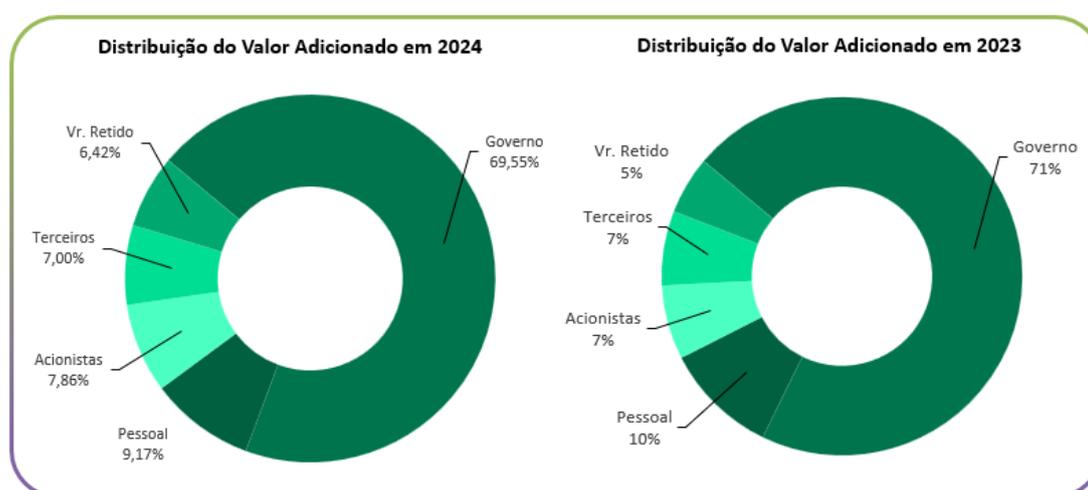
Para tanto, ela mantém certificações de seus processos nas normas NBR ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade, NBR 14001 – Sistema de Gestão Ambiental e NBR 45001 – Sistema de Gestão de Saúde e Segurança e, recentemente, obteve a certificação em NBR 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno. Para além das certificações, visando aprimorar suas práticas de gestão de riscos, a companhia implementou os princípios e recomendações da NBR ISO 31000 – Gestão de Riscos, obtendo a Declaração de Conformidade na referida norma por Organismo Certificador reconhecido.

Atualmente, há quatro escopos certificados na empresa: Núcleo Cemig Geração e Transmissão, Núcleo Cemig Distribuição, Gestão de Riscos Corporativos e Ouvidoria, e Compliance. Importante salientar que os processos de gestão e suporte fazem parte do escopo desses negócios.

Para todos os núcleos foram recomendadas as manutenções dos certificados, o que confirma o comprometimento de todos os envolvidos em atender aos requisitos das normas ISO e como é sabido tais normas possuem reconhecimento internacional de melhores práticas de gestão do mercado.

Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a sociedade, com R\$15.447 milhões de valor adicionado em 2024 em comparação a R\$13.513 milhões em 2023, distribuídos da seguinte forma:

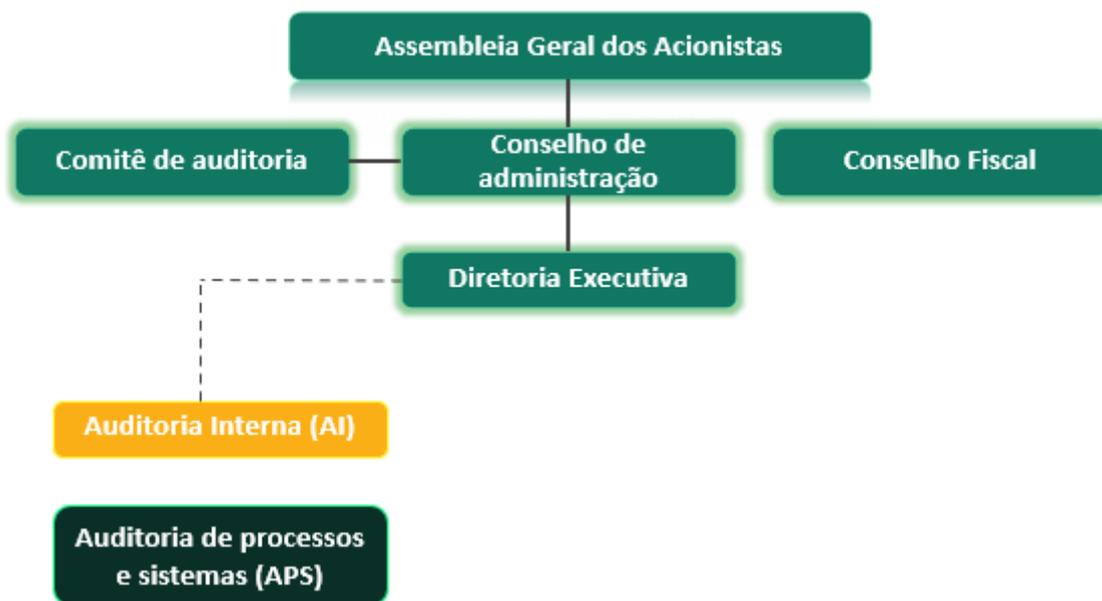


Desempenho em Governança corporativa

A governança corporativa da Cemig é baseada em transparência, equidade e prestação de contas. A principal característica do modelo de governança da Cemig é a clara definição dos papéis e das responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes que dizem respeito à condução dos negócios da Companhia. Os membros do Conselho de Administração, que são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, elegem seu Presidente, Vice- Presidentes e nomeiam a Diretoria Executiva da Cemig.

O foco da governança da Companhia tem sido o equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais da Cemig, com o intuito de contínua contribuição ao desenvolvimento sustentável, e visando o aprimoramento do seu relacionamento com acionistas, clientes, empregados, sociedade e demais partes interessadas. Desde 2001 a Cemig segue as práticas de Governança Corporativa do Nível 1 da B3, da bolsa de valores de São Paulo.

Estrutura de Governança Corporativa



Conselho de Administração

Anualmente, os membros do Conselho de Administração são submetidos a autoavaliações de desempenho, independentes, individuais e coletivas, visando aprimorar suas funções. São observados os seguintes quesitos mínimos:

- exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- contribuição para o resultado do exercício;
- consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios Plurianual e atendimento à estratégia de longo prazo e orçamento anual.

Compete ao Comitê de Auditoria verificar, em caráter independente, a conformidade do processo de avaliação dos membros do Conselho de Administração.

Composição, eleição e mandato

O Conselho de Administração é integrado por 9 (nove) membros efetivos, sendo 8 indicados e eleitos pelos acionistas e 1 eleito pelos empregados, dentre os quais um será o Presidente e outro, o Vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Dos 9 membros do seu Conselho de Administração, 8 membros têm as características de Conselheiro Independente, pelos critérios adotados pelo *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), e pelos critérios definidos no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), conforme atestado na Declaração de Independência do Conselho.

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2024, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2026.

A composição do Conselho de Administração será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

As atribuições do Conselho de Administração encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Reuniões

O Conselho de Administração, até 31 de dezembro de 2024, reuniu-se 17 vezes para tratar de planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 (quatro) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

As atribuições do Comitê de Auditoria encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Reuniões

No exercício de 2024, foram realizadas 27 reuniões do Comitê de Auditoria - COAUD.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por 7 (sete) membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

Os Diretores estatutários serão avaliados, anualmente, pelo Conselho de Administração, com relação ao seu desempenho, individual e coletivo, observados os seguintes quesitos mínimos:

- exposição dos atos de gestão praticados, quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- contribuição para o resultado do exercício; e,
- consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios Plurianual e atendimento à Estratégia de Longo Prazo e Orçamento Anual.

A composição da Diretoria Executiva, atribuições e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Reuniões

No exercício de 2024, foram realizadas 50 reuniões da Diretoria Executiva.

Conselho Fiscal

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos.

Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

- aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,
- a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 (um) servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

A composição do Conselho Fiscal e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Reuniões

No exercício de 2024 foram realizadas 12 reuniões do Conselho Fiscal.

Auditoria interna, gerenciamento de riscos e controles internos

Mantendo o ciclo de atualização, no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2024, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, após apreciação pelo Comitê de Auditoria e Comitê de Riscos do Conselho de Administração, a Matriz de *Top Risks*, vigente para o ciclo 2024/2025.

Esses riscos têm agenda de acompanhamento contínuo pela Administração. A Matriz compreende os riscos dos pilares Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização, Inovação, Tecnologia da Informação, Pessoas e Serviços Corporativos, ESG (*Environmental, Social and Governance*), Comunicação, Financeiro, Participações e Desinvestimento, Regulatório Institucional e Controle e Integridade.

A Companhia possui um Comitê de Riscos, criado em 2022, órgão vinculado e de assessoria do Conselho de Administração com atribuições de análise do cumprimento das exigências dos agentes reguladores e fiscalizadores; definição dos principais riscos (*Top Risks*) e respectivo tratamento, identificação e mensuração de planos de ação e controle dos riscos identificados; e avaliação dos limites de tolerância aos riscos que a Companhia será exposta.

Em relação às respostas aos riscos relevantes e que possuem os limites de tolerância excedidos, o ambiente de Controles Internos possui um processo anual de revisão e testes de desenho da totalidade dos controles internos presente na Matriz de Riscos e Controles Internos, de modo a mantê-los aderentes, atualizados e avaliados em relação a suficiência de endereçamento aos riscos. No último ciclo, a Companhia estendeu a cobertura de revisão e testes para os controles internos relacionados aos *Top Risks*, seguindo os mesmos padrões metodológicos e requisitos do *framework* COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) ICIF (*Internal Control – Integrated Framework*) e Lei Norte Americana Sarbanes Oxley – Sox. As ações e investimentos no Ambiente de Controles Internos tem garantido, nos últimos anos, sua efetividade na avaliação da Administração e do auditor externo independente, demonstrando a confiança na gestão de riscos da Companhia.

Ademais, a Companhia mantém a atividade de auditoria interna, responsável pela elaboração e execução do Plano Anual de Auditoria Interna, validado pelo Comitê de Auditoria e aprovado pelo Conselho de Administração. Esse Plano prevê a avaliação dos principais processos de negócios e corporativos e é orientado pela estratégia organizacional e pelos riscos relacionados, tendo como objetivo avaliar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia dos processos de governança e gerenciamento de riscos, bem como a efetividade do sistema de controles internos, reportando eventuais deficiências e oportunidades de melhoria, além de recomendar ações aplicáveis. A auditoria interna acompanha a implementação das ações corretivas e preventivas pelas áreas responsáveis, bem como sua manutenção e efetividade na mitigação dos riscos, visando à agregação de valor ao negócio e fortalecendo a governança corporativa.

Compliance e Antissuborno

A Companhia valoriza a prevenção e o combate à fraude, à corrupção e a quaisquer atos que possam desviar-se da conduta ética exigida, bem como das normas internas e externas estabelecidas. Para isso, conta com a dedicação e a diligência de toda a sua força de trabalho, a fim de garantir que atos ilícitos ou antiéticos não sejam perpetrados em seu nome.

Para prevenir a ocorrência desses atos, a Companhia mantém um robusto sistema de controles internos e de Compliance, que inclui, entre outros, uma Comissão de Ética, um Canal de Denúncias e políticas e procedimentos internos voltados à integridade, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades e prevenção à fraude e à corrupção. Todos os profissionais que

se relacionam com a Cemig, incluindo acionistas, administradores, empregados e contratados, são plenamente informados sobre essas diretrizes. Em 2024, a Cemig obteve a certificação na norma internacional ISO 37001 de Gestão Antissuborno, reforçando seu compromisso em prevenir, detectar e tratar casos de suborno.

Ademais, não são permitidas doações de qualquer natureza, seja direta ou indireta, em dinheiro ou em bens e serviços, incluindo publicidade, que tenham fins políticos ou que favoreçam partidos políticos ou seus afiliados, independentemente de estarem em atividade. Essa proibição está em conformidade com as exigências da Lei Federal 9.504/1997, conhecida como “Lei das Eleições”, e suas alterações pela Lei 13.487, de 6 de outubro de 2017.

O Canal de Denúncias da Cemig está disponível para o público interno e externo, 24 horas por dia, para receber denúncias de fraude, corrupção, favorecimento, assédio moral e sexual, entre outras irregularidades que possam ser consideradas ações ou omissões contrárias à lei ou aos princípios do nosso Código de Conduta. O Canal de Denúncias assegura a confidencialidade, o anonimato e a proteção contra retaliações ao denunciante. A Comissão de Ética é responsável por garantir a apuração e investigação adequadas de todas as denúncias recebidas, e as respostas são disponibilizadas aos denunciantes após a conclusão dos processos.

Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU

Combater todas as formas de corrupção. Este é o compromisso firmado publicamente pela Cemig ao ingressar no Movimento Transparência 100%. Trata-se de uma iniciativa do Pacto Global da ONU, cujo intuito é fazer com que organizações alinhem suas estratégias e operações aos princípios e mecanismos anticorrupção. A adesão da Companhia ao Movimento foi tornada pública durante o evento "Workshop Melhores Práticas ESG e Agenda 2030", realizado pela Cemig em 2023.

O objetivo do movimento, primeira grande iniciativa de fomento à transparência corporativa do Brasil, é encorajar e capacitar empresas para irem além das obrigações legais, fortalecendo mecanismos de transparência e integridade em companhias de destaque para torná-las exemplos de sucesso para as demais organizações do país.

Com a adesão a Cemig reforça seu alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. As metas assumidas pela Cemig no Movimento Transparência 100% são avançar em direção às metas de 100% de transparência das interações com a Administração Pública; remuneração 100% íntegra da alta administração; 100% da cadeia de valor de alto risco treinada em integridade; 100% de transparência da estrutura de Compliance e Governança e 100% de transparência sobre os canais de denúncias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Distribuição é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano e da mesma forma aos nossos demais acionistas. Estende também os agradecimentos às comunidades servidas pela Companhia, às demais partes interessadas e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

1) Base de Cálculo	31/12/2024			31/12/2023		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)			26.617.174			23.348.437
Resultado Operacional (RO)			2.884.986			2.269.734
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			719.059			641.741
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação	76.884	10,69	0,29	70.650	11,01	0,27
Encargos sociais compulsórios	262.065	36,45	0,98	216.497	33,74	0,81
Previdência privada	60.162	8,37	0,23	55.154	8,59	0,21
Saúde	48.301	6,72	0,18	51.476	8,02	0,19
Segurança e medicina no trabalho	3.876	0,54	0,01	3.478	0,54	0,01
Educação	55	0,01	0,00	34	0,01	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	3.269	0,45	0,01	4.873	0,76	0,02
Creches ou auxílio-creche	2.037	0,28	0,01	1.691	0,26	0,01
Participação nos lucros ou resultados	99.914	13,90	0,38	101.503	15,82	0,38
Outros	8.162	1,14	0,03	6.241	0,97	0,02
Total - Indicadores Sociais Internos	564.725	78,54	2,12	511.597	79,72	1,92
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação	3.901	0,14	0,01	1.240	0,05	0,01
Cultura	98.151	3,40	0,37	68.296	3,01	0,29
Esporte	5.775	0,20	0,02	18.382	0,81	0,08
Outros Doações/Subvenções/Projetos Sociais/ Esporte	66.075	2,29	0,25	143.981	6,34	0,62
Total das Contribuições para a Sociedade	173.902	6,03	0,65	231.899	10,22	0,99
Tributos (excluídos encargos sociais)	10.598.719	367,38	39,82	9.476.786	417,53	40,59
Total - Indicadores Sociais Externos	10.772.621	373,40	40,47	9.708.685	427,75	41,58
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	19.681	0,68	0,07	27.839	1,23	0,12
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	19.681	0,68	0,07	27.839	1,23	0,12
5) Indicadores do Corpo Funcional	31/12/2024		31/12/2023			
Nº de empregados (as) ao final do exercício		3.840		3.710		
Nº de admissões durante o exercício		463		202		
Nº de colaboradores temporários		69		76		
Nº de estagiários (as)		62		64		
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária		724		720		
- 2º Grau		3.089		2.959		
- 1º Grau		27		31		
Nº de empregados (as) acima de 45 anos		1.602		1.731		
Nº de mulheres que trabalham na Companhia		514		514		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		22%		21%		
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia		1.670		225		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)		26%		2%		
Nº de pessoas com deficiência		151		120		
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	31/12/2024					
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia	25,60					
Número total de acidentes de trabalho (empregados próprios)	8					
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA			
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT			
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)			
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)			
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos			
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva			
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia: 152543	no Procon: 5867	na Justiça: 13810			
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2024: 15.447 milhões					
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	69,55% governo	9,17% empregados				
	7,86% acionistas	7,00% terceiros				
7) Outras Informações	31/12/2024					
Investimentos em questões ambientais	R\$28 milhões					
Resíduos e materiais inservíveis	60,82 mil toneladas					
Receita com as vendas dos resíduos	R\$44 milhões					

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS

Descrições	31/12/2024	31/12/2023
Atendimento		
Número de consumidores (em milhares)	9.404	9.214
Número de empregados	3.840	3.710
Número de consumidores por empregado	2.449	2.484
Número de localidades atendidas	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774
Mercado		
Área de concessão (Km ²)	567.478	567.478
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.868	1.565
Tarifas médias de fornecimento - incluindo ICMS (R\$/MWh)		
Residencial	898,89	892,65
Comercial	828,77	1.145,86
Industrial	835,56	904,79
Rural	706,64	740,43
DEC (horas)	9,46	9,71
FEC (número de interrupções)	5,06	4,86
Privação de fornecimento por consumidor - minutos/mês	47,30	48,55
Operacionais		
Número de subestações	462	462
Linhas de distribuição (Km)	19.682	19.156
Redes de distribuição (Km)		
Urbana	130.858	129.704
Rural	426.387	421.675
Financeiros		
Receita operacional líquida - R\$ milhões	26.617	23.348
Margem operacional - %	10,84	9,72
Lajida ou Ebitda - R\$ milhões	3.807	3.103
Resultado do exercício - R\$ milhões	2.206	1.611
Resultado do exercício por lote de 1000 ações R\$	940	683
Patrimônio líquido - R\$ milhões	11.281	8.883
Valor patrimonial por ação	4,78	3,77
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	19,56	18,14
Endividamento do patrimônio líquido - %	187,68	210,51
Liquidez corrente	0,83	0,87
Liquidez geral	0,88	0,83

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Presidente
Marney Tadeu Antunes	Vice-Presidente de Distribuição
Andrea Marques de Almeida	Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores
Thadeu Carneiro da Silva	Vice-Presidente sem denominação
Marco da Camino Ancona Lopez Soligo	Vice-Presidente de Participações
Sergio Lopes Cabral	Vice-Presidente de Comercialização
Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva	Vice-Presidente Jurídico

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Carlos Roberto de Albuquerque Sá (majoritário)	Carlos Alberto Arruda de Oliveira (majoritário)
Lucas de Vasconcelos Gonzalez (majoritário)	Luiz Fernando Medeiros Moreira (majoritário)
Pedro Bruno Barros de Souza (majoritário)	Rodrigo Rodrigues Tavares (majoritário)
Michele da Silva Gonsales Torres (ações preferenciais)	Paulo Roberto Bellentani Brandão (ações preferenciais)
João Vicente Silva Machado (minoritários)	Ricardo José Martins Gimenez (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Roberto Cesar Guindalini (Coordenador)	Não há
Artemio Bertholini	Não há
Ricardo Lopes Cardoso	Não há
Giulia Carla Scalercio	Não há

CONSELHO DE CONSUMIDORES	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Ciro Mota - Presidente (Industrial)	Tânia Mara Aparecida Costa Santos
Erick Nilson Souto - Vice-Presidente (Poder Público)	Luiz Paulo Aparecido Gontijo Caetano
Luciano José de Oliveira- Secretário Executivo (Cemig D)	Alexandre Ribeiro de Almeida
Solange Medeiros de Abreu (Residencial)	Betânia Moura Magalhães Corrêa
Edilson Avelino da Mata (Comercial)	José Luis França dos Santos
Aline de Freitas Veloso (Rural)	Weber Bernardes de Andrade

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Márcio Luiz Simões Utsch (majoritário)	Não há
José Reinaldo Magalhães (majoritário)	Não há
Aloísio Macário Ferreira de Souza (preferencialistas)	Não há
Afonso Henriques Moreira Santos (majoritário)	Não há
Marcus Leonardo Silberman (majoritário)	Não há
Roger Daniel Versieux (minoritários)	Não há
José João Abdalla Filho (minoritários)	Não há
Anderson Rodrigues (representante dos empregados)	Não há
Ricardo Menin Gaertner (majoritário)	Não há

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-mail: ri@cemig.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	951.779	447.967
Títulos e valores mobiliários	6	118.511	2.781
Consumidores e revendedores	7	3.849.309	3.545.064
Concessionários - transporte de energia	7	439.026	374.362
Tributos a recuperar	8	437.033	550.472
Fundos Vinculados		196.059	11.532
Contribuição de iluminação pública		297.227	260.730
Ativos setoriais da concessão	11b	859.597	493.934
Outros ativos		657.465	499.241
Total do circulante		7.806.006	6.186.083
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	44.576	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	1.223.647	1.884.164
Tributos a recuperar	8	802.989	698.446
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	190.579	113.122
Depósitos vinculados a litígios	10	680.175	662.233
Concessionários - transporte de energia		38.881	38.817
Outros ativos		47.015	16.648
Ativos setoriais da concessão	11b	436.028	311.637
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura	11a	2.714.876	1.881.509
Ativos de contrato	12	4.421.329	3.430.870
Intangíveis	13	13.803.949	12.099.390
Arrendamentos - direito de uso	15	243.065	259.647
Total do não circulante		24.647.109	21.396.483
Ativo total		32.453.115	27.582.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Debêntures	18	2.496.199	639.713
Fornecedores	16	1.973.750	2.024.449
Impostos, taxas e contribuições	17	360.012	268.455
Imposto de renda e contribuição social	9	71.701	80.888
Salários e encargos sociais		139.537	153.285
Encargos regulatórios	19	245.500	373.039
Participação dos colaboradores e administradores no resultado		58.697	95.134
Obrigações pós-emprego	21	162.817	231.390
Contribuição de iluminação pública		475.037	424.713
Contas a pagar relacionado à energia gerada por consumidores	20	1.251.298	704.653
Passivos setoriais da concessão	11b	16.470	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	23d	1.117.129	1.499.524
Valores a restituir a consumidores		526.498	853.652
Arrendamentos - obrigações		55.728	56.294
Outros passivos		481.646	354.578
Total do circulante		9.432.019	7.759.767
Não circulante			
Debêntures	18	7.541.422	5.247.909
Provisões	22	1.064.553	1.480.183
Obrigações pós-emprego	21	2.714.679	3.379.693
Encargos regulatórios	19	157.767	81.147
Valores a restituir a consumidores		22.880	501.159
Arrendamentos - obrigações		219.249	230.235
Outros passivos		19.293	19.248
Total do não circulante		11.739.843	10.939.574
Total do passivo		21.171.862	18.699.341
Patrimônio líquido			
Capital social	23a	6.964.105	6.284.312
Reservas de lucros		5.206.587	3.976.565
Ajustes de avaliação patrimonial		(889.439)	(1.377.652)
Total do patrimônio líquido		11.281.253	8.883.225
Total do passivo e do patrimônio líquido		32.453.115	27.582.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	24	26.617.174	23.348.437
Custos			
Custo com energia elétrica	25a	(14.734.515)	(12.656.237)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição	25b	(4.378.611)	(3.600.374)
Custos de operação	25c	(3.188.276)	(3.262.761)
		(22.301.402)	(19.519.372)
Lucro bruto		4.315.772	3.829.065
Despesas	25c		
Perdas de créditos esperadas - PCE		(164.690)	(159.694)
Despesas gerais e administrativas		(582.666)	(530.776)
Outras despesas, líquidas		(683.430)	(868.861)
		(1.430.786)	(1.559.331)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		2.884.986	2.269.734
Receitas financeiras	26	984.588	583.789
Despesas financeiras	26	(1.001.403)	(836.914)
		(16.815)	(253.125)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.868.171	2.016.609
Imposto de renda e contribuição social correntes	9d	(252.904)	(252.278)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	(409.012)	(152.871)
Lucro líquido do exercício		2.206.255	1.611.460

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	2.206.255	1.611.460
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em exercícios subsequentes		
Ajuste de passivo atuarial - Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 21)	739.717	242.527
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 9c)	(251.504)	(82.459)
	488.213	160.068
Resultado abrangente do exercício, líquido de tributos	2.694.468	1.771.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Capital Social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	5.371.998	-	498.528	91.269	2.681.185	(1.537.720)	-	7.105.260
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.611.460	1.611.460
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	-	-	-	-	-	160.068	-	160.068
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	160.068	1.611.460	1.771.528
Aumento de capital	644.000	(644.000)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital via JCP	268.314	-	-	-	-	-	-	268.314
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	644.000	-	-	-	-	-	644.000
Reserva legal	-	-	79.026	-	-	-	(79.026)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	30.933	-	-	(30.933)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	595.624	-	(595.624)	-
Juros sobre o capital próprio declarados e dividendos obrigatórios (R\$0,3831 por ação)	-	-	-	-	-	-	(905.877)	(905.877)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	6.284.312	-	577.554	122.202	3.276.809	(1.377.652)	-	8.883.225
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.206.255	2.206.255
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	-	-	-	-	-	488.213	-	488.213
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	488.213	2.206.255	2.694.468
Retorno de dividendos para programa de investimentos	-	-	-	-	238.230	-	-	238.230
Aumento de capital via Dividendos e JCP	679.793	-	-	-	-	-	-	679.793
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	107.753	-	-	-	(107.753)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	51.186	-	-	(51.186)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	832.853	-	(832.853)	-
Juros sobre o capital próprio declarados e dividendos obrigatórios (R\$0,5148 por ação)	-	-	-	-	-	-	(1.214.463)	(1.214.463)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	6.964.105	-	685.307	173.388	4.347.892	(889.439)	-	11.281.253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		2.206.255	1.611.460
AJUSTES:			
Obrigações pós-emprego	21	325.124	414.550
Amortização	13e15a	921.920	833.857
Perdas de créditos esperadas	25c	202.456	177.071
Provisões		(205.366)	285.451
Ajuste de ativos em curso	12	10.601	(7.500)
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	11ae13b	63.384	81.943
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	24	(512.852)	(1.908.658)
Juros e variações monetárias		907.366	464.185
Reversão de valores a restituir a consumidores	17	(410.626)	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	11a	(104.417)	(149.238)
Amortização do custo de transação de empréstimos	18	14.320	5.809
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	24	(423.293)	213.038
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	9	661.916	405.149
		3.656.788	2.427.117
(Aumento) redução de Ativos			
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia		(533.663)	(979.539)
Tributos compensáveis	8	(49.259)	(164.808)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(95.973)	35.185
Depósitos vinculados a litígios		25.894	36.452
Contribuição de iluminação pública		(36.497)	(53.444)
Outros		(221.354)	(132.443)
		(910.852)	(1.258.597)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(88.172)	88.003
Impostos, taxas e contribuições		118.181	874.569
Salários e encargos sociais		(13.748)	(9.376)
Contribuição de iluminação pública		50.324	112.238
Encargos regulatórios		(50.919)	5.360
Contribuições pagas de pós-emprego	21	(318.994)	(385.937)
Provisões pagas	22	(210.264)	(147.892)
Participação dos colaboradores e administradores no resultado		(36.437)	42.861
Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores		469.626	249.380
Outros		127.113	86.224
		46.710	915.430
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Juros de empréstimos e debêntures pagos	18	(530.075)	(430.493)
Juros de arrendamento pagos	15b	(2.276)	(2.581)
Juros recebidos		97.603	94.968
Imposto de renda e contribuição social pagos		(243.575)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.114.323	1.745.844
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários		(7.444.109)	(2.675.077)
Resgate de Títulos e Valores Mobiliários		7.288.387	2.953.120
Fundos Vinculados		(184.527)	-
Em intangível	13	(211.392)	(122.157)
Em ativos de contrato	12	(4.243.983)	(3.415.735)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(4.795.624)	(3.259.849)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de debêntures líquidas	18	4.382.727	1.987.943
Pagamento de arrendamento	15b	(54.198)	(53.830)
Pagamento de empréstimos e debêntures	18	(575.916)	(835.103)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	23d	(567.500)	(221.738)
Aporte para aumento de capital		-	644.000
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		3.185.113	1.521.272
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	447.967	440.700
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	951.779	447.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	2024	2023
Geração do Valor Adicionado		
Receita com venda de energia e serviços	33.161.974	29.651.519
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	4.378.611	3.600.374
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	104.417	149.238
Ajuste para perdas de créditos esperadas	(164.690)	(159.694)
	37.480.312	33.241.437
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(12.161.300)	(10.284.923)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(3.698.167)	(3.379.555)
Serviços de terceiros	(3.633.350)	(3.022.847)
Materiais	(2.255.145)	(2.018.415)
Outros custos	(381.312)	(803.947)
	(22.129.274)	(19.509.687)
Valor adicionado bruto	15.351.038	13.731.750
Retenções		
Amortização	(921.920)	(833.857)
Valor adicionado líquido	14.429.118	12.897.893
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.018.233	615.923
Valor adicionado a distribuir	15.447.351	13.513.816
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	1.416.864	1.383.314
Remuneração direta	858.844	816.948
Benefícios de curto prazo e pós-emprego	453.110	520.164
FGTS	48.442	46.202
Programa de desligamento voluntário programado	56.468	-
Impostos, taxas e contribuições	10.743.049	9.612.241
Federais	6.097.167	5.763.897
Estaduais	4.640.820	3.843.251
Municipais	5.062	5.093
Remuneração de capitais de terceiros	1.081.183	906.801
Juros	1.078.167	899.396
Aluguéis	3.016	7.405
Remuneração de capital próprio	2.206.255	1.611.460
Juros sobre capital próprio	1.214.463	905.877
Lucros retidos	991.792	705.583
	15.447.351	13.513.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), é uma sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 06.981.180/0001-16, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), foi constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia está sediada no Brasil, na Avenida Barbacena, nº 1.200, bairro Santo Agostinho, município de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016 e estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também indicadores econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante) negativo de R\$1.626 milhões (negativo de R\$1.574 milhões em 31 de dezembro de 2023).

Em 2024, a Cemig D captou recursos por meio da 10ª e 11ª emissão de debêntures, no montante total de R\$4.500.000, para realização do seu programa de investimentos, como o Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), o Programa Minas Trifásico, o Programa Mais Energia, entre outros. Os investimentos nos ativos operacionais são capitalizados no ativo não circulante, impactando o cálculo do CCL, que considera apenas o curto prazo.

Como consequência dessas operações houve aumento do prazo médio da dívida, que passou de 2,7 anos, em 31 de dezembro de 2023, para 5,1anos, em 31 de dezembro de 2024.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e avalia medidas para ajustar sua situação patrimonial conforme necessário. A Companhia tem um histórico de fluxo de caixa operacional positivo e lucratividade, conforme apresentado nas Demonstrações dos resultados e nas Demonstrações dos fluxos de caixa.

A Companhia estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais e de financiamento sejam suficientes para atender às necessidades de capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa pelo menos para os próximos 12 meses. Adicionalmente, possui linhas de créditos disponíveis nas instituições financeiras com as quais opera.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Companhia acredita que suas operações têm capacidade de gerar recursos suficientes para continuar suas atividades no

futuro previsível. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua continuidade operacional. Portanto, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO

A Cemig D detém junto à Aneel a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela Companhia são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas no contrato de concessão.

O contrato de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a Aneel realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, caso eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas à fiscalização da Aneel na forma dos procedimentos de revisão tarifária definidos pela regulação previamente a cada ciclo revisional.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Cemig D está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”).

Quinto termo aditivo ao contrato de concessão

Em 21 de dezembro de 2015, a Cemig D celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- o reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, sendo aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos: o indicador Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e o indicador Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição mínima de sustentabilidade econômica e financeira;
- exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, sendo que eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Reajuste Tarifário Anual

Em 21 de maio de 2024, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, para vigência no período de 28 de maio de 2024 a 27 de maio de 2025, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 7,32%, demonstrado na sequência. Para os consumidores residenciais conectados na Baixa tensão o impacto médio foi de 6,70%.

Nível de tensão	Efeito médio para o consumidor
Alta e média tensão - Grupo A	8,63%
Baixa tensão - Grupo B	6,72%
Reajuste médio	7,32%

Essa variação decorre do reajuste dos itens de custos da Parcela A e da B, inclusão de novos componentes financeiros para compensação dos 12 meses subsequentes e retirada dos que vigoraram no ciclo anterior, além da variação acumulada do IPCA no período de maio de 2023 a abril de 2024.

Na composição do efeito médio, a variação dos custos da Parcela A contribuiu em 0,81%, a atualização da Parcela B foi responsável por 1,27%, refletindo, dentre outros fatores, a variação acumulada do IPCA de 3,69% no período de maio de 2023 a abril de 2024 e os componentes financeiros foram responsáveis pelos 5,24% restantes.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC ou com as normas internacionais (IFRS).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) é requerida pela legislação societária brasileira, para companhias abertas. Pelas IFRS, essa demonstração não é requerida e está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As informações contábeis apresentadas neste relatório estão em linha com a OCPC 07, atendendo aos requerimentos de divulgação de informações relevantes, que auxiliem os usuários na tomada de decisões, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 20 de março de 2025.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 28.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações são realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 7 - Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia (perdas de créditos esperadas e fornecimento não faturado);
- Nota 9 – Imposto de renda e contribuição social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro);
- Nota 11 – Ativos e passivos financeiros e setoriais da concessão; (mensuração ao valor justo);
- Nota 13 – Intangível (capitalização de gastos como custo da infraestrutura, previsão de vida útil dos ativos, e avaliação do valor recuperável);
- Nota 15 – Arrendamentos (mensuração do valor presente do passivo de arrendamento, considerando a intenção da Companhia em opções de renovação; mensuração subsequente do direito de uso);
- Nota 21 - Obrigações pós-emprego (principais premissas atuariais na mensuração das obrigações pós- emprego);
- Nota 22 – Provisões (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos);
- Nota 24 - Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado);
- Nota 28 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração do valor justo).

3.5. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto pelo descrito na nota explicativa 3.6, que são normas que tiveram o início de sua vigência a partir de janeiro de 2024 e, pelo descrito na nota explicativa 3.7, que trata das normas emitidas, mas ainda não vigentes. As políticas contábeis adotadas estão em conformidade às normas e regulamentos descritos na nota explicativa 3.1 Declaração de conformidade.

3.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações
IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Passivo não circulante com covenants e revisão da classificação de passivos como circulante ou não circulante	<p>Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.</p> <p>Essas alterações não impactaram as Demonstrações Financeiras da Companhia.</p>
IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, IAS 7/ CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/ CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidênciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	<p>As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.</p> <p>Essas alterações não impactaram as Demonstrações Financeiras da Companhia.</p>
IFRS 16/ CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	<p>Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i>, que satisfazem as exigências do IFRS 15 / CPC 47, para fins de contabilização como venda.</p> <p>As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS 16 / CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.</p> <p>A Companhia não possui operações de <i>Sale and leaseback</i>.</p>

3.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas, mas que não entraram em vigor até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 18 (R3) – Investimentos em Coligadas, Em Controladas e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICP 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	<p>A alteração contempla a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.</p> <p>Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.</p> <p>A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB suas alterações foram apenas para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	01/01/2025
IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	<p>As alterações esclarecem como deve ser a classificação dos ativos e passivos financeiros com características de ESG e similares. A norma introduz um teste adicional de SPPI (Solely Payments of Principal and Interest) para ativos e passivos financeiros com características contingentes, uma vez que esses aspectos podem afetar se a mensuração será pelo custo amortizado ou pelo valor justo. O teste SPPI é condição precedente para classificação como custo amortizado. As alterações também fornecem uma exceção sobre o momento em que um passivo financeiro deve ser desreconhecido diante de uma liquidação financeira eletrônica. Assim, foi inserida uma opção de política contábil para permitir que a empresa desreconheça um passivo financeiro antes da data de liquidação financeira, desde que os critérios especificados na norma sejam atendidos.</p> <p>Além disso, foram inseridos requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência para os investidores em relação aos investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, características vinculadas a metas ESG.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	01/01/2026
IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	<p>O IFRS 18 substituirá o CPC 26/ IAS 1 e introduzirá novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.</p> <p>As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras são novas. A norma exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. As alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), as quais incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.</p> <p>A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.</p>	01/01/2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	<p>A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.</p> <p>Para ser elegível, no final do período de relatório, a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia possui um único segmento operacional, o segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais, e seu desempenho é avaliado como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos, sendo os resultados monitorados e avaliados centralmente pelo principal gestor da Companhia e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia.

	Indexador	Taxa média a.a.		31/12/2024	31/12/2023
		31/12/2024	31/12/2023		
Contas bancárias				227.011	183.361
Aplicações financeiras:					
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	CDI	80,0%a111,0%	80,0%a112,0%	672.042	263.957
Aplicações automáticas - Overnight (2)	Pré-fixada	11,91%a12,15%	11,42%a11,65%	52.726	649
				724.768	264.606
				951.779	447.967

- (1) Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 28 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, (ii) a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros e (iii) as políticas contábeis materiais. As aplicações financeiras em um fundo de investimento reservado estão demonstradas na nota explicativa nº 27.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a.		31/12/2024	31/12/2023
		31/12/2024	31/12/2023		
Certificados de Depósitos Bancários	CDI	-	103% a 104,3%	-	136
Letras Financeiras (LF) - Bancos	CDI	104,2% a 112,00%	108,6% a 111,98%	137.125	878
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	T. Selic	12,41% a 12,45%	11,83% a 11,85%	23.983	396
Outros				1.979	1.371
				163.087	2.781
Ativo circulante				118.511	2.781
Ativo não circulante				44.576	-

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 28. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 27.

A Companhia classifica de forma consistente os juros recebidos desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entende que essa é a apresentação mais adequada de acordo com sua atividade.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a vencer		Vencidos			Total	
	Faturado	Não Faturado	até 90 dias	de 91 a 360 dias	há mais de 360 dias	31/12/2024	31/12/2023
Residencial	1.189.217	416.040	288.060	291.487	352.478	2.537.282	2.284.696
Industrial	54.894	59.132	17.888	20.713	140.637	293.264	268.200
Comércio, serviços e outras	363.411	195.162	68.315	93.557	235.692	956.137	965.483
Rural	153.568	78.538	35.138	38.357	50.003	355.604	406.461
Poder público	73.983	51.080	9.440	4.521	11.224	150.248	147.071
Iluminação pública	49.497	774	1.911	245	234	52.661	49.584
Serviço público	29.785	34.806	5.822	4.590	27.869	102.872	138.802
Subtotal - consumidores	1.914.355	835.532	426.574	453.470	818.137	4.448.068	4.260.297
Concessionários - transporte de energia	97.578	336.262	40.373	15.780	40.469	530.462	452.443
Suprimento - energia de curto prazo	52.649	-	54.361	-	2.134	109.144	33.759
Provisão para perdas de créditos esperadas	(140.053)	(12.409)	(43.411)	(97.460)	(467.125)	(760.458)	(788.256)
	1.924.529	1.159.385	477.897	371.790	393.615	4.327.216	3.958.243
Ativo circulante							
Consumidores e revendedores						3.849.309	3.545.064
Concessionários - transporte de energia						439.026	374.362
Ativo não circulante							
Concessionários - transporte de energia						38.881	38.817

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 28 e as transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 27 destas demonstrações financeiras.

Composição e movimentação das provisões para perdas de créditos esperadas

O processo de revisão das premissas de cálculo da PCE é contínuo, a fim de alcançar a melhor estimativa da exposição ao risco de crédito dos clientes cativos da Cemig D.

Em análise realizada pela Cemig D, foi identificada uma mudança no comportamento da curva de inadimplência, que demonstrou efeitos positivos da gestão de cobrança realizada pela Cemig D, decorrente, principalmente, da evolução das ferramentas de cobrança e novos canais de negociação e arrecadação.

Portanto, para refletir de forma mais adequada as estimativas de PCEs referentes aos saldos vencidos de clientes, a partir de agosto de 2024, o limite para reconhecimento integral foi alterado de 24 para 36 meses, para clientes de consumo regular e, de 12 para 18 meses, para os clientes de consumo irregular. Essa mudança resultou em uma reversão de R\$93.035, no terceiro trimestre de 2024.

Por se tratar de uma mudança de estimativa contábil, essa alteração representa uma mudança prospectiva das Demonstrações Financeiras.

As perdas de créditos esperadas (“PCE”) são consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Residencial	327.558	318.772
Industrial	106.832	117.450
Comércio, serviços e outras	197.154	219.451
Rural	35.186	38.304
Poder público	19.480	26.474
Iluminação pública	904	1.404
Serviço público	20.786	27.137
Concessionários - transporte de energia	52.558	39.264
	760.458	788.256

A movimentação das perdas de créditos esperadas no exercício é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	758.857
Constituições, líquidas	159.694
Baixas	(130.295)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	788.256
Constituições, líquidas (Nota 25c)	257.725
Mudança de estimativa (Nota 25c)	(93.035)
Baixas	(192.488)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	760.458

Política contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Estimativas e julgamentos

Perdas de créditos esperadas

O ajuste para perdas de créditos esperadas é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração e aderentes às normas internacionais de contabilidade (IFRS 9 / CPC 48).

Para os clientes cativos, a Cemig D adota em sua análise uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu Contas a receber não possuem componentes de financiamento significativos e estima a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês, tendo como base 36 meses do faturamento, para clientes de consumo regular e, de 18 meses para os clientes de consumo irregular, segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer e valores não faturados.

A perda esperada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida é calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 36 meses, é considerada a expectativa de perda integral.

É adotada regra diferenciada para os valores a receber provenientes do faturamento de débito irregular dada a sua natureza de maior dificuldade de cobrança. A análise é individualizada sendo ponderado na mensuração do risco de perdas o nível de solvência calculado internamente para o cliente.

Para títulos não faturados, a vencer e/ou vencidos a menos de 12 meses, as provisões para perdas de créditos esperadas são mensuradas em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A análise no caso dos valores de faturamento de débito irregular, dada a sua natureza diferenciada de cobrança, é individualizada sendo ponderado na mensuração do risco de perdas o nível de solvência calculado internamente para o cliente.

No caso de estimativa de PCE e o reconhecimento como baixa ("default") de grandes consumidores o estudo é julgamental (análise individualizada) considerando: histórico da dívida, garantias existentes, iniciativas em andamento para recebimento dos créditos e, em alguns casos, conceito em bureaux de crédito.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
ICMS a recuperar	434.409	424.743
Cofins (b)	2.210	103.373
PIS/Pasep (b)	-	21.984
Outros	414	372
	437.033	550.472
Não circulante		
ICMS a recuperar (a)	778.993	666.452
Cofins (b)	19.715	26.287
PIS/Pasep (b)	4.281	5.707
	802.989	698.446
	1.240.022	1.248.918

a) ICMS a recuperar

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

b) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

A Companhia registrou, em maio de 2019, os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

No exercício de 2024, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$136.332 (R\$1.298.404 no exercício de 2023).

A compensação de créditos é uma operação que não envolve caixa, e, por conseguinte, não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com atualização pela Selic até a data da sua efetiva compensação, foi finalizada a compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, com outros tributos federais no início de 2024. Saldo remanescente está aguardando deferimento da devolução pelo RFB.

Nesse contexto a companhia ainda possui registrado, em 31 de dezembro de 2024 o saldo de R\$23.995 no ativo não circulante.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal ou em períodos subsequentes.

Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	31/12/2024	31/12/2023
Não circulante		
Imposto de renda	140.272	66.297
Contribuição social	50.307	46.825
	190.579	113.122

Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)

A Companhia obteve êxito judicial, com trânsito em julgado, em processo no qual requereu o direito de deduzir do IRPJ as despesas e custos incorridos com o PAT, até o limite de 4% do imposto devido, sem sujeição às limitações estabelecidas pela regulamentação vigente. Nesse processo também foi pleiteado o reconhecimento do direito de restituição dos valores recolhidos a maior entre os anos de 2004 e 2008, corrigidos pela Selic.

Tendo em vista a decisão em favor da Companhia, foi reconhecido, com base na melhor estimativa, em junho de 2024, o montante de R\$53.466, como imposto de renda a recuperar no ativo não circulante, em contrapartida à despesa com imposto de renda e ao resultado financeiro. Após a apuração definitiva esse montante representa R\$63.330, em 31 de dezembro de 2024.

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos sobre o lucro real, que deve recolher mensalmente os tributos por estimativa ou balancete de redução.

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Imposto de renda	46.717	54.130
Contribuição social	24.984	26.758
	71.701	80.888

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A composição e a movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é como segue:

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2023	DRE	DRA	Saldo em 31/12/2024
Ativos fiscais diferidos				
Prejuízo fiscal / base negativa	219.698	(151.680)	-	68.018
Obrigações pós-emprego	1.205.936	248.958	(251.504)	1.203.390
Perdas de créditos esperadas	311.275	1.187	-	312.462
Provisão para redução a valor recuperável	19.685	3.563	-	23.248
Provisões	521.614	(421.887)	-	99.727
Depreciação fiscal	4.125	(375)	-	3.750
Participação de colaboradores e administradores no resultado	32.346	(12.389)	-	19.957
Direito de uso	97.420	(3.928)	-	93.492
Outros	4.357	(76)	-	4.281
	2.416.456	(336.627)	(251.504)	1.828.325
Passivos fiscais diferidos				
Amortização acelerada	(97)	8	-	(89)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(254.145)	(26.490)	-	(280.635)
Encargos financeiros capitalizados	(181.992)	(16.766)	-	(198.758)
Custo de captação	(7.549)	(35.004)	-	(42.553)
Passivo de arrendamento	(88.280)	5.638	-	(82.642)
Outros	(229)	229	-	-
	(532.292)	(72.385)	-	(604.677)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	1.884.164	(409.012)	(251.504)	1.223.648

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2022	DRE	DRA	Saldo em 31/12/2023
Ativos fiscais diferidos				
Prejuízo fiscal / base negativa	-	219.698	-	219.698
Obrigações pós-emprego	1.238.981	49.414	(82.459)	1.205.936
Perdas de créditos esperadas	295.384	15.891	-	311.275
Provisão para redução a valor recuperável	22.271	(2.586)	-	19.685
Provisão relacionada à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins (1)	523.338	(523.338)	-	-
Provisões	396.213	125.401	-	521.614
Taxa de administração	4.500	(375)	-	4.125
Participação de colaboradores e administradores no resultado	17.773	14.573	-	32.346
Direito de uso	88.357	9.063	-	97.420
Outros	1.890	2.467	-	4.357
	2.588.707	(89.792)	(82.459)	2.416.456
Passivos fiscais diferidos				
Amortização acelerada	-	(97)	-	(97)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(212.326)	(41.819)	-	(254.145)
Encargos financeiros capitalizados	(169.801)	(12.191)	-	(181.992)
Custo de captação	(5.425)	(2.124)	-	(7.549)
Passivo de arrendamento	(81.661)	(6.619)	-	(88.280)
Outros	-	(229)	-	(229)
	(469.213)	(63.079)	(82.459)	(532.292)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	2.119.494	(152.871)	(82.459)	1.884.164

(1) Em 2022 houve o registro de provisão em decorrência da Lei nº 14.385/22, que determinou a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. O montante refere-se ao período a partir do 11º ano, contados retroativamente à data do trânsito em julgado da ação, líquido da parcela incluída no Reajuste Tarifário Anual de 2022 e 2023.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido. A forma de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é apresentada conforme segue:

Benefícios pós-emprego: são realizados na medida de seus pagamentos ou caso sejam revertidos em função de novas estimativas atuariais ou outros fatos novos.

Provisões para contingências: são realizados na medida em que ocorram decisões administrativas ou judiciais quanto aos temas em litígio, ou que haja a revisão da classificação do risco nas respectivas ações.

Provisões para participações nos lucros e resultados: são revertidos a medida do seu pagamento ou mudança das estimativas em função dos resultados auferidos pela companhia e metas corporativas.

Provisões operacionais: abrangem provisões para perda em investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os tributos diferidos relacionados serão revertidos quando da realização dos respectivos investimentos.

Perda por redução do valor recuperável de ativos: são revertidos quando da realização dos ativos correlatos, seja via amortização ou depreciação, seja via alienação.

Perda de créditos esperada: são realizados na medida em que os créditos se tornem dedutíveis de acordo com as regras de dedutibilidade da legislação fiscal ou haja reversão da referida provisão.

Prejuízo fiscal e a base negativa de CSLL: são realizados pela compensação com lucros futuros tributáveis da Companhia, considerando os critérios definidos pela legislação.

Contratos de concessão e similares: são realizados no decorrer do prazo do contrato, a medida do recebimento das receitas esperadas.

Arrendamentos contabilizados com base no IFRS 16 e demais rubricas: são realizados na medida em que os valores se tornem dedutíveis ou tributáveis de acordo com a legislação fiscal ou por eventual reversão dos valores registrados.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2024, conforme abaixo:

2025	328.445
2026	240.470
2027	240.470
2028	240.470
2029	240.470
2030	107.600
2031 A 2034	430.400
	1.828.325

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não há diferenças temporárias não reconhecidas em se tratando de prejuízos fiscais e bases negativas, por haver razoável certeza de geração de lucros futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui valores relacionados à Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre lucro reconhecidos nas suas Demonstrações Financeiras.

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada nas demonstrações de resultados, é como segue:

	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.868.171	2.016.609
Alíquotas nominais	34,00%	34,00%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(975.178)	(685.647)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	252.360	227.000
Incentivos fiscais	60.779	36.568
Contribuições e doações indedutíveis	(4.880)	(4.860)
Ajustes de ECF de exercícios anteriores	3.890	25.209
Multas indedutíveis	(41.261)	(92.887)
Selic sobre indêbitos tributários (1)	14.917	82.578
PAT	24.549	-
Outros	2.908	6.890
Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	(661.916)	(405.149)
Alíquota efetiva	23,08%	20,09%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(252.904)	(252.278)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(409.012)	(152.871)

1) Corresponde atualização monetária dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS e ICMS Destacado x Recolhido.

Política contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22/ IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Corrente

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do

exercício, quando então o tributo é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Os tributos diferidos decorrem de diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Subvenções governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe uma garantia razoável de que o subsídio será concedido e todas as condições associadas serão cumpridas, de acordo com o CPC 07 / IAS 20.

A Cemig D possui empreendimentos na área incentivada da Sudene, para os quais foi reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional, bem como redução de 30% do IRPJ devido, após redução de 75%, em função do benefício do reinvestimento.

Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros). Mais detalhes na nota explicativa nº 23.

Estimativas e julgamentos

Tributos diferidos

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados

pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

As incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento tributário incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente.

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhista	167.243	173.400
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	13.438	12.849
IR/INSS indenização do anuênio	237.761	228.737
JCP na base de cálculo de IR/CS	87.980	81.894
IRPJ/CSLL	36.441	34.231
Outros	64.499	59.175
	440.119	416.886
Outros		
Regulatório	35.001	33.339
Cível	5.952	8.546
Relações de consumo	5.960	4.725
Bloqueio judicial	19.932	20.259
Outros	5.968	5.078
	72.813	71.947
	680.175	662.233

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros e setoriais da concessão		
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura (a)	2.714.876	1.881.509
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" CVA e outros componentes financeiros (b)	1.295.625	805.571
	4.010.501	2.687.080
Passivos financeiros e setoriais da concessão		
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" CVA e outros componentes financeiros (b)	(16.470)	-
	(16.470)	-
Ativo circulante	859.597	493.934
Ativo não circulante	3.150.904	2.193.146
Passivo circulante	(16.470)	-

a) Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

O contrato de concessão de distribuição da Companhia se enquadra nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e os ativos financeiros correspondentes referem-se aos investimentos na infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig D e a Aneel.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.369.652
Transferências de ativos de contrato (Nota 12)	363.838
Realização	(1.219)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (Nota 24)	149.238
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.881.509
Transferências de ativos de contrato (Nota 12)	730.977
Baixas	(2.027)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (Nota 24)	104.417
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.714.876

b) Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se às diferenças entre os custos não gerenciáveis previstos pela Aneel e reconhecidos na tarifa no início do período tarifário e os custos não gerenciáveis efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem um direito quando os custos efetivamente incorridos são superiores aos custos previstos na tarifa, ou uma obrigação quando os custos incorridos são inferiores aos custos previstos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

O termo aditivo ao contrato de concessão garante a indenização dos saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência de extinção da concessão por qualquer motivo.

Os saldos e a movimentação desses ativos e passivos financeiros setoriais estão apresentados pelo valor líquido por ciclo tarifário, em conformidade com os reajustes tarifários homologados ou a serem homologados são demonstrados a seguir:

	Saldos em 31/12/2023	Adição	Amortização	Atualização	Transferências	Saldos em 31/12/2024	Valores em amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
Ativos financeiros setoriais										
CVA ativa	(683.839)	1.581.315	(1.652.602)	168.883	727.181	140.938	-	140.938	76.474	64.464
Aquisição de energia (CVA energia)	(1.108.220)	1.271.066	(951.877)	112.598	997.024	320.591	-	320.591	182.767	137.824
Custo da energia de Itaipu	28.839	-	(151.110)	1.601	42.217	(78.453)	-	(78.453)	(46.418)	(32.035)
Proinfa	(19.738)	6.253	-	40	19.738	6.293	-	6.293	3.724	2.569
Transporte rede básica	412.968	305.129	(380.662)	37.849	(125.712)	249.572	-	249.572	147.663	101.909
Transporte de energia Itaipu	67.087	18.005	(57.941)	6.273	(37.425)	(4.001)	-	(4.001)	(2.367)	(1.634)
ESS	(62.009)	(42.042)	(96.671)	10.644	(31.433)	(221.511)	-	(221.511)	(131.060)	(90.451)
CDE	(2.766)	22.904	(14.341)	(122)	(137.228)	(131.553)	-	(131.553)	(77.835)	(53.718)
Demais ativos financeiros setoriais	1.489.410	1.090.262	(1.430.591)	128.358	(122.752)	1.154.687	-	1.154.687	783.123	371.564
Quota parte de energia nuclear	138.284	105.369	(121.327)	14.431	(47.300)	89.457	-	89.457	52.929	36.528
Neutralidade da parcela A	28.647	141.904	(101.093)	7.565	12.842	89.865	-	89.865	53.170	36.695
Neutralidade Estimada sobre créditos GD	357.634	296.160	-	39.049	-	692.843	-	692.843	692.843	-
Sobrecontratação de energia	921.900	527.081	(774.440)	36.678	(304.071)	407.148	-	407.148	240.896	166.252
Devoluções tarifárias	(87.736)	-	-	-	16.061	(71.675)	-	(71.675)	(48.110)	(23.565)
Outros	130.681	19.748	(433.731)	30.635	199.716	(52.951)	-	(52.951)	(208.605)	155.654
Total ativos financeiros setoriais	805.571	2.671.577	(3.083.193)	297.241	604.429	1.295.625	-	1.295.625	859.597	436.028
Passivos financeiros setoriais										
CVA passiva	-	(1.489.544)	2.286.716	(208.930)	(727.181)	(138.939)	(138.939)	-	(138.939)	-
Aquisição de energia (CVA energia)	-	(997.543)	1.860.968	(192.913)	(997.024)	(326.512)	(326.512)	-	(326.512)	-
Custo da energia de Itaipu	-	(112.511)	97.165	(15.460)	(42.217)	(73.023)	(73.023)	-	(73.023)	-
Proinfa	-	(18.211)	30.407	(1.889)	(19.738)	(9.431)	(9.431)	-	(9.431)	-
Transporte rede básica	-	-	29.576	-	125.712	155.288	155.288	-	155.288	-
Transporte de energia Itaipu	-	(4.687)	292	686	37.425	33.716	33.716	-	33.716	-
ESS	-	(224.156)	266.165	(2.115)	31.433	71.327	71.327	-	71.327	-
CDE	-	(132.436)	2.143	2.761	137.228	9.696	9.696	-	9.696	-
Demais passivos financeiros setoriais	-	(716.894)	754.631	(33.016)	117.748	122.469	122.469	-	122.469	-
Neutralidade da parcela A	-	(33.284)	82.038	(1.863)	(12.842)	34.049	34.049	-	34.049	-
Devoluções tarifárias	-	(99.919)	87.509	(2.752)	(16.061)	(31.223)	(31.223)	-	(31.223)	-
Outros	-	(583.691)	585.084	(28.401)	146.651	119.643	119.643	-	119.643	-
Total passivos financeiros setoriais	-	(2.206.438)	3.041.347	(241.946)	(609.433)	(16.470)	(16.470)	-	(16.470)	-
Total dos ativos e passivos financeiros setoriais, líquido	805.571	465.139	(41.846)	55.295	(5.004)	1.279.155	(16.470)	1.295.625	843.127	436.028

Política contábil

Ativos vinculados à concessão

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão.

A parcela dos ativos da concessão que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ou alguém por ele determinado. O direito incondicional de receber caixa decorre do contrato de concessão.

CVA e outros componentes financeiros

Os ativos e passivos financeiros setoriais se originam da diferença temporal entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Esse mecanismo de reposicionamento tarifário garante o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras de energia elétrica. Os cálculos apurados estão em consonância com a regulamentação vigente, e, havendo extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes desses ativos ou passivos que não tiverem sido repassados na tarifa devem ser incluídos na base de indenização ao final da concessão. Esses ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes

Estimativas e julgamentos

Ativos vinculados à concessão

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de energia elétrica, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Essa parcela é avaliada com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária. Os adicionados após o processo de RTP são estimados, podendo ser alterados, para fins de definição da indenização ao término da concessão.

Os cálculos apurados estão em consonância com a regulamentação vigente, e, havendo extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes desses ativos ou passivos que não tiverem sido repassados na tarifa devem ser incluídos na base de indenização ao final da concessão.

12. ATIVOS DE CONTRATO

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.849.852
Adições	3.478.217
Transferências para o ativo financeiro (Nota 11a)	(363.838)
Transferências para o ativo intangível (Nota 13)	(1.540.861)
Ajuste de ativos em curso (1)	7.500
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.430.870
Adições (2)	4.167.219
Transferências para o ativo financeiro (Nota 11a)	(730.977)
Transferências para o ativo intangível (Nota 13)	(2.435.182)
Ajuste de ativos em curso (1)	(10.601)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.421.329

(1) Refere-se à movimentação (constituição/reversão) de provisões para perdas registradas em ativos de contrato em curso (obras canceladas).

(2) O aumento das adições no segmento de distribuição reflete maiores investimentos realizados, em linha com o programa de investimentos da Cemig D.

Dentre as adições realizadas no exercício de 2024, no montante de R\$4.167.219, está contemplado o montante de R\$76.764 (R\$62.482 no exercício de 2023) a título de capitalização dos encargos financeiros, conforme apresentado na nota explicativa nº 18. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 11,13% (12,25% no exercício de 2023). A Companhia não identificou indícios de perda no valor recuperável dos seus ativos de contrato.

A capitalização dos encargos financeiros é uma operação que não envolve caixa, e por isso não está refletida nas demonstrações dos fluxos de caixa.

A natureza das adições em ativo de contrato é apresentada na nota nº 25b. As adições estão representadas em “Receita de construção de infraestrutura de distribuição” na nota explicativa 24.

Política contábil

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Em conformidade ao CPC 47/ IFRS 15, as contrapartidas das receitas de construção equivalentes aos novos ativos são registradas inicialmente como ativos de contrato, mensuradas pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados.

Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível. Os ativos amortizados dentro do prazo da concessão, são classificados como ativo intangível. A parcela dos ativos não amortizada dentro do prazo de concessão, que será objeto de indenização ao final da concessão, é classificada como ativo financeiro.

13. INTANGÍVEL

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão. Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, conforme detalhado na nota explicativa nº 12 destas demonstrações financeiras.

a) Composição do saldo

	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da concessão	30.315.922	(12.879.604)	17.436.318	27.525.998	(11.928.214)	15.597.784
(-) Obrigações especiais (Nota 14)	(6.177.716)	2.250.413	(3.927.303)	(5.690.916)	2.019.803	(3.671.113)
Ativos da concessão líquidos	24.138.206	(10.629.191)	13.509.015	21.835.082	(9.908.411)	11.926.671
Intangível em curso	294.934	-	294.934	172.719	-	172.719
Total do intangível	24.433.140	(10.629.191)	13.803.949	22.007.801	(9.908.411)	12.099.390

b) Movimentação do ativo intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.314.918
Adições	122.157
Baixas	(80.724)
Transferência de ativos de contrato (Nota 12)	1.540.861
Amortização	(797.822)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.099.390
Adições (1)	211.392
Baixas	(61.357)
Transferência de ativos de contrato (Nota 12)	2.435.182
Amortização	(880.658)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.803.949

(1) As adições no ativo intangível estão relacionadas principalmente a aquisição de software.

Dentre as adições realizadas no exercício de 2024, não houve movimentação a título de encargos financeiros.

As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos, refletem o padrão de consumo esperado dos mesmos e são revisados anualmente pela Administração, conforme apresentado a seguir:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão - classe tensão inferior a 69kV	4,35		
Medidor eletrônico	7,69		

A taxa de amortização média anual dos ativos vinculados à concessão de distribuição é de 3,91%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,91%	15,48%

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na

utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão. A natureza das adições em intangível é apresentada na nota nº 25b. As adições estão representadas em “Receita de construção de infraestrutura de distribuição” na nota explicativa 24.

Política contábil

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e softwares.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado como “Outras despesas, líquidas”.

Estimativas e julgamentos

A amortização desses ativos da concessão reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de energia elétrica, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

Os intangíveis são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Redução ao valor recuperável

Para os ativos de vida útil definida, a Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia considera os ativos de os ativos de distribuição como sendo uma única unidade geradora de caixa.

Existindo indicativos de perda no valor recuperável, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

14. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

As obrigações vinculadas à concessão representam a participação de terceiros, consumidores, União, estados e municípios, dentre outros, em obras para fornecimento de energia elétrica, conforme estabelecido nos regulamentos específicos.

A composição das obrigações vinculadas à concessão é a apresentada a seguir:

Obrigações Vinculadas à Concessão	31/12/2024	31/12/2023
Participação Financeira do Consumidor (1)	(5.773.902)	(5.283.276)
Participação da União, Estados e Municípios (2)	(729.548)	(637.219)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(4.071)	(306.080)
Outros, Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos	(95.552)	(356.225)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(12.290)	(95.552)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(306.080)	(4.071)
Pesquisa e Desenvolvimento	(396.883)	(12.156)
Atualização Financeira Obrigações Especiais	(25.453)	(18.513)
(-) Amortização Acumulada	2.250.413	2.019.803
Total	(5.093.366)	(4.693.289)

- (1) As contribuições dos consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, conforme estabelecido nos regulamentos específicos.
- (2) A participação dos municípios é a mais relevante da rubrica Participação da União, Estados e Municípios (72% do saldo) e, de modo geral, são obras relativas à extensão e modificação de redes de distribuição não universalizadas.

A taxa de amortização das obrigações vinculadas é a taxa média da atividade à qual o ativo foi incorporado. A média anual é 3,95%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,91%	15,48%

15. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos, nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa; e
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Contratos celebrados em 2023(1)		
Até 7 anos	6,82	0,55
De 8 a 9 anos	6,90	0,56
De 10 a 12 anos	6,99	0,57
De 13 a 22 anos	7,19	0,58
Contratos celebrados em 2024(1)		
Até 5 anos	6,78	0,55
De 6 a 11 anos	6,68	0,54
De 12 a 21 anos	6,73	0,54

- (1) A Companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizadas.

a) Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	149.795	90.383	240.178
Baixa (contratos encerrados)	(4.310)	-	(4.310)
Adição	4.231	-	4.231
Amortização	(8.546)	(28.053)	(36.599)
Remensuração (2)	7.197	48.950	56.147
Saldos em 31 de dezembro de 2023	148.367	111.280	259.647
Baixa (contratos encerrados)	(4.496)	-	(4.496)
Adição	14.073	-	14.073
Amortização (1)	(9.499)	(32.398)	(41.897)
Remensuração (2)	3.340	12.398	15.738
Saldo em 31 de dezembro de 2024	151.785	91.280	243.065

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$636 no exercício de 2024 (R\$564 no exercício de 2023); a taxa anual média ponderada de amortização é 7,17% para Imóveis e 36,42% para Veículos.
- (2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	259.873
Adição	4.231
Baixas (contratos encerrados)	(5.092)
Juros incorridos	27.781
Arrendamentos pagos	(53.830)
Juros sobre arrendamentos pagos	(2.581)
Remensuração	56.147
Saldo em 31 de dezembro de 2023	286.529
Adição	14.073
Baixas (contratos encerrados)	(5.214)
Juros incorridos (1)	20.327
Arrendamentos pagos	(54.198)
Juros sobre arrendamentos pagos	(2.276)
Remensuração (2)	15.736
Saldo em 31 de dezembro de 2024	274.977
Passivo circulante	55.728
Passivo não circulante	219.249

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$993 no exercício de 2024 (R\$1.482 no exercício de 2023).
- (2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

As adições, baixas e remensurações nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa. As transações envolvendo partes relacionadas estão apresentadas na nota explicativa 27.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	412.763	274.977
PIS/Pasep e Cofins potencial	27.284	15.520

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

Vencimento das prestações	
2025	57.644
2026	57.426
2027	47.274
2028	17.750
2029	16.010
2030 a 2050	216.659
Valores não descontados	412.763
Juros embutidos	(137.786)
Passivo de arrendamentos	274.977

Política contábil

Ativos de direito de uso

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento, os quais incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos relativos a esses arrendamentos são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Estimativas e julgamentos

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2) /IFRS 16.

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Para o período de arrendamento, é considerada a intenção da Companhia em opções de renovação.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

16. FORNECEDORES

	31/12/2024	31/12/2023
Energia de curto prazo - CCEE (1)	168.160	128.122
Encargos de uso da rede elétrica	244.095	242.661
Energia elétrica comprada para revenda	701.411	746.018
Itaipu binacional	210.488	239.780
Materiais e serviços	649.596	667.868
	1.973.750	2.024.449

(1) Houve aumento da despesa com risco hidrológico devido à baixa hidrologia, o que afetou os contratos de disponibilidade, em um cenário de PLD maior e GSF menor.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de câmbio e de liquidez relacionados a fornecedores está divulgada na nota explicativa nº 28 dessas demonstrações financeiras.

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS	96.208	63.813
Cofins	125.229	92.459
PIS/Pasep	27.078	19.989
INSS	38.527	35.021
ISSQN	25.349	18.112
Outros (1)	47.621	39.061
	360.012	268.455
Valores a restituir a consumidores		
Circulante		
PIS/Pasep e Cofins	185.698	512.852
ICMS	340.800	340.800
	526.498	853.652
Não circulante		
PIS/Pasep e Cofins	22.880	501.159
	549.378	1.354.811
	909.390	1.623.266

(1) Inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados, cujo recolhimento ocorreu no mês subsequente, em conformidade à legislação tributária. Mais informações na nota explicativa nº 26.

Valores a restituir a consumidores

A movimentação dos valores a restituir a consumidores é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.127.798
Restituição aos consumidores	(1.908.658)
Fiscalização Receita Federal	(66.681)
Atualização financeira- Selic	202.352
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.354.811
Restituição aos consumidores	(512.852)
Reversão valores a restituir a consumidores	(410.626)
Atualização financeira- Selic	65.767
Outros indêbitos a restituir	52.278
Saldo em 31 de dezembro de 2024	549.378

Em maio de 2024, foi registrada uma baixa de R\$410.626, do saldo remanescente do crédito referente à ação judicial, que vinha sendo devolvido a partir das revisões tarifárias, no passivo de “Valores a restituir a consumidores” em contrapartida ao resultado financeiro. Essa baixa decorre da diferença entre a atualização estimada pela Companhia para o passivo em relação aos critérios efetivamente utilizados pela Aneel, que foram conhecidos de forma conclusiva no término da devolução dos valores no último reajuste tarifário, em 28 de maio de 2024. O critério adotado pela Aneel para atualização do passivo considerou procedimento semelhante ao adotado para atualização dos “Demais componentes financeiros”.

18. DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Moedas	31/12/2024			31/12/2023
				Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (1)	2025	IPCA+5,10%	R\$	334.188	-	334.188	634.988
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª série (1)	2024	CDI+0,454%	R\$	-	-	-	271.109
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série (1)	2026	IPCA+4,10%	R\$	1.025.859	1.022.595	2.048.454	1.948.110
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª série (1)	2027	CDI+1,35%	R\$	2.548	500.000	502.548	502.212
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª série (1)	2029	IPCA+6,10%	R\$	1.432	555.980	557.412	530.068
Debêntures - 9ª Emissão - Série Única (1)	2026	CDI+2,05%	R\$	1.030.078	1.000.000	2.030.078	2.032.032
Debêntures - 10ª emissão - 1ª série (1)	2029	CDI+0,80%	R\$	17.151	400.000	417.151	-
Debêntures - 10ª emissão - 2ª série (1)	2034	IPCA+6,15%	R\$	37.735	1.659.174	1.696.909	-
Debêntures - 11ª emissão - 1ª série (1)	2031	CDI+0,55%	R\$	28.493	1.000.000	1.028.493	-
Debêntures - 11ª emissão - 2ª série (1)	2036	IPCA+6,58%	R\$	24.919	1.527.952	1.552.871	-
(-) Desconto na emissão de debêntures (2)				(2.542)	(2.784)	(5.326)	(8.692)
(-) Custos de transação				(3.662)	(121.495)	(125.157)	(22.205)
Total de debêntures				2.496.199	7.541.422	10.037.621	5.887.622

- (1) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;
 (2) Desconto na 7ª e 8ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série;

Os custos nominais e reais da dívida da Cemig D em 31 de dezembro de 2023, de eram 11,50% a.a. e 6,55% a.a., respectivamente, enquanto em 31 de dezembro de 2024 eles eram 12,01% a.a. e 6,79% a.a., respectivamente.

a) Emissões de debêntures

Emissão de debêntures - 10ª emissão

Em 13 de março de 2024, a Companhia divulgou ao mercado o início da oferta pública de distribuição de dois milhões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em 2 séries, da 10ª emissão de debêntures, com valor nominal unitário de um mil reais, perfazendo o montante total de dois bilhões de reais, a ser realizada nos termos da regulamentação da CVM.

Em 15 de março de 2024, a Companhia concluiu a liquidação financeira da 10ª emissão de debêntures em duas séries, as quais contam com fiança outorgada pela Companhia. Foram emitidas dois milhões de debêntures, caracterizados como “títulos ESG de uso de recursos sustentáveis”, perfazendo o valor total de dois bilhões de reais, subscritas conforme abaixo:

Série	Quantidade	Valor em milhares	Taxa	Prazo	Amortização
1ª	400.000	R\$400.000	CDI + 0,80%	5 anos	48º e 60º meses
2ª	1.600.000	R\$1.600.000	IPCA + 6,1469%	10 anos	96º, 108º e 120º meses

Os recursos líquidos obtidos pela Cemig D com essa emissão serão destinados à recomposição de caixa da companhia, compreendendo, mas não se limitando, à sua operação e ao reembolso de investimentos, gastos e despesas por ela realizados, abrangendo projetos que envolvam questões sociais e ambientais.

Financiadores	Data de Entrada	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 10ª Emissão – 1ª Série	março de 2024	2.029	CDI + 0,80%	400.000
Debêntures - 10ª Emissão – 2ª Série	março de 2024	2.034	IPCA + 6,1469%	1.600.000
(-) Custos de transação	-	-	-	(53.698)
Total de captações				1.946.302

Emissão de debêntures - 11ª emissão

Em 24 de setembro de 2024, a Companhia divulgou ao mercado o início da oferta pública de distribuição de dois milhões e quinhentas mil debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em até 2 séries, da 11ª emissão de debêntures, com valor nominal unitário de um mil reais, perfazendo o montante total de dois bilhões e quinhentos milhões de reais, a ser realizada nos termos da regulamentação da CVM.

Em 27 de setembro de 2024, a Companhia concluiu a liquidação financeira da 11ª emissão de debêntures em duas séries, as quais contam com fiança outorgada pela Cemig D. Foram emitidas dois milhões e quinhentas mil debêntures, caracterizados como “títulos ESG de uso de recursos sustentáveis”, perfazendo o valor total de dois bilhões e quinhentos milhões de reais, subscritas conforme abaixo:

Série	Quantidade	Valor em milhares	Taxa	Prazo	Amortização
1ª	1.000.000	R\$1.000.000	CDI + 0,55%	7 anos	72º e 84º meses
2ª	1.500.000	R\$1.500.000	IPCA + 6,5769%	12 anos	132º e 144º meses

Os recursos líquidos obtidos pela Cemig D com essa emissão serão destinados à recomposição de caixa da companhia, compreendendo, mas não se limitando, à sua operação e ao reembolso de investimentos, gastos e despesas por ela realizados, abrangendo projetos que envolvam questões sociais e ambientais.

Financiadores	Data de Entrada	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 11ª Emissão – 1ª Série	setembro de 2024	2031	CDI + 0,55%	1.000.000
Debêntures - 11ª Emissão – 2ª Série	setembro de 2024	2036	IPCA + 6,5769%	1.500.000
(-) Custos de transação				(63.575)
Total de captações				2.436.425

b) Garantias

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo devedor dos empréstimos é garantido da seguinte forma

Aval e recebíveis	2.041.842
Aval e fianças	334.174
Fiança	7.661.605
Total	10.037.621

c) Composição e movimentação

O endividamento da Companhia tem o prazo médio de amortização de 5,1 anos. A composição das debêntures por indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Indexadores							
IPCA (1)	1.424.133	1.022.595	-	277.990	277.990	3.187.126	6.189.834
CDI (2)	1.078.270	1.000.000	500.000	200.000	200.000	1.000.000	3.978.270
Total por Indexadores	2.502.403	2.022.595	500.000	477.990	477.990	4.187.126	10.168.104
(-) Custos de transação	(3.662)	(3.648)	(531)	(8.461)	(8.461)	(100.394)	(125.157)
(-) Desconto	(2.542)	-	(2.542)	(121)	(121)	-	(5.326)
Total geral	2.496.199	2.018.947	496.927	469.408	469.408	4.086.732	10.037.621

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

(2) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos tiveram as seguintes variações nos exercícios apresentados:

Indexador	Variação acumulada em 2024 (%)	Variação acumulada em de 2023 (%)
IPCA	4,83	4,62
CDI	10,83	13,04

A movimentação das debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.575.998
Debêntures obtidas	2.000.000
Custos de transação	(12.057)
Captações líquidas	1.987.943
Variação monetária	134.791
Encargos financeiros provisionados	448.677
Amortização do custo de transação	5.809
Encargos financeiros pagos	(430.493)
Amortização de principal	(835.103)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.887.622
Debêntures obtidas	4.500.000
Custos de transação	(117.273)
Captações líquidas	4.382.727
Variação monetária	231.442
Encargos financeiros provisionados	627.501
Amortização do custo de transação	14.320
Encargos financeiros pagos	(530.075)
Amortização de principal	(575.916)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.037.621

d) Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados às debêntures.

A Companhia incorporou aos custos de construção da infraestrutura da concessão os encargos da capitação das debêntures vinculados a obras, conforme abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Encargos de debêntures	627.501	448.677
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - ativos de contrato (1) (Nota 12)	(76.764)	(62.482)
Efeito líquido no resultado	550.737	386.195

(1) A taxa média de capitalização foi de 11,13% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (11,99% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

e) Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) financeiras e não financeiras, sendo as financeiras apresentadas a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª, 8ª e 9ª emissões de Debêntures (1)	Dívida líquida / Lajida ajustado (2)	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual
10ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida	Igual ou inferior a 3,5 de 30 de junho de 2024 até 30 de junho de 2029	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026 Igual ou inferior a 3,5 de 1 de julho de 2026 até 30 de junho de 2029	Semestral e anual
		Igual ou inferior a 4,0 em 30 de junho de 2029 em diante	Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 em diante	
11ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida	Igual ou inferior a 3,5 de 31 de dezembro de 2024 até 30 de junho de 2029	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026 Igual ou inferior a 3,5 de 1 de julho de 2026 até 30 de junho de 2029	Semestral e anual
		Igual ou inferior a 4,0 em 30 de junho de 2029 em diante	Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 em diante	

(1) O não cumprimento dos *covenants* financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

(2) O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, do qual é subtraído o resultado extraordinário, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados durante esse exercício, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Lajida em qualquer exercício anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

A Administração monitora esses índices de forma contínua.

Fundos vinculados atrelados à emissão de debêntures

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o saldo de R\$196.059 referente a fundos vinculados (R\$11.532 em 31 de dezembro de 2023). Esse crescimento está atrelado, essencialmente, à 7ª emissão de debêntures da Cemig D.

Conforme Contrato de Cessão Fiduciária da 7ª emissão de debêntures, a Cemig D deverá reter em conta vinculada, mensalmente, nos seis meses anteriores ao vencimento da parcela, o valor equivalente a 1/6 do valor projetado da parcela, em média R\$181.000.

As aplicações do depósito em garantia foram iniciadas em dezembro de 2024 e representam o valor de R\$185.106 em 31 de dezembro de 2024.

Nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2024 o total de fundos vinculados está apresentado em rubrica específica no Balanço Patrimonial. A fim de manter a comparabilidade, o saldo em 31 de dezembro de 2023, que estava apresentado na rubrica de “Outros” no Balanço Patrimonial, foi destacado em linha específica.

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo		
Programa de eficiência energética - PEE (1)	187.674	187.177
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (a)	129.119	126.468
Pesquisa Expansão Sistema Energético (a)	3.843	3.468
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (a)	7.970	7.219
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	14.212	66.818
CDE sobre P&D	2.391	2.166
CDE sobre PEE	4.782	7.785
Reserva global de reversão - RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	26.325	26.325
Taxa de fiscalização da Aneel	2.406	2.199
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	-	16
	403.267	454.186
Passivo circulante	245.500	373.039
Passivo não circulante	157.767	81.147

(1) O Programa de Eficiência Energética (PEE) tem o objetivo de promover o uso eficiente da energia elétrica em todos os setores da economia. Para tanto, concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente um montante de sua receita líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico;

a) Pesquisa e desenvolvimento e inovação

A Companhia deve destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. A movimentação dos saldos relacionados segue abaixo:

	FNDCT	MME	P&D	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.735	3.226	112.458	122.419
Adições	49.459	24.729	27.087	101.275
Pagamento	(48.975)	(24.487)	-	(73.462)
Investimento	-	-	(27.307)	(27.307)
Correção monetária (Selic)	-	-	14.230	14.230
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.219	3.468	126.468	137.155
Adições	32.800	16.400	30.495	79.695
Pagamento	(32.049)	(16.025)	-	(48.074)
Investimento	-	-	(40.817)	(40.817)
Correção monetária (Selic)	-	-	12.973	12.973
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.970	3.843	129.119	140.932

20. CONTAS A PAGAR RELACIONADO A ENERGIA GERADA POR CONSUMIDORES

As contas a pagar relacionadas à energia gerada por consumidores por meio de geração distribuída têm apresentado variações significativas, devido principalmente ao crescimento dessa modalidade no Brasil.

O Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) foi implementado em 2012 pela Resolução Normativa nº 482 da Aneel tendo como objetivo incentivar a geração de energia renovável. O SCEE permite que a energia injetada por unidades consumidoras com microgeração ou minigeração distribuída seja cedida, por meio de empréstimo gratuito, à distribuidora local. Posteriormente, essa energia é compensada no consumo do próprio cliente.

O saldo da obrigação representa o volume de energia a ser compensada, mensurado com base na tarifa de energia vigente da distribuidora.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante registrado no passivo circulante era de R\$1.251.298, em comparação a R\$704,653 em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento decorre, principalmente, do aumento na quantidade de energia injetada, que foi de 6.108 GWh no exercício de 2024 (4.720 GWh no exercício de 2023), que é consequência do crescimento do número de instalações geradoras, que passou de 249.241 em dezembro de 2023 para 301.804 em dezembro de 2024.

21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de pensão Forluz (plano de pensão e suplementação de aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano misto de benefícios previdenciários (“Plano B”) - Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Plano saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”) - Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A têm a característica de pagamento vitalício

e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, contribuições para o Plano Prosaúde Integrado (PSI) e o Plano Odontológico (POD) para os colaboradores, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde, conforme apresentado a seguir:

Plano Prosaúde Integrado (PSI) - Plano de saúde destinado ao atendimento dos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes, administrado pela Cemig Saúde, que presta serviços de assistência ambulatorial e hospitalar com atendimento obstétrico, em rede credenciada de abrangência nacional. As coberturas são realizadas, principalmente, pelo Programa de Referência de Assistência à Saúde (PRAS), além de haver os programas de reembolso de despesas médicas por meio do Programa de Garantias Especiais (PGE) e do Fundo Complementar de Assistência à Saúde (FCAS).

Programa Odontológico (POD) - Plano odontológico ofertado pela Companhia aos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes, administrado pela Cemig Saúde, em parceria com a Odontoprev, em abrangência nacional.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações financeiras

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o plano de complementação de aposentadoria, plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida de acordo com os termos do pronunciamento técnico CPC 33 (R1)/ IAS 19 - Benefícios a empregados e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2024.

Equacionamento do déficit do plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2024, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência dos déficits é de R\$357.668 (R\$377.390 em 31 de dezembro de 2023, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017).

As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela *Price*) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$234.121, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$123.547.

Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Depósitos em consignação à Forluz

Em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de novos Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019, 2020 e 2021. Para o caso dos equacionamentos de déficit, na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realiza pagamentos em consignação em conta de depósito judicial, que ficam à disposição da Forluz para serem resgatados a qualquer momento, no banco oficial. Os depósitos são constituídos mensalmente pelo valor de 50% da parcela de cada um dos Equacionamentos do Déficit de 2019, 2020 e 2021, conforme segue:

	Equacionamento do déficit de 2019	Equacionamento do déficit de 2020	Equacionamento do déficit de 2021
Início da consignação	Maio de 2021	Abril de 2022	Junho de 2023
Montante total solicitado pela Forluz	R\$116.228	R\$182.316	R\$485.205
Montante considerando a paridade contributiva	R\$58.114	R\$91.158	R\$242.603
Número de parcelas	166	158	159
Juros remuneratórios	IPCA + 6%	IPCA + 5,7%	IPCA + 5,51%
Saldo depositado em 31 de dezembro de 2024	R\$27.310	R\$30.132	R\$40.713

A Forluz encaminhou para a Companhia novos planos de equacionamentos que estão em avaliação pela Administração, referentes aos déficits atuariais de 2022 e 2023 do Plano Saldado de Benefícios Previdenciários – Plano A, sendo que o valor mínimo dos déficits acumulados para equacionamento representa o montante de R\$874.226, dos quais a Companhia vem realizando pagamento em consignação para os déficits de 2019, 2020 e 2021.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado nos anos de 2019, 2020 e 2021, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou com ação judicial contra a patrocinadora Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do valor integral do déficit do Plano A. Apesar da decisão favorável à Forluz, em 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, referente ao processo do equacionamento do déficit de 2019, cabe continuidade dessa discussão em instâncias superiores. Por isso, a Companhia, amparada pela avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

As prestações da dívida pactuada com a Forluz, referentes a déficits atuariais passados, foram quitadas em 30 de junho de 2024. As parcelas eram amortizadas mensalmente, calculadas pelo sistema de prestação constante (Tabela *Price*) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Essa dívida foi paga independentemente de haver superávit da Fundação, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Informações atuariais

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

31/12/2024	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Valor presente das obrigações	6.110.673	1.853.116	32.019	7.995.808
Valor justo dos ativos do plano	(5.203.497)	-	-	(5.203.497)
Passivo líquido inicial	907.176	1.853.116	32.019	2.792.311
Ajuste ao teto de ativo (Asset Ceiling)	85.185	-	-	85.185
Passivo líquido no balanço patrimonial	992.361	1.853.116	32.019	2.877.496

31/12/2023	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Valor presente das obrigações	7.186.243	2.177.881	38.483	9.402.607
Valor justo dos ativos do plano	(5.804.379)	-	-	(5.804.379)
Passivo líquido inicial	1.381.864	2.177.881	38.483	3.598.228
Ajuste ao teto de ativo (Asset Ceiling)	12.855	-	-	12.855
Passivo líquido no balanço patrimonial	1.394.719	2.177.881	38.483	3.611.083

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2022	6.766.866	2.392.168	43.413	9.202.447
Custo do serviço corrente	161	8.598	197	8.956
Custo do serviço passado (1)	-	(33.123)	(867)	(33.990)
Juros sobre a obrigação atuarial	756.780	267.946	4.847	1.029.573
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	-	21.348	402	21.750
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	443.432	170.240	3.120	616.792
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(130.878)	(491.060)	(9.879)	(631.817)
	312.554	(299.472)	(6.357)	6.725
Benefícios pagos	(650.118)	(158.236)	(2.750)	(811.104)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2023	7.186.243	2.177.881	38.483	9.402.607
Custo do serviço corrente	723	4.908	93	5.724
Juros sobre a obrigação atuarial	620.550	190.163	3.345	814.058
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	-	(1.121)	(23)	(1.144)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(1.098.038)	(409.512)	(7.077)	(1.514.627)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	60.304	33.966	(265)	94.005
	(1.037.734)	(376.667)	(7.365)	(1.421.766)
Benefícios pagos	(659.109)	(143.169)	(2.536)	(804.814)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2024	6.110.673	1.853.116	32.020	7.995.809

(1) Referentes às adesões dos empregados ao novo plano de saúde ofertado pela Companhia, denominado Plano Premium.

Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

	Plano de pensão e suplementação de aposentados
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2022	5.441.522
Retorno real dos investimentos	788.024
Contribuições do empregador	224.951
Benefícios pagos	(650.118)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2023	5.804.379
Retorno real dos investimentos	(115.062)
Contribuições do empregador	173.289
Benefícios pagos	(659.109)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2023	5.203.497

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2024 e 2023 são como segue:

31/12/2024	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	723	4.908	93	5.724
Juros sobre a obrigação atuarial	620.550	190.163	3.345	814.058
Rendimento sobre os ativos do plano	(494.658)	-	-	(494.658)
Despesa total em 2024 conforme cálculo atuarial	126.615	195.071	3.438	325.124

31/12/2023	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	161	8.598	197	8.956
Custo do serviço passado	-	(33.123)	(867)	(33.990)
Juros sobre a obrigação atuarial	756.780	267.946	4.846	1.029.572
Rendimento sobre os ativos do plano	(589.988)	-	-	(589.988)
Despesa total em 2023 conforme cálculo atuarial	166.953	243.421	4.176	414.550

Movimentação do passivo líquido

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	1.389.416	2.392.168	43.413	3.824.997
Despesa reconhecida no resultado	166.953	276.544	5.043	448.540
Custo do serviço passado	-	(33.123)	(867)	(33.990)
Contribuições pagas	(224.951)	(158.236)	(2.750)	(385.937)
Perdas (ganhos) atuariais	63.302	(299.472)	(6.357)	(242.527)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2023	1.394.720	2.177.881	38.482	3.611.083
Despesa reconhecida no resultado	126.615	195.071	3.438	325.124
Contribuições pagas	(173.289)	(143.169)	(2.536)	(318.994)
Perdas (ganhos) atuariais (1)	(355.685)	(376.667)	(7.365)	(739.717)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2024	992.361	1.853.116	32.019	2.877.496
			31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			162.817	231.390
Passivo não circulante			2.714.679	3.379.693

(1) A redução do passivo deve-se, essencialmente, às variações observadas nas premissas atuariais utilizadas. Mais detalhes no decorrer dessa nota explicativa.

As perdas e ganhos atuariais, líquidas de imposto de renda e contribuição social, não envolvem caixa, e, por isso, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa, reconhecida no resultado de 2024, referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$322.834 (R\$400.163 em 31 de dezembro de 2023), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$2.290 (R\$14.388 em 31 de dezembro de 2023), reconhecidos no resultado financeiro do exercício de 2024.

Análise de sensibilidade e estimativas para o exercício seguinte

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2025 é como segue:

31/12/2025	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	531	3.398	76	4.005
Juros sobre a obrigação atuarial	711.063	217.684	3.755	932.502
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(589.046)	-	-	(589.046)
Estimativa de despesa total em 2025 conforme cálculo atuarial	122.548	221.082	3.831	347.461

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2025 é como segue:

31/12/2025	Planos de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	670.294	152.136	2.728	825.158

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão em 2025 no montante de R\$63.302 para amortização de déficit do Plano A e de R\$63.331 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas significativas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2024:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Desagravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	149.596	31.852	550	181.998
Agravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	(137.901)	(32.690)	(565)	(171.156)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	481.515	175.134	3.024	659.673
Acréscimo de 1% na taxa de desconto	(419.228)	(160.546)	(2.774)	(582.548)

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do crédito unitário projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no balanço patrimonial.

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico
Plano A	Plano B		
8,68	10,71	10,60	10,60

As principais categorias de ativos do plano são as seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Ações e títulos de renda variável	625.766	786.598
Títulos de renda fixa	3.815.224	4.390.326
Imóveis	278.738	258.308
Outros	483.768	369.147
Total	5.203.496	5.804.379

Os seguintes ativos, mensurados pelo valor justo, estão relacionados com a Companhia e são considerados como ativos do plano. De acordo com a exigência das normas, o montante é apresentado para efeitos de informação:

	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia	50.465	95.536
Imóveis da Fundação ocupados pela Companhia	172.692	212.575
	223.157	308.111

Principais premissas atuariais

	31/12/2024		31/12/2023	
	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial (1)	12,30%	12,23%	9,03%	9,07%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	12,30%	Não aplicável	9,03%	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	4,50%	4,50%	3,50%	3,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	4,50%	Não aplicável	3,50%	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 M S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	AT-83 IAM Male	MI-85-Female
Crescimento real das contribuições acima da inflação	-	1,00%	-	1,00%

(1) Taxas de desconto nominais baseadas na projeção NTN-b com vencimento próximo ao vencimento da obrigação (duration).

A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Política contábil

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Estimativas e julgamentos

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

Para o caso dos planos de saúde e odontológico, os passivos são apurados pelo cálculo do valor presente das obrigações futuras a serem realizadas pela Companhia, considerando a manutenção do nível contributivo vigente, a previsão de reajuste real dos valores e a atualização futura das contribuições pela variação de índice compatível com os Regulamentos e o histórico dos custos dos planos.

Os cálculos atuariais ocorrem a cada encerramento do exercício, e envolvem o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes e não serão reclassificados futuramente para o resultado.

Tanto o custo de serviço passado, decorrente de alteração ou redução de plano de benefício definido, quanto o ganho ou a perda na liquidação das obrigações são determinados a partir da remensuração do valor presente líquido da obrigação, devido à revisão de premissas atuariais, e são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que ocorre a alteração.

22. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Nesse contexto, considerando a avaliação da Companhia e de seus assessores legais, foram constituídas provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme segue:

	Trabalhistas	Cíveis		Tributárias	Regulatórias	Outras	Total
		Relações de consumo	Outras				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	297.311	36.679	32.687	937.320	34.293	4.334	1.342.624
Adições	99.337	65.166	22.963	96.194	4.758	8.969	297.387
Reversões	(2.458)	(8.591)	-	-	(294)	(593)	(11.936)
Liquidações	(74.812)	(51.178)	(17.962)	(387)	(2.157)	(1.396)	(147.892)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	319.378	42.076	37.688	1.033.127	36.600	11.314	1.480.183
Adições	129.401	107.126	20.556	21.800	1.450	30.407	310.740
Reversões	-	(13)	(406)	(511.685)	(451)	(3.551)	(516.106)
Liquidações	(103.491)	(69.917)	(19.351)	(1.288)	(1.450)	(14.767)	(210.264)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	345.288	79.272	38.487	541.954	36.149	23.403	1.064.553

Há ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada possível, com base na avaliação da Administração da Companhia e sustentada pela opinião de seus assessores legais, não sendo constituída provisão, conforme segue:

Perda Possível	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	807.905	1.145.327
Cíveis		
Relações de consumo	709.457	306.055
Outras ações cíveis	515.352	486.699
	1.224.809	792.754
Tributárias	1.962.856	1.373.073
Regulatórias	767.282	684.929
Outras	1.093.604	1.116.568
Total	5.856.456	5.112.651

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem

como de quaisquer possibilidades de reembolsos. A expectativa é que a maior parte dos valores provisionados seja pago em períodos superiores a 12 meses.

A Companhia acredita que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por terceirizados. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais, à complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz.

O montante das contingências é de R\$1.153.193 (R\$1.464.705 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$345.288 foram provisionados (R\$319.378 em 31 de dezembro de 2023), sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Cíveis

Prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica

Em maio de 2024, foi ajuizada Ação Civil Pública, proposta em conjunto pelo Ministério Público Estadual e pelo Ministério Público Federal contra a Companhia e a Aneel, requerendo, ao município de Uberlândia, a adequação do serviço de atendimento ao consumidor de energia elétrica aos padrões estabelecidos pelo sistema jurídico, a evitabilidade de apagões e oscilações no fornecimento de energia elétrica, a fiscalização presenciais na transmissão e distribuição de energia elétrica e a indenização por danos morais coletivos, no montante de R\$344.606, (R\$103.227 em 31 de dezembro de 2023), cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Relações com consumidores

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$444.123 (R\$244.904 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$79.272 (R\$42.076 em 31 de dezembro de 2023) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

Contribuições Previdenciárias - Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016,

alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Conseqüentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

Em maio de 2024, foi publicada a decisão favorável à Companhia, em 1ª instância, em que a 4ª Vara da Justiça Federal julgou procedente, com resolução de mérito, os embargos à execução fiscal de um dos processos judiciais referentes às contribuições previdenciárias sobre a PLR. Essa decisão determinou o cancelamento da cobrança e a extinguiu a execução fiscal. Devido à materialidade do valor envolvido nesse caso, a Companhia considerou esse evento um direcionador para reavaliar a probabilidade de perda de provável para possível os processos judiciais que tinham obtido decisões favoráveis em 1ª instância, levando a uma reversão de R\$513.331, no segundo trimestre 2024. Os demais processos relacionados à contribuição previdenciária sobre a PLR mantiveram o prognóstico de perda provável e, com isso, o respectivo provisionamento.

O montante das contingências é de R\$1.072.670 (R\$1.087.557 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$435.701 (R\$918.668 em 31 de dezembro de 2023) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Companhia ajuizou ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$87.268, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial.

Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Adicionalmente, em outubro de 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia, reduzindo as chances de êxito na ação. Em decorrência disso, a classificação de perda desta demanda foi alterada para provável, com provisão do valor em depósito judicial.

A ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante sua atual fase processual, foi mantida com a probabilidade de perda possível. O montante das contingências é de R\$237.761 (R\$228.738 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$105.980 (R\$101.953 em 31 de dezembro de 2023) foram provisionados.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de R\$134.240 (R\$124.361 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa à questão.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais - DARF's e/ou Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$157.381 (R\$65.558 em 31 de dezembro de 2023) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia entre os exercícios de 2008 a 2018 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas; iv) amortização de ágio; e v) despesas com inovação tecnológica. O montante desta contingência é de R\$316.094 (R\$409.275 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio ("JCP") no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como, afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. Adicionalmente, foi realizada a constituição de depósito judicial no valor de R\$87.980 (R\$81.894 em 31 de dezembro de 2023). O montante das contingências é de R\$79.985 (R\$73.983 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos

questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Estorno de créditos na apuração de PIS/Pasep e Cofins

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do Proinfa e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R\$216.159 (R\$199.762 em 31 de dezembro de 2023) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais em que são questionadas, principalmente, os encargos cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de R\$592.787 (R\$539.640 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$36.149 (R\$36.600 em 31 de dezembro de 2023) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da Aneel nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$54.479 (R\$50.044 em 31 de dezembro de 2023).

Penalidade administrativa

A Companhia e sua controlada ajuizaram ação anulatória de ato administrativo, com pedido de providência cautelar, em desfavor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com o intuito de cancelamento das sanções e das advertências e multas, no valor histórico de R\$25.778, decorrentes do Auto de Infração nº 076/2013 – SEF/ANEEL. O desembolso é estimado em R\$156.164 (R\$131.846 em 31 de dezembro de 2023) e a contingência de perda é avaliada como possível. O processo aguarda por sentença judicial.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações de responsabilidade civil em que são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$553.839 (R\$524.387 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$38.487 (R\$37.688 em 31 de dezembro de 2023) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros processos no curso normal dos negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de áreas de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$572.795 (R\$366.571 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$23.403 (R\$11.159 em 31 de dezembro de 2023) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Projeto Luz para todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$344.060 (R\$515.381 em 31 de dezembro de 2023) dos quais R\$154 (R\$141 em 31 de dezembro de 2023) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$200.153 (R\$223.395 em 31 de dezembro de 2023) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível.

Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos somente nas despesas operacionais, sendo observadas situações como: (i) os valores relacionados a desapropriação e constituição de servidão não impactam o resultado da Companhia, pois o desembolso é compreendido como investimento na aquisição de imóveis; (ii) processos administrativos, em que discussões ocorrem em esfera administrativa, são avaliados quanto à sua probabilidade de perda na esfera judicial; (iii) o valor assumido das ações jurídicas relativas aos consórcios refere-se à cota parte da Companhia, prevista em contrato, e terá o mesmo tratamento que o aplicado aos demais processos; e (iv) processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AO ACIONISTA

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é de R\$6.964.105, (R\$6.284.312 em 31 de dezembro de 2023), representado por 2.359.113.452 ações ordinárias (2.359.113.452 em 31 de dezembro de 2023), subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

Aumento de Capital Social

A Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) aprovou, em 18 de dezembro de 2024, a proposta de aumento do capital social, de R\$6.284.312 para R\$6.964.105, sem alterações nas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, mediante integralização do aumento de capital social com os dividendos e JCP no montante de R\$679.793.

b) Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

	2024	2023
Quantidade de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro líquido do período	2.206.255	1.611.460
Resultado básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,94	0,68

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico por ação.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem dos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, líquidos dos efeitos tributários, cujo saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$889.439 (R\$1.377.652 em 31 de dezembro de 2023).

d) Remuneração do acionista

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

Conforme previsão estatutária, a Companhia poderá, a critério da Administração, declarar dividendos intermediários, a título de juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários. As importâncias pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, são imputadas aos valores do dividendo obrigatório ou do dividendo estatutário, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre capital próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido.

A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio – JCP no total de R\$742.234, conforme valores e datas abaixo, a serem pagos em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2025 e a segunda até 30 de dezembro de 2025.

Declaração	Montante	Retenção de imposto de renda (1)
21/03/2024	R\$ 161.609	R\$ 24.241
21/06/2024	R\$ 170.278	R\$ 25.542
23/09/2024	R\$ 194.604	R\$ 29.191
23/12/2024	R\$ 215.743	R\$ 32.361
	R\$ 742.234	R\$ 111.335

(1) Retenção de 15% de imposto de renda na fonte nos termos da legislação em vigor.

Cabe à Diretoria Executiva determinar os locais e processos de pagamento e imputar os JCP aos dividendos obrigatórios do exercício de 2024, em proposta a ser submetida à Assembleia Geral. O valor do imposto de renda retido na fonte, por obrigação da legislação tributária, não é considerado quando se imputam os JCP's ao dividendo obrigatório e é calculado à alíquota de 15%, nos termos da legislação em vigor.

	2024
Dividendos obrigatórios	
Lucro líquido do exercício	2.206.255
Dividendo Obrigatório – 50% do lucro líquido	1.103.128
Imposto de renda na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	111.335
	1.214.463
Juros sobre capital próprio e dividendos registrados em conformidade com o estatuto	
Juros sobre capital próprio	742.234
Dividendos obrigatórios	472.229
	1.214.463
Juros sobre capital próprio por ação - R\$	0,3146
Dividendos por ação- R\$	0,2002

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.183.846
Dividendos obrigatórios	238.230
Declaração de juros sobre capital próprio	667.647
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(100.147)
Destinação para aumento de capital	(268.314)
Pagamentos	(221.738)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.499.524
Destinação para programa de investimentos (1)	(238.230)
Dividendos obrigatórios	472.229
Declaração de juros sobre capital próprio	742.234
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(111.335)
Destinação para aumento de capital	(679.793)
Pagamentos	(567.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.117.129

(1) Foi aprovado na AGO da Cemig D, realizada no dia 29 de abril de 2024, o aumento da Reserva de Retenção de Lucros com o retorno dos dividendos obrigatórios do lucro líquido de 2023, no montante de R\$238.230, para garantir os investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento da Distribuição. Por não envolver caixa, essa transação não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

e) Proposta de destinação do lucro de 2024

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se até 30 de abril de 2025, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido de 2024, no montante de R\$2.206.255:

- R\$107.753, relativos a 5% do lucro líquido ajustado pela reserva de incentivos fiscais, sejam alocados à conta de reserva legal;
- R\$51.186 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2024 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- R\$742.234 sejam destinados para pagamento de dividendos, na forma de juros sobre capital próprio (“JCP”);
- R\$472.229 dos dividendos obrigatórios sejam retornados para o Patrimônio Líquido na conta de Reserva de retenção de lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2025;
- R\$832.853 sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de retenção de lucros, para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2025.

f) Reservas de lucros

A composição da conta Reservas de lucros é demonstrada como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Reservas de Lucros		
Reserva legal	685.307	577.554
Reserva de incentivos fiscais – SUDENE	173.388	122.202
Reserva de retenção de lucros	4.347.892	3.276.809
	5.206.587	3.976.565

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à

compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Sua constituição corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, sendo a reserva de incentivos fiscais subtraída da sua base de cálculo.

Reserva de retenção de lucros

Referem-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia, suportados pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui o direito à redução de 75% do imposto de renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração da atividade de distribuição na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. Em 2023, foi obtida a renovação desse benefício, com validade por mais 10 anos.

O valor do incentivo reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$51.186 (R\$30.933 em 31 de dezembro de 2023), posteriormente transferido para a reserva de incentivos fiscais. Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

24. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2024	2023
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	24.594.126	21.550.740
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (*)	512.852	1.908.658
Receita de uso da rede - consumidores livres	5.169.039	4.447.516
Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos (1)	423.293	(213.038)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (notas 12 e 13)	4.378.611	3.600.374
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (nota 11)	104.417	149.238
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(157.485)	(138.925)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	-	(3.766)
Outras receitas (b)	2.620.149	2.100.334
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (c)	(11.027.828)	(10.052.694)
	26.617.174	23.348.437

(*) Maiores informações na nota explicativa nº 17.

(1) Esse valor decorre do total de adições e amortizações da nota explicativa 11b.

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	2024	2023	2024	2023
Residencial (2)	14.430.057	13.310.995	12.970.970	10.794.350
Industrial	1.356.598	1.552.419	1.133.520	1.174.059
Comércio, serviços e outros	6.399.845	6.354.344	5.304.016	5.018.937
Rural	3.533.721	3.447.474	2.497.084	2.224.234
Poder público	1.040.795	973.118	936.159	785.797
Iluminação pública (3)	972.909	1.056.276	545.576	497.637
Serviço público	936.690	1.055.300	727.753	743.793
Subtotal	28.670.615	27.749.926	24.115.078	21.238.807
Consumo próprio	30.339	30.942	-	-
Suprimento a outras Concessionárias (4)	-	-	366.044	172.198
Fornecimento não faturado líquido	-	-	113.004	139.735
Total	28.700.954	27.780.868	24.594.126	21.550.740

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(2) O aumento no fornecimento de energia para clientes residenciais justifica-se, principalmente, por: i) aumento na quantidade de consumidores; ii) aumento no consumo médio mensal por consumidor; iii) temperaturas mais elevadas, e iv) melhora no cenário econômico.

(3) A redução no fornecimento de energia para iluminação pública está relacionada à substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas de LED;

(4) Refere-se a Contratos de Cessão de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR por meio do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD

b) Outras receitas

	2024	2023
Serviço taxado	17.548	20.958
Outras prestações de serviços	31.220	30.898
Subvenções Baixa Renda	463.374	401.337
Subsídio SCEE	(14.184)	128.651
Subsídio Eletrobrás	104.264	50.947
Subsídio de bandeiras tarifárias (1)	153.359	77.979
Subvenção da CDE para custear descontos tarifários (2)	1.334.483	983.775
Aluguel e arrendamento	518.740	395.794
Outras	11.345	9.995
	2.620.149	2.100.334

(1) O aumento é devido à situação hidrológica favorável no país. No ano de 2023, prevaleceu-se a bandeira verde, porém, a partir de julho de 2024, as bandeiras amarela e vermelha foram acionadas, o que elevou as tarifas nesse período.

(2) A variação decorre do Reajuste Tarifário Anual da Cemig D.

Subsídios tarifários

Os seguintes subsídios tarifários são reembolsados por meio dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE:

- Subsídio de bandeiras tarifárias, que são os valores incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público;
- Subvenções de baixa renda;
- Subsídio relativo ao SCEE (Sistema de Compensação de Energia Elétrica), liberado pela Aneel na revisão tarifária de 2023 para compensação de geração distribuída;
- Subsídio Eletrobrás, referente aos valores aportados pela Eletrobrás ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica; e

No exercício de 2024, o montante apropriado como receita de subsídios reembolsados via CDE totalizou o montante de R\$1.887.937 (R\$1.564.705 no exercício de 2023).

Deste valor, a Companhia tem a receber o montante de R\$197.070 (R\$171.349 em 31 de dezembro de 2023), reconhecidos no ativo circulante em “Outros ativos”.

c) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2024	2023
Tributos sobre a receita		
ICMS	4.638.372	3.841.039
PIS/Pasep	450.136	410.452
Cofins	2.073.352	1.890.566
ISSQN	1.513	1.478
	7.163.373	6.143.535
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	82.773	73.520
Conta de desenvolvimento energético - CDE	3.618.586	3.689.689
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	30.495	27.086
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	43.565	38.695
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	21.782	19.347
CDE sobre P&D	13.069	11.608
CDE sobre PEE	26.139	23.217
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	28.046	25.997
	3.864.455	3.909.159
	11.027.828	10.052.694

Política contábil

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Seguem abaixo as políticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

Fornecimento de energia elétrica

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

Receita de uso da rede - consumidores livres

As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês em que a rede é disponibilizada para uso do cliente.

Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros

O resultado decorrente das variações da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no exercício corrente, homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão

A receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos, é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas à atividade fim da Companhia.

Receita de construção de infraestrutura de distribuição

As receitas de construção correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de distribuição, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com a construção dos ativos da infraestrutura. Considerando que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia registra a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

Subsídios governamentais

A Companhia recebe valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica - TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão - EUST. Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los, em contrapartida a “Outros ativos” no ativo circulante.

Estimativas e julgamentos

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita não faturada é estimada tendo como base o volume de energia elétrica consumida e não faturada no período. O faturamento é feito em bases mensais, a partir da medição de energia, realizada de acordo com o calendário de leitura, definido na regulamentação do setor.

Receita de uso da rede - consumidores livres

A receita não faturada de uso dos sistemas elétricos de distribuição, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior ou na quantidade definida no contrato, sendo contabilizada no final do mês.

25. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos com energia elétrica

	2024	2023
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de Itaipu binacional	1.204.221	1.207.091
Contratos por cotas de garantia física	880.883	944.175
Cotas das usinas de Angra I e II	373.652	363.571
Energia de curto prazo - CCEE (1)	875.220	373.487
Contratos bilaterais	498.866	510.114
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado (2)	4.622.112	4.044.859
PROINFA	467.607	510.606
Geração distribuída (3)	3.238.739	2.331.020
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(782.871)	(695.633)
	11.378.429	9.589.290
Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema		
Transporte de Potência de Itaipu	200.650	203.849
Encargos Transmissão - Rede Básica	2.636.305	2.340.870
Encargos de Conexão	171.924	137.645
Encargos Distribuição	9.131	7.954
Energia CCEE-ESS	110.436	49.548
Energia CCEE-EER	569.720	639.690
Créditos PIS-PASEP/COFINS	(342.080)	(312.609)
	3.356.086	3.066.947
	14.734.515	12.656.237

- (1) A variação decorre do aumento no custo com risco hidrológico devido à baixa hidrologia, além de uma redução de 21% na sobra de energia liquidada, em comparação ao exercício de 2023, refletindo no aumento no custo com energia de curto prazo.
- (2) O aumento de 14,26% no custo com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$4.622 milhões no exercício de 2024 comparado a R\$4.045 milhões no exercício de 2023, devido principalmente aos reajustes contratuais anuais, atrelados ao IPCA, e da entrada de novos contratos.
- (3) O crescimento de 38,95% decorre, principalmente, do aumento na quantidade de instalações geradoras (1.121.362 em 2024 em comparação a 935.593 em 2023) e da quantidade de energia injetada (6.116 GWh em 2024 em comparação a 4.720 GWh em 2023).

b) Custo de construção da infraestrutura de distribuição

	2024	2023
Pessoal	159.663	143.874
Materiais	2.152.129	1.903.829
Serviços de terceiros	1.836.525	1.399.741
Encargos financeiros	76.764	62.482
Arrendamentos e aluguéis	7.539	5.860
Impostos e taxas	2.537	895
Outros	143.454	83.693
	4.378.611	3.600.374

Em linha com o Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), houve aumento no número de obras realizadas pela Cemig D, principalmente em redes de distribuição, o que, conseqüentemente, elevou o total de custos de construção, em relação ao exercício comparativo.

c) Outros custos e despesas

	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas)		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Pessoal	719.059	641.741	-	-	252.545	232.783	-	-	971.604	874.524
Participação de empregados e administradores no resultado	76.701	147	-	-	23.213	-	-	101.356	99.914	101.503
Obrigações pós-emprego	12.012	-	-	-	3.924	-	306.898	400.163	322.834	400.163
Materiais	89.644	77.792	-	-	13.372	36.794	-	-	103.016	114.586
Serviços de terceiros (C.1)	1.585.629	1.432.309	-	-	201.455	181.470	-	-	1.787.084	1.613.779
Amortização (Nota 13b)	858.225	772.040	-	-	22.433	25.782	-	-	880.658	797.822
Amortização direito de uso - arrendamento (nota 15)	41.262	36.035	-	-	-	-	-	-	41.262	36.035
Provisões (1)	(205.366)	285.451	-	-	-	-	-	-	(205.366)	285.451
Perdas de créditos esperadas	-	-	164.690	159.694	-	-	37.766	17.377	202.456	177.071
Outras despesas (C.2)	11.110	17.246	-	-	65.724	53.947	338.766	349.965	415.600	421.158
	3.188.276	3.262.761	164.690	159.694	582.666	530.776	683.430	868.861	4.619.062	4.822.092

- (1) Essa variação decorre, basicamente, de reversão de contingência tributária oriunda de decisão favorável à Companhia, em 1ª instância, que determinou o cancelamento da cobrança e a extinção da execução fiscal de processo relacionado às contribuições previdenciárias sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Mais detalhes na nota explicativa nº 21.

C.1) Serviços de terceiros

	2024	2023
Leitura de medidores e entrega de contas	158.621	161.032
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	703.953	628.141
Comunicação	177.353	164.587
Conservação e limpeza de prédios	59.322	57.170
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	139.797	104.179
Corte e religação	72.379	87.008
Podas de árvores	85.777	57.728
Serviços advocatícios e custas processuais	34.909	28.282
Serviços de tecnologia da informação	143.282	135.189
Mão de obra contratada	35.487	28.652
Hospedagem e alimentação	19.454	15.582
Vigilância	13.133	12.015
Reprografia e publicações legais	17.165	15.403
Inspeção de unidades consumidoras	47.539	44.549
Outros	78.913	74.262
	1.787.084	1.613.779

C.2) Outros custos e despesas, líquidas

	2024	2023
Propaganda e publicidade	18.158	7.953
Consumo próprio de energia elétrica	28.146	22.613
Subvenções e doações	14.354	14.295
Anuidade CCEE	3.777	3.407
Seguros	4.524	8.766
Forluz - custeio administrativo	29.625	28.999
Resultado na desativação e alienação de bens (1)	207.389	185.198
Agentes arrecadadores	59.879	72.169
Impostos e taxas	9.192	5.836
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável	10.446	(7.607)
Multa Aneel	3.003	10.660
Outras despesas, líquidas	27.107	68.870
	415.600	421.159

(1) De acordo com a atual política de investimentos da Companhia, a desativação e alienação de bens tem aumentado devido à substituição de equipamentos.

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Em maio de 2024, a Companhia aprovou o PDVP 2024, sendo o período de adesão dos empregados de 27 de maio a 21 de junho de 2024, sendo depois reaberto no período de 26 de junho a 28 de junho de 2024, com adesão de 281 empregados. O programa previu o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “sem justa causa” e de um prêmio adicional, a título de indenização.

Os custos para o programa totalizaram R\$56.468 e foram reconhecidos no resultado como custos e despesas de pessoal.

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	122.557	100.272
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras	(33.645)	(32.134)
Acréscimos moratórios de contas de energia	287.908	268.882
Variações cambiais de Itaipu	-	6.723
Variações monetárias	29.912	21.984
Variação monetária depósitos judiciais	43.836	47.406
Variação monetária - CVA (Nota 11b)	16.245	76.069
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (1)	370.758	-
Atualização crédito IRPJ sobre PAT (Nota 8a)	38.781	-
Outras	108.236	94.587
	984.588	583.789
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e debêntures (Nota 18)	(550.737)	(386.195)
Amortização do custo de transação (Nota 18)	(14.320)	(5.809)
Encargos de variação monetária - Forluz	(2.290)	(14.387)
Variações cambiais de Itaipu	(37.473)	-
Variação monetária de empréstimos e debêntures (Nota 18)	(231.442)	(134.791)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (1)	-	(129.457)
Variação monetária de P&D e PEE	(28.484)	(35.871)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 15)	(19.335)	(26.299)
Atualização estimada de créditos de GD, líquida (2)	(37.971)	-
Outras variações monetárias	(17.049)	(28.998)
Outras	(62.302)	(75.107)
	(1.001.403)	(836.914)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(16.815)	(253.125)

- (1) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido. Com a compensação dos créditos, o passivo a restituir aos consumidores superou o valor dos créditos a compensar, gerando uma despesa financeira líquida nos períodos comparativos. Com o ajuste do passivo, em maio de 2024, de R\$410.626 a Companhia passou a ter uma receita financeira líquida. Para mais detalhes, consultar a Nota explicativa 17.
- (2) Atualização estimada dos créditos de geração distribuída a serem compensados pelos consumidores, pelo efeito do reajuste tarifário, líquida da parcela correspondente à receita financeira da neutralidade estimada sobre os créditos de geração distribuída, no montante de R\$39.049 (Nota 11.b).

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros setoriais da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos e passivos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, debêntures e outros passivos financeiros. Incluem, também, a variação negativa do valor justo sobre outros ativos e passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023
Cemig Geração e Transmissão	2.289	3.417	9.351	8.862	1.885	2.417	(59.787)	(67.731)
Aliança Geração	-	3.446	-	11.591	32.690	49.344	(75.158)	(128.084)
Norte Energia	-	-	32.901	30.975	-	-	(289.835)	(278.213)
Taesá	-	-	-	-	-	-	(539)	-

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Encargos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023
Encargos de conexão								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	15.690	12.407	31.798	30.107	(125.317)	(106.063)
Sete Lagoas	-	-	305	295	-	-	(2.699)	(2.602)
Taesá	-	-	107	104	-	-	(5.021)	(6.215)
Cemig SIM	-	-	-	-	3.847	-	-	-
Encargos de transmissão								
Cemig Geração e Transmissão	3.403	-	31.941	22.021	-	-	(324.178)	(217.857)
Sete Lagoas	-	-	-	-	-	-	(5.220)	(4.988)
Taesá	-	-	9.779	11.005	-	-	(130.300)	(122.512)

Os encargos de conexão são montantes financeiros definidos e homologados pela Aneel relativos ao uso das instalações de conexão e/ou pontos de conexão no sistema de transmissão, devidos pelo acessante ao agente conectado.

Os encargos de transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

Consumidores e revendedores

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023
Governo do Estado de Minas Gerais	10.769	45.292	-	-	230.980	193.531	-	-

O saldo de consumidores e revendedores que a Companhia possui com o ente controlador, refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia.

Convênio de compartilhamento

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023
Companhia Energética de Minas Gerais	-	7.119	19.741	22.833	-	-	(61.800)	(57.997)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	10.259	203	-	-	(12.113)	(134)

Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Mútuo

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	(10.925)	(15.194)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	(1.416)	-

O mútuo com a Companhia Energética de Minas Gerais envolveu contratos firmados, em 10 de janeiro de 2024, 25 de janeiro de 2024 e 09 de fevereiro de 2024, com anuência da Aneel, entre a Companhia e a sua controladora nos montantes de R\$150.000 e R\$ 200.000 e R\$ 400.000, respectivamente. Os contratos de mútuo em questão foram liquidados em 15 de março de 2024 (o primeiro mútuo) e 18 de março de 2024 (os dois últimos), acrescidos de juros nos montantes de R\$ 3.195, R\$ 3.276 e R\$ 4.454, respectivamente, correspondentes à taxa de juros equivalente de 110% do CDI, tendo como garantia uma Nota Promissória emitida pela Companhia em benefício de sua controladora.

O mútuo com a Cemig Geração e Transmissão envolveu contrato firmado, em 13 de agosto de 2024, com anuência da Aneel, entre a Companhia e a Cemig Geração e Transmissão no montante de R\$100.000. O contrato de mútuo em questão foi liquidado em 30 de setembro de 2024, acrescidos de juros no montante de R\$ 1.416, correspondente à taxa de juros equivalente de CDI + 0,80%, tendo como garantia uma Nota Promissória emitida pela Companhia em benefício da Cemig Geração e Transmissão.

Processos judiciais

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023
Companhia Energética de Minas Gerais	9.931	-	-	-	-	-	-	-

Refere-se a acordo firmado entre o Estado de Minas Gerais e a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e as empresas signatárias a seguir: a Alpargatas, a Guanhães e a Cemig Distribuição. Em 21 de dezembro de 2012 o Estado de Minas Gerais firmou o contrato nº 021/2012 para a execução de obras e de prestação de serviços em infraestrutura energética no estado de Minas Gerais e contratou a Companhia Energética de Minas Gerais para a execução das obras.

As obras foram executadas pela Cemig Distribuição em benefício da Alparbatas e da Guanhães sem o repasse dos recursos financeiros por parte do Estado de Minas Gerais para a Cemig no tempo adequado, o que culminou em desembolsos da Cemig Distribuição, executora das obras, e da Guanhães Energia. A Cemig Distribuição desembolsou recursos para a conclusão das obras em benefício da Alparbatas e a Guanhães desembolsou recursos para a conclusão das obras que tiveram a própria empresa como beneficiária.

Em 14 de junho de 2024 foi realizada conciliação pré-processual entre as empresas envolvidas em que o Estado se comprometeu a pagar R\$32 milhões à Cemig em 36 parcelas sucessivas, a partir de julho de 2024, no valor de R\$900 com data-base em maio de 2024. Como parte do acordo que foi feito, a Cemig ficou incumbida de repassar os valores de direito para a Guanhães Energia e para a Cemig Distribuição (mediante procuração emitida pela Alparbatas em benefício da Cemig Distribuição).

Os termos financeiros contratuais da conciliação estão detalhados a seguir:

- I. a 1ª parcela será reajustada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, sendo que este valor permanecerá sem reajuste até a 12ª parcela.
- II. a partir da 13ª parcela até a 36ª parcela, o valor pago em junho de 2024 será reajustado mensalmente pelo IPCA.
- III. todas as parcelas têm vencimento até o último dia útil de cada mês, iniciando-se em julho de 2024.

Juros sobre capital próprio e dividendos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	1.117.129	1.497.494	-	-	-	-

A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio - JCP e Dividendos no total de R\$1.117.129. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 23.

FIC Pampulha

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023
Circulante								
Caixa e equivalentes	52.726	649	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	118.188	1.424	-	-	5.732	46	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	44.576	-	-	-	-	-	-	-

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig.

Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa” no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023
Circulante								
Arrendamento operacional	-	-	12.965	18.686	-	-	(18.519)	(24.864)
Não circulante								
Arrendamento operacional	131.708	134.742	143.754	131.252	-	-	-	-

Trata-se de contrato de aluguel da sede administrativa da Companhia com a Fundação Forluminas de Seguridade Social (Forluz), Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) dos funcionários do Grupo Cemig, proprietária do imóvel locado.

Em 27 de março de 2024 a Companhia firmou termo aditivo para devolução de 5 andares do Edifício Júlio Soares, alteração de valores de locação e retirada da Gasmig e Cemig Sim do contrato. A nova data-base do contrato teve início em 1 de abril de 2024, com vigência até março de 2029, sendo reajustado anualmente pelo IPCA e tendo seus preços revisados a cada 60 meses.

Benefícios pós-emprego

A Companhia possui obrigações contratuais com um grupo de ex-empregados aposentados em que é responsável por assegurar verbas para custeio de plano de previdência complementar, denominado Forluz, e para custeio de plano de saúde, denominado Cemig Saúde. As principais condições relacionadas aos benefícios pós-emprego estão indicadas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	37.904	91.198	-	-	(126.615)	(166.953)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (2)	-	-	-	-	-	-	(60.546)	(55.136)
Custeio administrativo (3)	-	-	-	-	-	-	(29.625)	(28.999)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	954.457	1.303.522	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	145.705	160.985	-	-	(198.509)	(281.588)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	1.739.430	2.055.379	-	-	-	-

- (1) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (2) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (3) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (4) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios de 2024 e 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	15.770	13.551
Participação nos resultados	4.883	3.141
Previdência privada	1.607	1.284
Planos de saúde e odontológico	110	96
Seguro de vida	20	20
Total (1)	22.390	18.092

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros são apresentados abaixo:

	Nível	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor contábil	Valor justo (1)	Valor contábil	Valor justo (1)
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras		44.900	44.900	1.356	1.356
Consumidores, revendedores e concessionários - transporte de energia (Nota 7)		4.327.216	4.327.216	3.958.243	3.958.243
Fundos vinculados		196.059	196.059	11.532	11.532
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros		1.295.625	1.295.625	805.571	805.571
Reembolso de subsídios tarifários		212.785	212.785	187.066	187.066
		6.076.585	6.076.585	4.963.768	4.963.768
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	2	724.768	724.768	264.606	264.606
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	-	-	136	136
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	1	23.983	23.983	396	396
Letras financeiras - bancos	2	92.549	92.549	878	878
Debêntures	2	1.655	1.655	15	15
		118.187	118.187	1.425	1.425
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	2.714.876	2.714.876	1.881.509	1.881.509
		3.557.831	3.557.831	2.147.540	2.147.540
		9.634.416	9.634.416	7.111.308	7.111.308
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Debêntures (2)		(10.037.621)	(9.866.552)	(5.887.622)	(5.887.622)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)		-	-	(65.417)	(65.417)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)		(357.668)	(350.661)	(377.390)	(377.390)
Passivos financeiros setoriais - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros		(16.470)	(16.470)	-	-
Fornecedores		(1.973.750)	(1.973.750)	(2.024.449)	(2.024.449)
Passivo de arrendamentos (ajustado por remensurações)		(274.977)	(274.977)	(286.529)	(286.529)
		(12.660.486)	(12.482.410)	(8.641.407)	(8.641.407)

(1) O valor contábil apresentado é uma aproximação razoável do valor justo exceto para Debêntures e Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz, em 31 de dezembro de 2024

(2) O valor justo apresentado está líquido dos custos de transação e recursos antecipados apresentados na nota explicativa nº 18.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao

precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (*inputs*) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis de hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura: os ativos de distribuição de energia elétrica são mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o

Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig D, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 11.

Aplicações financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de suas debêntures utilizando a taxa de 111,6223% da variação do CDI, com base nas suas captações. Para as debêntures, com taxas anuais variando entre (i) um mínimo de IPCA + 4,10 % a.a. e um máximo de IPCA + 6,5769 % a.a. e (ii) um mínimo de CDI + 0,55 % a.a. e um máximo de CDI + 2,05 % a.a., a Companhia apurou seu valor justo inferior ao seu valor contábil em 3,44%. O valor contábil é R\$ 10.168 milhões e o valor justo é de R\$ 9.819 milhões. Essa diferença se deve às condições de mercado à época do cálculo, sendo impactada principalmente pelas condições macroeconômicas (inflação e juros), além da dinâmica do mercado de crédito, com reflexo nas negociações do secundário do mercado de capitais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

O risco de natureza econômico-financeira está associado à gestão e controle ineficazes dos meios financeiros da organização e às oscilações do mercado, como disponibilidade de crédito, taxas de câmbio e movimentos das taxas de juros.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer sua liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão em linha com a sua estratégia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados na sequência desta nota explicativa.

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto de flutuações no câmbio, nas taxas de juros e inflação, no valor de seus ativos e passivos financeiros, evidenciando qual o efeito nos resultados e no patrimônio líquido.

Os cenários para essa análise foram elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, sendo considerados conforme segue:

- **Cenário base:** considera-se os saldos contábeis da data destas Demonstrações Financeiras.
- **Cenário provável:** o saldo do cenário base é atualizado considerando o câmbio e as taxas de juros prováveis para 31 de dezembro de 2025, utilizando informações disponibilizadas pelos consultores financeiros. O efeito estimado no resultado da Companhia é indicado pela diferença entre o cenário provável e o cenário base.
- **Cenários adverso:** um cenário é considerado adverso quando gera uma redução nos ganhos de ativos financeiros líquidos (redução da taxa do cenário adverso em relação à do provável) ou aumento de passivos financeiros líquidos (aumento da taxa do cenário adverso em relação à do provável), quando associados ao mesmo risco. Assim, a Companhia atualiza os saldos do cenário base considerando o câmbio e as taxas de juros estimadas para um cenário adverso, utilizando-se como base informações disponibilizadas por seus consultores financeiros. O efeito estimado no resultado é indicado pela diferença entre o cenário adverso e o cenário base.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de câmbio, com impacto na rubrica de fornecedores (energia elétrica comprada de Itaipu).

O efeito da variação cambial associado ao contrato de compra de energia de Itaipu é mitigado por meio da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida da Companhia em relação às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	31/12/2024		31/12/2023	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 16)	(34.005)	(210.488)	(49.528)	(239.780)
Passivo líquido exposto	-	(210.488)	-	(239.780)

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial do dólar-americano em relação ao Real, em 31 de dezembro de 2025 será uma desvalorização de 7,92% (R\$5,70).

A análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é como segue:

Risco - Exposições cambiais	31/12/2024	31/12/2025	
	Cenário base Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$5,7	Cenário adverso Dólar R\$6,48
Dólar Norte-Americano			
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 16)	(210.488)	(193.826)	(220.349)
Passivo líquido exposto	(210.488)	(193.826)	(220.349)
Efeito líquido da variação cambial no resultado	-	16.662	(9.861)

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de redução das taxas de juros nacionais. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos à CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos em moeda nacional é obtida junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas.

A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	31/12/2024	31/12/2023
Ativos		
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 5)	724.768	264.606
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	163.087	2.781
Fundos Vinculados	196.059	-
CVA e outros componentes financeiros (Nota 11b)	1.295.625	805.571
	2.379.539	1.072.958
Passivos		
Debêntures - CDI (Nota 18)	(3.978.270)	(2.805.353)
Passivos financeiros setoriais (Nota 11b)	(16.470)	-
	(3.994.740)	(2.805.353)
Passivo líquido exposto	(1.615.201)	(1.732.395)

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa Selic será de 15,00%, em 31 de dezembro de 2025.

A análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é conforme segue:

Risco - Aumento nas taxas de juros nacionais	31/12/2024	31/12/2025	
	Cenário base Valor contábil	Cenário provável Selic 15%	Cenário adverso Selic 15,25%
Ativos			
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 5)	724.768	833.483	835.295
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	163.087	187.550	187.958
Fundos Vinculados	196.059	225.468	225.958
CVA e outros componentes financeiros (Nota 11b)	1.295.625	1.489.969	1.493.208
	2.379.539	2.736.470	2.742.419
Passivos			
Debêntures - CDI (Nota 18)	(3.978.270)	(4.575.011)	(4.584.956)
Passivos financeiros setoriais (Nota 11b)	(16.470)	(18.941)	(18.158)
	(3.994.740)	(4.593.952)	(4.603.114)
Passivo líquido exposto	(1.615.201)	(1.857.482)	(1.860.695)
Efeito líquido da variação das taxas de juros no resultado		(242.281)	(245.494)

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, sendo parte de seus empréstimos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio do índice IPCA, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia.

O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	31/12/2024	31/12/2023
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 11a)	2.714.876	1.881.509
	2.714.876	1.881.509
Passivos		
Debêntures - IPCA (Nota 18)	(6.189.834)	(3.113.166)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 21)	-	(65.417)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(357.668)	(377.390)
Passivo de arrendamentos (ajustado por remensurações)	(274.977)	(2.024.449)
	(6.822.479)	(5.580.422)
Passivo líquido exposto	(4.107.603)	(3.698.913)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores, representada no cenário adverso.

Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, o IPCA será de 4,50% em 31 de dezembro de 2025, a análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é conforme segue:

Risco - Elevação da inflação	31/12/2024	31/12/2025	
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 4,5%	Cenário adverso IPCA 8,08%
Ativos			
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 11a)	2.714.876	2.837.045	2.934.238
	2.714.876	2.837.045	2.934.238
Passivos			
Debêntures - IPCA (Nota 18)	(6.189.834)	(6.468.377)	(6.689.973)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(357.668)	(373.763)	(386.568)
Passivo de arrendamentos (ajustado por remensurações)	(274.977)	(287.351)	(297.195)
	(6.822.479)	(7.129.491)	(7.373.736)
Passivo líquido exposto	(4.107.603)	(4.292.446)	(4.439.498)
Efeito líquido da variação do IPCA no resultado		(184.843)	(331.895)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa da empresa. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Instrumentos financeiros à taxa de juros:											
Pós-fixadas (*)											
Debêntures	-	-	324.025	188.951	2.050.889	536.826	3.642.030	1.796.237	5.510.491	1.483.506	15.532.955
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	3.414	1.745	6.919	3.461	32.771	15.093	220.203	58.523	150.252	10.924	503.305
	3.414	1.745	330.944	192.412	2.083.660	551.919	3.862.233	1.854.760	5.660.743	1.494.430	16.036.260
Pré-fixadas											
Fornecedores	1.827.058	-	146.692	-	-	-	-	-	-	-	1.973.750
	1.830.472	1.745	477.636	192.412	2.083.660	551.919	3.862.233	1.854.760	5.660.743	1.494.430	18.010.010

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 15.

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de 2024, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, é de R\$760.256 (R\$788.256 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, que é constantemente atualizada.

Essa política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionado às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras e não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de “BBB” (bra), “brBBB” ou “Baa2” por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$800 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio líquido	Limite por banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal (RF)	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R\$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R\$5 bilhões e R\$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R\$2 bilhões e R\$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R\$800 milhões e R\$2 bilhões	6%	5%	4%	-

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

(2) Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Além destes pontos, a Cemig, controladora da Companhia, estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal”, “A1” e “A2” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira. O termo aditivo incluiu metas anuais desses indicadores que deveriam ser cumpridas até 2020. O descumprimento em dois anos consecutivos ou no ano de 2020 incorreria na abertura do processo de caducidade da concessão.

A partir de 2021, o contrato estabeleceu que o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade

econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade. Essa regra foi regulamentada pela Resolução Normativa nº 948/2021, sintetizada conforme segue:

Indicador	Crítérios	Medidas decorrentes do descumprimento
Gestão econômica e financeira	No ano base	Aporte de capital (1) Limitação de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
Gestão econômica e financeira	2 anos consecutivos	Caducidade da concessão
Qualidade do fornecimento	No ano base	Plano de resultados (2)
Qualidade do fornecimento	2 anos consecutivos ou 3 dos 5 anos civis anteriores	Limitação de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (3)
Qualidade do fornecimento	3 anos consecutivos	Caducidade da concessão

- (1) Em até 180 dias contados do término de cada exercício social, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira.
- (2) O descumprimento de qualquer dos limites do DEC ou do FEC por um ano torna obrigatória a apresentação pela concessionária de um Plano de Resultados, que deverá ser submetido ao aceite prévio da Aneel e acompanhado em sua execução pelas áreas de fiscalização.
- (3) Essa limitação passará a vigorar a partir de 1ª de janeiro do ano civil subsequente ao ano do descumprimento do indicador.

O critério de qualidade do fornecimento é mensurado pelos indicadores de continuidade coletivos: DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora). Consideram-se descumpridos quando, isoladamente ou em conjunto, o resultado de cada indicador ultrapassar os limites anuais globais estabelecidos pela Aneel.

O critério de eficiência com relação à gestão econômica e financeira é mensurado pela seguinte inequação:

$$\frac{Dívida\ líquida^1}{Lajida^2 - QRR^3} \leq \frac{1}{(1,11 * Selic^4)}$$

1. A dívida líquida corresponde a dívida bruta deduzida dos Ativos Financeiros, à exceção de Ativos e Passivos Financeiros em discussão administrativa ou judicial. A dívida corresponderá ao somatório de passivos formado por empréstimos, financiamento, debêntures, passivo atuarial (previdência privada e benefícios pós-emprego), parcelamentos de tributos, instrumentos financeiros derivativos, tributos em atraso, custos e encargos setoriais em atraso e renegociados, passivos financeiros setoriais que não estejam em discussão administrativa ou judicial, suprimento/compra de energia elétrica para revenda (curto prazo sem cobertura tarifária).
2. Lajida calculado conforme metodologia definida pela Aneel.
3. QRR: Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória: será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, atualizada pela variação da Parcela B Regulatória e calculada de forma pro rata.
4. Selic: deverá ser limitada a 9,009% ao ano, caso supere esse percentual e a 6,006%, caso seja inferior a este último percentual.

Considera-se descumprido este critério quando houver a não conformidade da inequação ou quando o Lajida for menor que a QRR.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão da Cemig D foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Para o exercício de 2024 a apuração ainda não ocorreu, sendo realizada quando da divulgação das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido

à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros.

A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O MRE foi concebido para compartilhar entre seus integrantes os riscos financeiros associados à comercialização de energia pelas usinas hidráulicas despachados de modo centralizado pelo ONS.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”. Mais informações na nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras.

Política contábil

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- fundos vinculados;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;
- ativos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros;

- reembolso de subsídios tarifários; e
- valores a receber de partes relacionadas.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;
- empréstimos e debêntures;
- dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz); e
- concessões a pagar e outros créditos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

29. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, que incluem, principalmente, contratos de compra de energia elétrica, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Compra de energia elétrica de Itaipu	1.094.660	1.094.660	1.094.660	1.094.660	1.094.660	19.703.879	25.177.179
Transporte de energia elétrica de Itaipu	192.548	217.475	223.705	204.566	186.483	3.509.088	4.533.865
Compra de energia - leilão	320.227	100.601	19.985	-	-	-	440.813
Compra de energia elétrica - Contratos bilaterais	4.187.324	4.250.101	4.438.080	4.648.505	4.693.944	60.487.453	82.705.407
Cotas das usinas Angra 1 e Angra 2	383.224	383.224	385.149	386.274	385.324	6.839.202	8.762.397
Cotas de garantias físicas	738.812	660.391	581.971	582.020	572.620	10.141.507	13.277.321
	6.916.795	6.706.452	6.743.550	6.916.025	6.933.031	100.681.129	134.896.982

Montantes apresentados pelo valor presente em 31 de dezembro de 2024.

Os fluxos de pagamentos dos arrendamentos, empréstimos e fornecedores estão apresentados nas notas explicativas n.º 15, 18 e 28 destas demonstrações financeiras.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Acórdão na Ação Anulatória de vigência do Acordo Coletivo Específico de plano de saúde

Em 19 de fevereiro de 2025, foi publicado acórdão do julgamento ocorrido em 9 de dezembro de 2024 em Recurso Ordinário Trabalhista, pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho – TST.

Essa decisão determinou a cessação, a partir de 31 de dezembro de 2023, da validade das cláusulas que determinavam a prorrogação automática por iguais e sucessivos períodos da cláusula 17ª do acordo coletivo de trabalho de 2010 e cláusula 4ª do acordo coletivo de trabalho de 2016. Essas cláusulas garantiam a cobertura das suas obrigações com pagamento de benefício pós-emprego do plano de saúde (PSI), incluindo os aposentados e empregados ativos.

Não há nenhum registro contábil a ser realizado em decorrência dessa decisão neste momento.

Emissão de debêntures

Em 21 de fevereiro de 2025, a Companhia divulgou ao mercado o início da oferta pública de distribuição de dois milhões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em 2 séries, da 12ª emissão de debêntures, com valor nominal unitário de um mil reais, perfazendo o montante total de dois bilhões de reais, a ser realizada nos termos da regulamentação da CVM.

Em 18 de março de 2025, a Companhia concluiu a liquidação financeira da 12ª emissão de debêntures em duas séries, as quais contam com fiança outorgada pela Cemig. Foram emitidas dois milhões e quinhentos mil debêntures, caracterizados como “títulos ESG de uso de recursos - sustentáveis”, perfazendo o total de 2,5 bilhões de reais, subscritas conforme abaixo:

Série	Quantidade	Valor em milhares	Taxa	Prazo	Amortização
1ª	1.640.000	R\$1.640.000	CDI + 0,86% a.a.	2.557 dias	72º e 84º meses
2ª	860.000	R\$860.000	IPCA + 7,5467% a.a.	5.479 dias	156º, 168º e 180º meses

Os recursos obtidos pela Cemig D com essa emissão serão destinados à gestão do fluxo de caixa, compreendendo, mas não se limitando a sua operação e o reembolso de investimentos, gastos e despesas por ela realizados, abrangendo projetos que envolvam questões sociais e ambientais.

Por fim, informa-se que a agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings atribuiu rating AA+(bra) à emissão.

Declaração de juros sobre o capital próprio

Em 20 de março de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a declaração de JCP relativos ao primeiro trimestre de 2025, no montante de R\$232.217, a serem pagos em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2026 e a segunda até 30 de dezembro de 2026.

Reynaldo Passanezi Filho
Presidente

Andrea Marques de Almeida
Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva
Vice-Presidente Jurídico

Marney Tadeu Antunes
Vice-Presidente de Distribuição

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Vice-Presidente sem denominação

Sergio Lopes Cabral
Vice-Presidente de Comercialização

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador – CRC-MG-121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.**

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Distribuição S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria



Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica

Veja as notas 11, 12 e 13 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Os investimentos em expansão e melhoria da infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são contabilizados como ativo de contrato durante o período de construção, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente e a partir da efetiva entrada em operação, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público através do consumo de energia pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.</p> <p>A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura, assim como a mensuração e classificação contábil dos bens referentes à infraestrutura de concessão entre ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível, durante o processo de construção e quando da entrada em operação, envolve complexidade e julgamentos por parte da Companhia e pode impactar os saldos destes ativos nas demonstrações financeiras.</p> <p>Por estas razões, bem como pelos valores e divulgações envolvidos, consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados ao reconhecimento e a mensuração dos montantes contabilizados como ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível;- Inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício para o ativo de contrato e avaliação se sua classificação e elegibilidade foram apropriadas;- Inspeção documental, em base amostral, das transferências do ativo em andamento para ativo em operação e das respectivas evidências de que tais ativos estavam prontos para uso;- Recálculo da bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível, que foram capitalizados ao longo do exercício;- Obtenção da base de ativos homologados na última Revisão Tarifária Periódica e comparação com a base de ativos da Companhia;- Recálculo do valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão relacionado à infraestrutura, considerando os índices que afetam a atualização do valor dos ativos que compõem a base de remuneração homologada pelo regulador nas últimas revisões tarifárias e os itens que foram adicionados após a homologação da revisão tarifária;- Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo reconhecido em ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível relacionados à</p>

	<p>infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>
--	---

Mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde

Veja a nota 21 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia patrocina planos de pensão com benefício definido e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.</p> <p>A mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, envolve julgamentos da administração na determinação das premissas atuariais, sendo as principais: (i) a taxa de desconto; (ii) expectativa de vida; e (iii) o crescimento real das contribuições e salários. A Companhia contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais e no cálculo da obrigação dos planos de pensão e de saúde.</p> <p>Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria, devido às incertezas relacionadas às premissas para se estimar a obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do desenho, implementação e efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do passivo atuarial, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas de taxa de desconto, da expectativa de vida e do crescimento real das contribuições e salários; - Avaliação do escopo, da independência, da competência, das qualificações profissionais, das experiências e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na estimativa da obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como da taxa de desconto, expectativa de vida e o crescimento real das contribuições e salários, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas; - Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado



A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS *Accounting Standards*, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

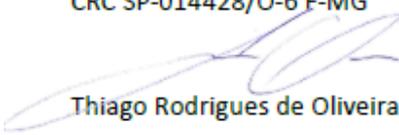
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 21 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A. –Cemig D, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e os respectivos documentos complementares, a serem submetidos ao Conselho de Administração da Companhia, em 20 de março de 2025. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2024, como também com base na apresentação realizada, nesta reunião, e a minuta do Relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, da KPMG Auditores Independentes Ltda., a ser emitido em 21 de março de 2025, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2025.

Belo Horizonte, 21 de março de 2025.

Carlos Roberto de Albuquerque Sá – Presidente

Pedro Bruno Barros de Souza – Conselheiro

Michele da Silva Gonsales Torres – Conselheira

Lucas de Vasconcelos Gonzalez – Conselheiro

João Vicente Silva Machado – Conselheiro

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA

Declaramos para os devidos fins, que, em 17 de março de 2025, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2024. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação das Demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2024. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 17 de março de 2025.

Reynaldo Passanezi Filho – Presidente

Sérgio Lopes Cabral – Vice-presidente de Comercialização

Andrea Marques de Almeida – Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores

Marney Tadeu Antunes - Vice-presidente de Distribuição

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva - Vice-presidente Jurídico

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo - Vice-presidente sem denominação

DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos para os devidos fins, que, em 17 de março de 2025, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2024. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação das Demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2024. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressadas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 17 de março de 2025.

Reynaldo Passanezi Filho – Presidente

Sérgio Lopes Cabral – Vice-presidente de Comercialização

Andrea Marques de Almeida – Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores

Marney Tadeu Antunes - Vice-presidente de Distribuição

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva - Vice-presidente Jurídico

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo - Vice-presidente sem denominação

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – 21 DE MARÇO DE 2025

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A.-Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de *Compliance* da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do “background check” de integridade e conformidade.

COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto pelo pelos membros Roberto Cesar Guindalini (coordenador) a partir de 06.02.2024, Artemio Bertholini a partir de 10.05.2024, Giulia Carla Scalercio e Ricardo Lopes Cardoso, ambos a partir de 20.05.2024. Compuseram o Comitê de Auditoria Estatutário em 2024, Afonso Henriques Moreira Santos (até o dia 31.01.2024), Pedro Carlos de Mello e Roberto Tommasetti (ambos até o dia 20.05.2024).

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O ANO DE 2024

No ano de 2024, o Comitê reuniu-se em 32 (trinta e duas) ocasiões e mais 5 (cinco) vezes no início do primeiro semestre de 2025, além de 11 (onze) participações nas reuniões do Conselho de Administração em 2024 e 2 (duas) em 2025. Foram realizadas 4 (quatro) reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal em 2024 e 1 (uma) no início do primeiro semestre de 2025. O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 12 (doze) reuniões com a participação dos auditores externos, KPMG - Auditores Independentes Ltda., para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2024. O Comitê reuniu-se com a Diretoria Executiva da Companhia para tratar de assuntos relacionados com aspectos gerais da gestão da instituição, particularmente os relativos à contabilidade, controles internos, auditoria interna, gestão de capital, gestão financeira, gestão de riscos e avaliação da adequação das reservas matemáticas sobre o passivo atuarial. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e pelas auditorias

interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos. O Comitê manteve contatos regulares com o Conselho de Administração da Companhia, tendo, ainda, emitido opiniões sobre aspectos relacionados com suas atribuições regimentais e prestou informações ao Colegiado sobre suas atividades.

DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Diretoria de *Compliance* -DCI foram objetos de acompanhamento pelo Colegiado. O Comitê de Auditoria considera positiva (embora alguns pontos requeiram maior atenção) a atuação da administração da Companhia no sentido de garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento do risco da instituição.

DA AUDITORIA INTERNA

Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com os Gerentes da Auditoria Interna – AI visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essa unidade. O Comitê avalia positivamente a abrangência e a qualidade das auditorias procedidas e o nível de independência da área. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a solidez e a continuidade da Companhia.

DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê reuniu-se com os auditores externos, KPMG Auditores Independentes Ltda., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2024 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2024, examinando balancetes e as Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade e com a legislação societária brasileira, retratando adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria,

ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2024.

Belo Horizonte, 21 de março de 2025.

COMITÊ DE AUDITORIA

Roberto Cesar Guindalini
Coordenador

Artemio Bertholini
Membro

Giulia Carla Scalercio
Membro

Ricardo Lopes Cardoso
Membro

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 27, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 80, foi apresentada para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2025, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2025, em milhares de reais, conforme abaixo. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia, incluindo o valor de R\$593.875 mil da Retenção de lucros do exercício de 2025.

Investimentos planejados para 2024	
Programa de Desenvolvimento da Distribuição – PDD	4.698.911
Infraestrutura	257.001
	4.995.912